



Psicologia Social, Comunicação e Cultura

Rosa Cabecinhas, Carla Cerqueira & Julia Alves Brasil (Eds.)



Coleção Educação | Ciências Sociais





UMinho Editora

Educação
Ciências Sociais



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

EDITORAS

Rosa Cabecinhas
Carla Cerqueira
Julia Alves Brasil

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins
Rosa Cabecinhas

FOTO CAPA

Taiki Ishikawa (@fl_q)

DESIGN

Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO

Ana Daniele Maciel

REVISÃO

Ana Daniele Maciel
Ana Sofia Salgueiro

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS Papelmunde

EDIÇÃO UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2025

ISBN 978-989-9074-81-1

e-ISBN 978-989-9074-82-8

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons
Atribuição 4.0.

Psicologia Social, Comunicação e Cultura

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Este livro destina-se sobretudo a estudantes do ensino superior nas áreas das ciências sociais e humanas. As aprendizagens que resultaram dos nossos percursos profissionais em diferentes contextos culturais, assim como os debates dentro e fora da sala de aula, foram essenciais para a concretização desta obra. A investigação empírica que temos realizado é abordada em alguns capítulos, visto que partilhamos da opinião de que o ensino superior deve ser permanentemente atualizado através da pesquisa científica. Assim, neste livro, para além de abordarmos alguns dos autores “clássicos” consagrados internacionalmente, proporcionamos também o contacto com pesquisa científica efetuada em diferentes países de língua oficial portuguesa. Adotamos tal estratégia com o intuito de dar visibilidade ao conhecimento produzido nesses contextos, sublinhando a importância de um conhecimento situado, que tenha em consideração os diferentes contextos socioculturais em que é construído.

A psicologia social insere-se no campo dos estudos de comunicação e cultura, abrangendo diferentes níveis de análise, e constituindo uma das pedras basilares das ciências da comunicação. Nos últimos anos têm sido desenvolvidos esforços de integração teórica, contribuindo para a crescente transdisciplinaridade. Uma sólida formação cultural e humana é essencial para a formação de profissionais de comunicação capazes de analisar criticamente a realidade social, proporcionar o desenvolvimento de competências transversais e melhores condições para uma boa inserção e adaptação a diferentes contextos sociais e laborais, em permanente metamorfose, assim como a capacidade para intervir ativamente na transformação da sociedade. A psicologia social enquanto disciplina científica ajuda a compreender, analisar e discutir criticamente a comunicação humana nos diversos contextos. Sendo um livro de carácter introdutório, visa proporcionar uma sólida reflexão teórica, através do aprofundamento de alguns dos principais conceitos, em articulação com a perspetiva pragmática, através da análise de casos práticos e assuntos da atualidade.

Palavras-chave

psicologia social, comunicação, cultura, transdisciplinaridade

This book is primarily intended for undergraduate and postgraduate students in the social sciences and humanities. It stems from the authors' professional experience in diverse cultural contexts and from debates held both inside and outside the classroom. Empirical research conducted by the authors is discussed in several chapters, based on the conviction that higher education must be permanently updated through scientific inquiry. Accordingly, alongside a discussion of internationally recognised "classical" authors, the book also highlights research carried out in Portuguese-speaking countries. This strategy seeks to give visibility to knowledge produced in these contexts, emphasising the importance of situated knowledge that takes into account the sociocultural contexts in which it is generated.

Social psychology is presented as a core discipline within the field of communication and culture studies, encompassing different levels of analysis and representing one of the cornerstones of communication studies. In recent years, efforts at theoretical integration have fostered growing transdisciplinarity, opening new ways of understanding complex social phenomena. A solid cultural and humanistic education is essential for communication professionals who can critically analyse social reality, develop transversal skills, and engage effectively in constantly changing social and professional environments. In this context, social psychology provides analytical tools for understanding and critically discussing human communication across diverse settings, offering valuable resources for both theoretical reflection and the analysis of practical cases and current issues.

Keywords

social psychology, communication, culture, transdisciplinarity

Translation: Anabela Delgado

<i>Introdução</i>	9
Rosa Cabecinhas, Carla Cerqueira & Julia Alves Brasil	
<i>Psicologia Social, Comunicação e Dinâmicas Culturais</i>	13
Rosa Cabecinhas, Julia Alves Brasil & Carla Cerqueira	
<i>Cognição Social</i>	25
Diana Ramos de Oliveira, Rosa Cabecinhas & Yuri Sousa	
<i>Atitudes</i>	43
Luiza Lins, Rosa Cabecinhas & Anabela Carvalho	
<i>Processos de Influência Social</i>	57
Carla Cerqueira, Sara I. Magalhães & Rosa Cabecinhas	
<i>Estereótipos Sociais</i>	69
Yuri Sousa & Rosa Cabecinhas	
<i>Relações Intergrupais e Identidades Sociais</i>	85
Julia Alves Brasil & Rosa Cabecinhas	
<i>Representações Sociais</i>	101
Julia Alves Brasil, Rosa Cabecinhas & Luiza Lins	
<i>Racismo, Xenofobia e Outras Formas de Discriminação</i>	115
Rosa Cabecinhas, Isabel Macedo & Julia Alves Brasil	
<i>Memória Social, Média e Comunicação Intercultural</i>	129
Rosa Cabecinhas, Isabel Macedo & Silvino Lopes Évora	
<i>Notas Biográficas</i>	143

Introdução

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.1>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Carla Cerqueira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Porto, Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-6767-3793>
carlaprec3@gmail.com

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Este livro é destinado sobretudo a estudantes do ensino superior nas áreas das ciências sociais e humanas, e, em particular, a estudantes de ciências da comunicação e estudos culturais, e resulta da nossa experiência de lecionação e pesquisa. A investigação empírica que temos realizado será abordada em alguns capítulos, visto que partilhamos da opinião que o ensino superior deve ser permanentemente atualizado através da pesquisa científica. Nesse sentido, neste livro, para além de abordarmos alguns dos autores e modelos “clássicos” consagrados internacionalmente, proporcionamos também o contacto com pesquisa científica efetuada em diferentes países de língua oficial portuguesa de modo a permitir uma análise comparativa com a pesquisa realizada em outros contextos culturais. Adotamos tal estratégia com o intuito de dar visibilidade ao conhecimento produzido a partir desses outros contextos, questionando a hegemonia anglo-saxónica na produção de ciência e sublinhando a importância de um conhecimento situado, que leve em consideração os diferentes contextos socioculturais em que é construído.

Como sublinha Aníbal Alves (1994), a psicologia social é uma das áreas basilares das ciências da comunicação. Este campo disciplinar reúne um conjunto de disciplinas bastante heterogéneo e nos últimos anos têm sido desenvolvidos esforços de integração teórica, contribuindo para a crescente transdisciplinaridade das ciências da comunicação. Os estudos da comunicação são iminentemente interdisciplinares, beneficiando da articulação das diversas disciplinas que “convergem para o estudo da Comunicação”, sublinhando a sua complementaridade e a necessidade de a pesquisa empírica “permanentemente fundar e atualizar o ensino, avançando ao mesmo tempo na compreensão dos fenómenos comunicativos inerentes aos processos e estruturas sociais” (Alves, 1994, p. 21).

Uma sólida formação cultural e humana é essencial para a formação de profissionais de comunicação capazes de analisar criticamente a realidade social, proporcionar o desenvolvimento de competências transversais e melhores condições para uma boa inserção e adaptação às necessidades do mercado, em permanente metamorfose, assim como a capacidade para intervir ativamente na transformação da sociedade. A psicologia social enquanto disciplina científica ajuda a compreender, analisar e discutir criticamente a

comunicação humana no contexto social, político, económico e cultural das sociedades atuais, e a intervir na realidade social.

Sendo um livro de carácter introdutório, visa proporcionar uma sólida reflexão teórica, através do aprofundamento de alguns dos principais conceitos e modelos teóricos, em constante articulação com a perspetiva “pragmática”, através da análise de alguns casos práticos e assuntos da atualidade. Dito de outra forma, pretendemos demonstrar a aplicabilidade dos modelos teóricos na análise do comportamento humano nos seus diversos contextos, tentando seguir a máxima pela qual Kurt Lewin (1948) orientou os seus programas de pesquisa e intervenção, segundo a qual, não há nada mais prático do que uma boa teoria.

A psicologia social tem por objeto de estudo o comportamento social, isto é, visa compreender e explicar como os pensamentos, os sentimentos e as ações dos seres humanos são influenciados pela presença real, imaginada ou implícita dos outros (indivíduos, grupos, organizações, sociedades e sistemas culturais). De referir que aqui a influência é entendida em sentido duplo: não só a que é exercida, direta ou indiretamente, sobre o indivíduo por outros indivíduos, grupos, organizações e instituições sociais, mas também a influência que os indivíduos e os grupos exercem uns nos outros e nas estruturas sociais. Mais sinteticamente, a psicologia social estuda os processos através dos quais os indivíduos constroem a realidade social, isto é, como constroem o conhecimento sobre si próprios, sobre os outros e sobre o mundo em geral, os processos de mediação e as interligações entre cultura, cognição, emoção e comportamento social.

A psicologia social é uma das ciências da comunicação (Cabecinhas & Lázaro, 2009). A diversidade metodológica e a integração de diferentes níveis de análise são fatores que transformam esta disciplina num substancial enriquecimento para a formação de profissionais em diversas áreas da comunicação e da cultura.

Os tópicos abordados no livro organizam-se ao longo de um *continuum* que vai do indivíduo até ao contexto cultural mais amplo, correspondendo a um maior grau de complexificação na compreensão do comportamento social. Tal complexificação é particularmente destacada em perspetivas que conferem maior enfoque à dimensão sociocultural da constituição dos indivíduos e da realidade social e em perspetivas que enfatizam a imbricada relação entre psicologia social, comunicação e cultura, ao ressaltarem o papel da comunicação na produção e troca de significados nas relações sociais e na transformação cultural.

No mundo atual, em que os meios de comunicação ditos “globalizados” tendem a privilegiar imagens que potenciam o choque cultural e a polarização, e o sofrimento dos outros é convertido em espetáculo mediático, faz-se necessária a reafirmação do compromisso social das ciências da comunicação. Tal compromisso implica contribuir para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e democráticas, nas quais o respeito pela diversidade, em todas as suas formas e possibilidades, seja uma das condições básicas para o convívio humano (e.g., Moragas, 2023; Sodré, 2023). Esperamos que este livro ofereça a quem o ler instrumentos para atuar em processos de mudança social, nos contextos em que se encontrar, a partir dos conceitos e articulações teórico-práticas aqui abordados.

Este livro nasce da nossa experiência enquanto docentes e investigadoras nas áreas da psicologia social, comunicação e estudos culturais. As aprendizagens que resultaram dos nossos percursos profissionais e experiências de vida em diferentes contextos culturais, assim como os debates dentro e fora da sala de aula, com estudantes e colegas de várias disciplinas, foram essenciais para a concretização desta obra.

Enquanto editoras da obra, convidámos um conjunto de colegas, com origem ou com percurso profissional em diferentes países de língua portuguesa, para o processo de coescrita dos diferentes capítulos, o que permitiu aprofundar o diálogo interdisciplinar e intercultural. Dando conta da diversidade das origens sociolinguísticas das autoras e autores do livro, os capítulos estão redigidos em diferentes variantes de português, sendo que em cada se optou pela variante falada pela pessoa que é a primeira autora do referido capítulo.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Alves, A. (1994). *Teorias da comunicação. Programa e metodologia*. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/13857>
- Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (2009). A psicologia social nas ciências da comunicação. In Z. Pinto-Coelho (Ed.), *Não poupes no semear. Trinta anos de comunicação, Aníbal Alves* (pp. 239–245). Pé de Página. <http://hdl.handle.net/1822/30054>
- Lewin, K. (1948). *Resolving social conflicts. Selected papers on group dynamics*. Harper & Brothers.
- Moragas, M. (2023). Pesquisar a comunicação: Entre o passado e o futuro. *MATRIZes*, 17(3), 143–154. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p143-154>
- Sodré, M. (2023). A ruptura paradigmática da comunicação. *MATRIZes*, 17(3), 19–27. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p19-27>

Psicologia Social, Comunicação e Dinâmicas Culturais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.2>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Carla Cerqueira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Porto, Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-6767-3793>
carlaprec3@gmail.com

Resumo

A fim de abordarmos as principais relações entre psicologia social, comunicação e cultura, organizámos este capítulo introdutório da seguinte forma: primeiramente, discutimos sobre o objeto de estudo da psicologia social e sobre a sua história; em seguida, apresentamos algumas perspetivas acerca dos conceitos de “comunicação” e “cultura” e da forma como estes se relacionam entre si e com a psicologia social, evidenciando também a relevância de considerarmos diferentes níveis de análise e conhecimentos provenientes de várias áreas científicas para analisar questões sociais contemporâneas.

A psicologia social aborda o comportamento dos seres humanos em interação com o espaço social e cultural. O ser humano é simultaneamente produto e produtor da sociedade e da realidade social, num permanente ciclo de influências recíprocas, embora assimétricas. Assim, a psicologia social situa-se no domínio da interação: entre processos psicológicos, sociais e culturais; entre pessoas, dentro dos grupos, entre grupos e entre culturas. A disciplina aborda a forma como o indivíduo constrói a sua realidade social, e como este processo é mediado pela interação com os outros, sejam indivíduos, grupos ou sistemas culturais.

Palavras-chave

psicologia social, comunicação, cultura, níveis de análise

Objeto de Estudo da Psicologia Social

A psicologia social pode ser definida sinteticamente como o estudo científico do comportamento social¹ (Jesuino, 1994). A psicologia é geralmente definida como a ciência do comportamento humano, englobando o comportamento visível e invisível; por outras palavras, o conceito de “comportamento”² refere-se ao que os seres humanos pensam, sentem, dizem e fazem. Por seu turno, a sociologia é geralmente definida como o “estudo sistemático das sociedades humanas” (Giddens, 1997/2000, p. 33). A psicologia social faz, portanto, a “ponte” entre estas duas ciências, correspondendo ao estudo das relações interpessoais, intergrupais e interculturais.

Trata-se de um campo de difícil delimitação, dado que a compreensão das dinâmicas comportamentais nos seus diversos contextos de interação exige a convocação de saberes que vão desde as ciências naturais às ciências sociais e humanas, não se restringindo por isso aos contributos da psicologia e da sociologia.

Segundo Jacques-Philippe Leyens (1979/1991), a “Psicologia social humana trata da dependência e da interdependência das condutas humanas” (p. 12). Como o autor salienta, os processos de influência estudados no seio da disciplina podem ocorrer em múltiplos contextos: por exemplo, um indivíduo isolado face à representação de outrem; um grupo de pequena ou média dimensão (uma díade, uma família, um grupo de amigos, uma equipa de trabalho); ou um grupo de grande dimensão (os adeptos de um clube desportivo, uma corporação multinacional, uma nação, uma comunidade linguística, uma religião, etc.).

Inicialmente vamos focalizar-nos numa das definições clássicas da disciplina. Para Gordon Allport (1954/1968), a psicologia social visa “compreender e explicar como os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou implícita dos outros” (p. 5). Esta definição apela para o importante aspeto de que não é necessário que os parceiros de uma interação sejam pessoas reais e/ou estejam fisicamente presentes. Embora na época em que Allport formulou esta definição não houvesse ainda internet nem redes sociais digitais, ajusta-se também às novas sociabilidades que a revolução digital veio permitir.

A presença “implícita” dos outros refere-se ao facto de o indivíduo ser influenciado pela complexa estrutura social e pela sua pertença em grupos culturais. Os outros “imaginados” poderão ser, por exemplo, os heróis no ecrã de televisão, os *avatares* com os quais interagimos num jogo de vídeo ou as conversas com *chatbots*. É necessário, contudo, acrescentar à definição proposta por Allport que a influência se exerce nos dois sentidos: não só o indivíduo é influenciado, como pode influenciar esse outrem real, imaginário ou implícito (Moscovici, 1984). Como referimos anteriormente, o outrem implícito corresponde ao complexo sociocultural em que o indivíduo se desenvolve, com papéis sociais específicos e uma posição determinada.

1 Neste livro trataremos apenas da psicologia social humana, excluindo o estudo do comportamento social de outros seres vivos.

2 De notar que para a corrente comportamentalista clássica (behaviorismo), o comportamento era definido em termos mais restritos, incluindo apenas o comportamento visível, isto é, o comportamento verbal e motor. Em alguns pontos do livro, adotaremos também uma definição mais restrita de comportamento, como é o caso do capítulo sobre atitudes, já que tradicionalmente, nesta área de estudos, foi dominante uma conceitualização tridimensional do conceito, distinguindo as dimensões cognitiva, afetiva e comportamental.

Perante tal definição, que oscila entre o indivíduo e a cultura, podemos perguntar-nos qual será a unidade de análise básica. Será psicologia? Será sociologia? Ou ainda nem uma nem outra? Ora, assim como a pessoa não existe sem a sociedade e a sociedade sem as pessoas, nem a psicologia nem a sociologia, cada uma por si só, poderá almejar a compreensão do comportamento humano (Leyens, 1979/1991).

Esta questão já estava presente aquando da “fundação americana” da psicologia social, visto que um dos seus fundadores era sociólogo, Edward Ross, e o outro era psicólogo, William McDougall. Na altura, foi a perspetiva de McDougall que se tornou dominante, o que se traduziu na expressão “psicologia social psicológica” cunhada por Léonard Berkowitz (1965). Isto significa que quer se tratasse de uma diáde, um grupo de maior dimensão ou uma determinada cultura, o centro de interesse seria sempre o comportamento psicológico do indivíduo. Mas se o indivíduo é o centro de análise, porquê falar de psicologia social e não simplesmente de psicologia?

Ora, foi no seio da psicologia social europeia que se deu novo folgo a esta questão e se procurou encontrar o lugar da psicologia social, que não seria nem a psicologia nem a sociologia, mas uma articulação entre as duas e suas interconexões com outras disciplinas sociais e humanas, ou seja, um posicionamento claramente interdisciplinar (Camino & Torres, 2023; Doise, 1976/1984; Israel & Tajfel, 1972; Moscovici, 1984).

Resumindo, a psicologia social aborda o comportamento dos seres humanos em interação com o espaço social e cultural. O ser humano é simultaneamente produto e produtor da sociedade e da realidade social, num permanente ciclo de influências recíprocas, embora frequentemente assimétricas (Amâncio, 2000; Lorenzi-Cioldi, 2002).

Assim, a psicologia social situa-se no domínio da interação: entre processos psicológicos, sociais e culturais; entre pessoas, dentro dos grupos, entre grupos e entre culturas. A disciplina aborda a forma como o indivíduo constrói a sua realidade social, e como este processo é mediado pela interação com os outros, sejam indivíduos, grupos ou sistemas culturais. Muito embora tenha um objeto específico, não é uma disciplina autónoma, na medida em que não pode passar sem contribuições de outras disciplinas (cf. Jesuíno, 1994; Leyens, 1979/1991).

História da Psicologia Social

O ano de 1908 é geralmente considerado o marco que assinala o início da psicologia social enquanto disciplina científica, uma vez que nesse ano foram publicados dois livros que exerceram um papel decisivo no seu desenvolvimento: *An Introduction to Social Psychology* (Uma Introdução à Psicologia Social), escrito pelo psicólogo William McDougall, e *Social Psychology, an Outline and Source Book* (Psicologia Social, um Esboço e um Livro de Fontes), escrito pelo sociólogo Edward Ross. Esta “dupla paternidade” iria determinar fortemente a história da disciplina e, ainda hoje, persiste alguma tensão entre uma psicologia social mais psicológica (e.g., Berkowitz, 1965) e uma psicologia social mais sociológica (e.g., Moscovici, 1984).

A “psicologia social psicológica” é assim denominada visto que tende a centrar os seus modelos explicativos no indivíduo, estudando, especialmente, processos psicológicos básicos e intraindividuais, frequentemente desconsiderando a historicidade dos fenómenos analisados. Configura-se como uma abordagem que se aproxima das proposições do positivismo, ao utilizar estratégias similares às ciências naturais para estudar fenómenos sociais, privilegiando investigações conduzidas a partir de métodos experimentais e de estratégias metodológicas quantitativas. Já a “psicologia social sociológica” recebe

tal denominação devido ao foco no estudo dos processos psicológicos conscientes, das interações sociais e das relações intergrupais. Os estudos conduzidos no âmbito dessa abordagem mais sociológica tendem a envolver o uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos, apresentando maior flexibilidade metodológica³.

A “psicologia social psicológica” tornou-se dominante sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA). De realçar, contudo, que para o desenvolvimento da chamada “psicologia social americana” contribuíram enormemente os movimentos intelectuais europeus do século XIX, com os quais os académicos norte-americanos contactaram. Inicialmente, havia a tradição de efetuarem o seu doutoramento na Europa e, mais tarde, tiveram contributos dos psicólogos sociais europeus que se refugiaram nos EUA durante o período do Nazismo, e que viriam a participar nos progressos alcançados a partir da década de 1940 (Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011). Por seu turno, na Europa, a psicologia social abrandou significativamente o seu desenvolvimento entre os anos 1930 e 1960, não só devido à Segunda Guerra Mundial e às suas consequências sociais e económicas, mas também devido aos regimes ditatoriais que vigoraram em alguns países, entre os quais Portugal (Amâncio, 1994).

Apesar do nascimento da psicologia social moderna ser associado às duas obras mencionadas, publicadas em 1908 nos EUA, podemos considerar que a psicologia social nasceu em finais do século XIX, com a publicação dos primeiros tratados da disciplina na Europa: o livro *Études de Psychologie Sociale* (Estudos de Psicologia Social; Tarde, 1898/2011), que já antes tinha publicado outro livro marcante, *Les Lois de l'Imitation* (As Leis da Imitação; Tarde, 1890/1924), seguido pouco depois pelo livro *Psicologia Sociale* (Psicologia Social; Orano, 1902). É também de referir que, antes destes marcos, muito trabalho significativo tinha sido efetuado por autores com percursos em diferentes áreas disciplinares, cujos contributos foram incorporados na psicologia social (cf. Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011; Jesuino, 1994; Santos, 2000). Tal como aconteceu em outros domínios científicos, o contributo das mulheres pioneiras foi obliterado da história da disciplina. Não se pense, contudo, que tais processos de obliteração na história da psicologia social, e em outros domínios científicos, fazem apenas parte do passado (ver, por exemplo, Apfelbaum, 2009).

No século XIX e início do século XX são geralmente destacados os seguintes contributos (Pereira, 2000; Santos, 2000): a “física social”, a “psicofísica social” e a “psicologia popular” (e.g., Le Bon, 1895; Quetelet, 1869; Wundt, 1897); o estudo das “representações coletivas” (Durkheim, 1898) e a “interpsicologia” (Tarde, 1890/1924); o estudo da permanente tensão entre os “instintos” e a “consciência” (Freud, 1900/1988; Galton, 1874; James, 1890); a “reflexologia” e o “condicionamento” (Pavlov, 1927; Watson, 1913). Alguns dos trabalhos pioneiros sobre os processos cognitivos e dinâmicas culturais foram durante muito tempo esquecidos e só recentemente começaram a ser revisitados, como, por exemplo, os trabalhos de Bartlett (1923, 1928; ver Wagoner, 2017).

Sem pretensões de exaustividade, vamos referir algumas das obras que têm sido consideradas como as mais marcantes da primeira metade do século XX, para além das referidas anteriormente. O livro de Floyd Allport (1924), *Social Psychology* (Psicologia Social) é considerado o marco do início da “era moderna” da psicologia social: aceitou a ênfase individual do comportamento proposto por McDougall, mas recusou a ideia de que o comportamento social se basearia em “instintos”, preferindo considerá-lo como resultado de “reflexos” que se modificariam com o “condicionamento” (Pavlov, Watson).

3 Para mais discussões sobre as diferenças entre essas vertentes da psicologia social, ver, por exemplo: Álvaro e Garrido (2007), Camino e Torres (2023) e Ferreira (2011).

Em 1932, Frederic Bartlett publica *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology* (Recordar: Um Estudo da Psicologia Experimental e Social), uma obra marcante que viria a influenciar significativamente o desenvolvimento da psicologia cognitiva e social. Alguns anos antes, Maurice Halbwachs (1925) tinha publicado *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (Os Quadros Sociais da Memória), mas esta obra só na década de 1990 viria a ser amplamente reconhecida no seio da psicologia social.

Na década de 1940, a psicologia social conheceu um extraordinário desenvolvimento com os contributos de Kurt Lewin, Fritz Heider, Solomon Asch e Muzafer Sherif, os quais serão abordados nos capítulos seguintes. Por agora, destacamos o contributo de Lewin, que

em 1945, introduzia a sua orientação da pesquisa-ação no Massachusetts Institute of Technology e lançava, em seguida, o projecto dos laboratórios “Training Group”, extraordinário alfofre de cientistas que animariam a investigação psicológica no campo das comunicações e relações humanas nas duas décadas seguintes. (Alves, 1994, p. 5)

Outra referência marcante é a publicação da obra *The Nature of Prejudice* (A Natureza do Preconceito), de Gordon Allport (1954/1979) e o conjunto de outras publicações desse autor sobre o desenvolvimento das atitudes e dos rumores (e.g., Allport & Postman, 1946).

O livro *Social Psychology* (Asch, 1952) é geralmente considerado o último dos grandes clássicos fortemente marcado pela corrente da psicologia da configuração (*Gestalt*), corrente essa que viria a conhecer um extraordinário desenvolvimento, em outros moldes, com a “revolução cognitiva” a partir dos anos 1960. Por um lado, essa “revolução” proporcionou o desenvolvimento de sofisticados métodos de investigação psicossocial (por exemplo, as chamadas “medidas implícitas” da atividade cerebral apoiadas por modelos computadorizados), que se traduziram na formulação de complexos modelos teóricos sobre o processamento da informação social; por outro lado, teve como resultado a negligência tanto dos aspetos emocionais quanto das estruturas sociais.

A década de 1960 marca o período de “crise da psicologia social”. Tal “crise” envolveu um questionamento da validade e da relevância da psicologia social predominante na época, a “psicologia social psicológica” (Álvaro & Garrido, 2007; Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011). A partir de então, diferentes propostas teóricas e metodológicas foram sendo desenvolvidas em diversas partes do mundo. Na Europa, por exemplo, houve o surgimento da chamada “psicologia social europeia” – uma psicologia social mais sociológica –, com as obras de Henri Tajfel, Serge Moscovici, William Doise, entre outros (cf. Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011; Jesuino, 2000), cujos trabalhos serão explorados ao longo de diversos capítulos deste livro.

Além disso, tais críticas à forma dominante de se fazer psicologia social levaram também ao desenvolvimento daquela que ficou conhecida como “psicologia social crítica”, a qual envolve trabalhos que foram produzidos sob diferentes perspetivas, a partir do fim dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa, e a partir da década de 1970, na América Latina, por exemplo (Montero, 2011).

Diferentes autores (e.g., Ferreira, 2011; Montero, 2011; Spink & Spink, 2013) têm discorrido acerca da variedade de perspetivas existentes sob essa denominação de “psicologia social crítica”. Segundo tais autores, essa denominação abrange um conjunto diverso de perspetivas, nomeadamente o socioconstrucionismo (e.g., Gergen, 1997), a psicologia discursiva (e.g., Potter & Wetherell, 1987), a psicologia feminista (e.g., Butler, 1990), a psicologia da libertação (e.g., Martín-Baró, 1986/2011), a psicologia socio-histórica (e.g., Bock et al., 2001; Lane, 1984), a psicologia social comunitária (e.g., Freitas, 2014; Montero, 2004),

entre tantas outras vertentes. No contexto europeu, apesar de encontrarmos expressões de várias dessas correntes, destacam-se as transformações epistemológicas desencadeadas pela abordagem feminista crítica (e.g. Neves & Nogueira, 2004; Nogueira, 2001), a qual contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da chamada “psicologia social crítica”.

Apesar das suas especificidades, essas diferentes perspectivas críticas no âmbito da psicologia social possuem algumas características em comum, como: a crítica ao paradigma positivista, o que implica críticas às bases epistemológicas do conhecimento produzido na área, havendo a recusa de concepções individualizantes, psicologizantes e reducionistas no estudo dos fenómenos psicossociais; a superação da dicotomia entre individual e coletivo, a partir do reconhecimento do papel do contexto social, histórico e cultural na constituição dos indivíduos, bem como do papel ativo dos mesmos na construção da realidade social; a superação da dicotomia entre teoria e prática, a ênfase no potencial interventivo e transformador da ciência, o que implica a impossibilidade de neutralidade da mesma e a necessidade de produção de um conhecimento contextualizado e coconstruído por pesquisadores e atores sociais; a valorização da pluralidade metodológica, entre outros aspetos (Montero, 2011; Neves & Nogueira, 2004; Spink & Spink, 2013).

A despeito do desenvolvimento desses diferentes modelos teórico-metodológicos nas últimas décadas, ainda hoje quando se fala de psicologia social é sobretudo a tradição (norte)americana que é realçada, em detrimento dos contributos significativos efetuados em outras partes do mundo, que continuam a não ser suficientemente integrados pela psicologia social *mainstream* (Lubek & Apfelbaum, 2000). Contudo, assiste-se desde o início do novo milénio a uma “viragem cultural” na psicologia social, que se traduz em dois aspetos fundamentais: por um lado, uma nova aproximação às ciências sociais e humanas, na tentativa de desenvolvimento de uma perspectiva integrada sobre o comportamento humano em múltiplos contextos de interação; por outro, a incorporação da produção científica realizada em zonas do globo tradicionalmente consideradas periféricas em termos científicos (África, América Latina, etc.) no sentido de uma maior abrangência dos modelos psicossociais.

Nesse sentido, a nossa proposta neste livro visa combinar o estudo dos grandes clássicos com a investigação mais recente, dando-se especial atenção ao contributo da disciplina para ajudar a compreender e a intervir nas grandes questões sociais dos dias de hoje (e.g., Hook et al., 2011; Vala & Monteiro, 2017).

As Relações Entre a Psicologia Social, a Comunicação e a Cultura

Segundo Lane (1984), a psicologia social possui como objetivo fundamental “conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social” (p. 19). Desse modo, como vimos nas secções anteriores, a compreensão dos processos psicológicos e sociais envolvidos na constituição dos indivíduos implica a consideração do contexto histórico, social e cultural em que eles se encontram e das relações sociais que estabelecem com diferentes outros (Wagoner, 2014), o que faz com que a psicologia social seja intimamente ligada à cultura e à comunicação.

Entretanto, assim como diversos conceitos no âmbito das ciências sociais e humanas, também com relações aos conceitos de “cultura” e “comunicação”, não há um consenso, havendo diferentes perspectivas que foram construídas ao longo dos anos visando entender estes fenómenos. Tendo em vista que uma revisão detalhada de tais perspectivas fugiria do

escopo deste capítulo, apresentaremos brevemente algumas considerações sobre cultura e comunicação e sobre como a psicologia social tem incorporado a dimensão sociocultural nos seus estudos, contribuindo para a compreensão dos processos comunicativos.

No que diz respeito ao conceito de “cultura”, autores e abordagens de diferentes áreas do conhecimento divergem quanto à importância atribuída a diferentes elementos na sua constituição, como estruturas, processos e/ou funções. Contudo, diferentes autores concordam em conceber a cultura como um conjunto de significados partilhados por indivíduos em determinado sistema social, incluindo ideias, atitudes, crenças, valores, instituições e também diferentes práticas que fazem parte da vida quotidiana de tal sistema (Smith et al., 2013).

No âmbito da psicologia, foram desenvolvidas diferentes abordagens para o estudo da cultura. Uma das contribuições que tem sido mais destacada é a de Geert Hofstede (2011), com o seu modelo de seis dimensões para a análise de culturas nacionais. Outro autor relevante nos estudos da cultura é Edward T. Hall (1959), antropólogo cujas contribuições foram importantes para diferentes áreas, nomeadamente as ciências da comunicação, com trabalhos, por exemplo, sobre como pessoas de diferentes culturas utilizam o tempo e o espaço de formas distintas. O trabalho de Hall influenciou o campo de estudos da comunicação intercultural, nomeadamente os estudos sobre a comunicação entre pessoas de diferentes culturas e as estratégias para o aprimoramento da competência intercultural (e.g., Bennett, 2013).

Cabe, agora, tecermos algumas considerações sobre as diferentes abordagens utilizadas nos estudos da cultura. Primeiro, algumas dessas abordagens tendem a conceber a cultura como algo estático e imutável, naturalizando as diferenças entre grupos nacionais e concebendo os indivíduos pertencentes a tais grupos como um todo homogêneo, desconsiderando a possibilidade de dissenso e o papel ativo dos indivíduos na transformação das culturas. Em segundo lugar, quando falamos em grupos culturais, ainda que frequentemente países sejam considerados como culturas particulares, estes não são entidades homogêneas, sendo que alguns países apresentam enorme diversidade cultural. Por isso, conforme alertam Smith et al. (2013), o conceito de “cultura” pode ser aplicado a diferentes níveis de um sistema social, por exemplo, a uma nação, a grupos étnicos específicos, a organizações, entre outros.

Finalmente, muitos destes estudos são conduzidos com pessoas em contextos chamados “WEIRD” (*Western, educated, industrial, rich, democratic*; ver Henrich et al., 2010), ou seja, em sociedades predominantemente ocidentais, industrializadas, ricas, democráticas e com população com alto nível de escolarização. Portanto, é fundamental também considerar estudos realizados a partir de diferentes contextos políticos, económicos e culturais. Isso é feito, por exemplo, nas diferentes perspetivas existentes dentro da chamada “psicologia cultural” (e.g., Adams et al., 2015), a qual se aproxima das abordagens da psicologia social crítica mencionadas anteriormente, e sublinha a importância da constituição mútua do contexto sociocultural e dos indivíduos, aspeto que está no cerne das abordagens de(s) coloniais⁴, que serão convocadas em outros capítulos.

Tal valorização do conhecimento produzido a partir de e para estes diferentes contextos socioculturais relaciona-se também com uma conceção crítica da interculturalidade, conforme adotamos neste livro. Trata-se de uma conceção que leva em consideração as experiências dos grupos de menor estatuto social percebido, visando a transformação das estruturas sociais a partir do respeito e do diálogo entre diferentes

4 Na língua portuguesa esta palavra tem sido grafada de duas formas — “descolonial” ou “decolonial” —, sendo que neste livro optamos por “decolonial”.

culturas e não apenas de uma suposta tolerância, que mantém intactos os privilégios e as desigualdades (Brasil & Cabecinhas, 2019).

Essas abordagens críticas da cultura e da interculturalidade concedem um papel fundamental à comunicação na constituição da cultura e dialogam, por exemplo, com a visão cultural ou ritual da comunicação, de James W. Carey (1989). Tal perspectiva contrapõe-se à visão transmissiva da comunicação, compreendendo a comunicação não apenas como transmissão de informação, mas como um processo simbólico através do qual os indivíduos podem construir, manter e/ou transformar a realidade. É um modelo que valoriza a agência dos indivíduos, a reciprocidade dos atores comunicativos e o caráter flexível da comunicação no processo de troca de significados em diferentes contextos.

A partir dessas explicações, torna-se evidente a complexidade inerente à análise dos processos comunicativos e a necessidade da consideração de diferentes níveis de análise a fim de atingir a sua compreensão. Numa obra de revisão da investigação em psicologia social até aos anos 1980, Doise (1982) distinguiu quatro níveis de análise no seio da disciplina e sublinhou a necessidade da criação de modelos integrados de comportamento social, que abarcassem esses diversos níveis. No nível *intrapessoal* estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que se inserem. No nível *interpessoal* ou *situacional* encontram-se os modelos que descrevem o modo como os indivíduos interagem numa dada situação, não tomando em consideração as diferentes posições que estes possam ocupar fora dessa situação (os seus grupos de pertença e de referência), isto é, nestes modelos as posições dos indivíduos são consideradas como intermutáveis e simétricas. O nível *posicional* ou *intergrupar* integra os modelos que recorrem explicitamente às diferentes posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interação para explicar as diferentes modalidades de interação. Finalmente, o nível *ideológico* integra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias dominantes veiculados pela sociedade.

Sublinha-se que os desenvolvimentos recentes na disciplina conduziram à inclusão de mais dois níveis de explicação a este modelo, quais sejam, um nível neurológico e um nível intersocietal (ver Doise & Valentim, 2015). O nível neurológico será afluído no capítulo sobre cognição social, mas não constitui o foco deste livro.

Desse modo, a psicologia social caracteriza-se pela natureza dos problemas que aborda e não pelos seus métodos, o que não significa que não existam orientações metodológicas predominantes. Dentre as principais estratégias metodológicas para estudar os fenómenos psicossociais, e para tentar abarcar os diferentes níveis de análise previamente mencionados, estão os diferentes tipos de medidas de autorrelato (entrevistas, questionários, etc.) e de medidas comportamentais, nomeadamente as medidas “explícitas” e as medidas “implícitas” (para uma revisão, ver Lima & Bernardes, 2013). Além disso, nas últimas décadas, diversos pesquisadores da área têm prezado pela triangulação metodológica (e.g., Apostolidis, 2006), uma vez que cada metodologia apresenta vantagens e limitações específicas.

A breve revisão realizada neste capítulo introdutório acerca do objeto e da história da psicologia social e das suas relações com a comunicação e a cultura aponta para a imprescindibilidade da consideração desses diferentes níveis de análise como possível caminho para aprimorar a compreensão dos fenómenos sociais, sublinhando o caráter complexo, multifacetado, histórico-social-cultural dos fenómenos psicossociais. Nos capítulos seguintes apresentamos os principais conceitos e abordagens desenvolvidos no âmbito da psicologia social, os quais tentaram compreender o comportamento social, a partir do

foco em diferentes níveis de análise. No final de cada capítulo, para além das referências bibliográficas são apresentados outros recursos úteis ou material suplementar.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adams, G., Dobles, I., Gómez, L. H., Kurtiş, T., & Molina, L. E. (2015). Decolonizing psychological science: Introduction to the special thematic section. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 213–238. <https://doi.org/10.5964/jsp.p.v3i1.564>
- Alves, A. (1994). *Teorias da comunicação. Programa e metodologia*. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/13857>
- Allport, F.H. (1924). *Social psychology*. The Riverside Press.
- Allport, G.W. (1954/1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (2nd ed., pp.1–80). Addison-Wesley.
- Allport, G.W., & Postman, L. (1946). An analysis of rumor. *Public Opinion Quarterly*, 10(4), 501–517.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2007). *Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. McGraw-Hill.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Afrontamento.
- Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Apfelbaum, E. (2009). Against the tide: Making waves and breaking silences. In L. Mos (Ed.), *History of psychology in autobiography* (pp.1–36). Kluwer Academic/Plenum Press.
- Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: Une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 211–226. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200011>
- Asch, S. (1952). *Social psychology*. Prentice-Hall.
- Bartlett, F. C. (1923). *Psychology and primitive culture*. Cambridge University Press.
- Bartlett, F. C. (1928). Social constructiveness. *British Journal of Psychology*, 18, 388–391.
- Bennett, J.M. (2013). Intercultural competence: Vital perspectives for diversity and inclusion. In B. M. Ferdman & B. R. Deane (Eds.), *Diversity at work: The practice of inclusion* (pp. 155–176). John Wiley & Sons, <https://doi.org/10.1002/9781118764282.ch5>
- Berkowitz, L. (1965). *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2). Academic Press.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2001). *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2019). Diálogo intercultural e relações intergrupais na Europa: Contributos dos estudos culturais e da psicologia social. *Comunicação e Sociedade, Volume Especial*, 89–103. [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3062](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3062)
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Carey, J. (1989). *Communication as culture: Essays on media and society*. Unwin Hyman Inc.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.

Doise, W. (1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos* (E. Caldeira, Trad.). Moraes Editores. (Trabalho original publicado em 1976)

Doise, W., & Valentim, J. P. (2015). Levels of analysis in social psychology. In J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2nd edition, Vol.13, pp. 899–903). Elsevier.

Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273–302.

Ferreira, M. C. (2011). Breve história da moderna psicologia social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social – Principais temas e vertentes* (pp. 13–30). Artmed.

Freitas, M. F. Q. (2014). Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: Desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Ed.), *Psicologia comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65–88). Vozes.

Freud, S. (1988). *A interpretação dos sonhos* (Vol III, L. Magalhães, Trad.). Ed. Livresiros. (Trabalho original publicado em 1900)

Galton, F. (1874). On a proposed statistical scale. *Nature*, 9, 342–343.

Gergen, K. J. (1997). Social psychology as social construction: The emerging vision. In C. McGarty & S. A. Haslam (Eds.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp. 113–128). Blackwell Publishing.

Giddens, A. (2000). *Sociologia* (M.A. Figueiredo, C.L. Silva & V. Gil, Trans.). Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1997)

Hall, E. T. (1959). *The silent language*. Doubleday.

Henrich J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2–3), 61–83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>

Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1). <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1014>

Hook, E., Franks, B., & Bauer, M. W. (2011). *The social psychology of communication*. Palgrave Macmillan.

Israel, J., & Tajfel, H. (1972). *The context of social psychology: A critical assessment*. Academic Press.

James, W. (1890). *The principles of psychology*. Henry Holt & Co.

Jesuino, J. C. (1994). *Psicologia*. Difusão Cultural.

Jesuino, J. C. (2000). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 49–60). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 10–19). Brasiliense.

Le Bon, G. (1895). *Psychologie des foules*. F. Alcan.

Leyens, J.-P. (1991). *Psicologia social* (I. Braga & A. Santos, Trans.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1979)

Lima, M. L., & Bernardes, S. (2013). Métodos de investigação em psicologia social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 1–42). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés – Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.

Lubek, I., & Apfelbaum, E. (2000). A critical gaze and wistful glance at Handbook histories of social psychology: Did the successive accounts by Gordon Allport and successors historiographically succeed? *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 36, 405–428. [https://doi.org/10.1002/1520-6696\(200023\)36:4%3C405::AID-JHBS7%3E3.0.CO;2-2](https://doi.org/10.1002/1520-6696(200023)36:4%3C405::AID-JHBS7%3E3.0.CO;2-2)

Martín-Baró, I. (2011). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Eds.), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 181–197). Alínea. (Trabalho original publicado em 1986)

- Montero, M. (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: Una respuesta latinoamericana. *Psyke*, 13(2), 17–28. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282004000200002>
- Montero, M. (2011). Ser, fazer e parecer: Crítica e libertação na América Latina. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Eds.), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 87–100). Alínea.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: A ciência ao serviço da mudança social. *ex æquo*, (11), 123–138.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orano, P. (1902). *Psicologia sociale*. Laterza & Figli.
- Pavlov, I.P. (1927). *Les réflexes conditionnels. Etude objective de l'activité nerveuse supérieure des animaux*. Alcan.
- Pereira, O.G. (2000). A emergência do paradigma americano. In: Vala, J., & Monteiro, M. B. (Eds.). *Psicologia social* (pp. 31-47). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. SAGE.
- Quetelet, A. (1869). *Physique sociale: Ou, essai sur le développement des facultés de l'homme*. C. Muquardt.
- Santos, A. M. (2000). Os primórdios de uma disciplina – curso e percurso. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.). *Psicologia social* (pp. 13-47). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Smith, P.B., Fischer, R., Vignoles, V.L. & Bond, M.H. (2013). *Understanding social psychology across cultures engaging with others in a changing world*. Sage.
- Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2013). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Eds.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 679–700). Nau.
- Tarde, G. (1924). *Les lois de l'imitation*. Alcan. (Trabalho original publicado em 1890)
- Tarde, G. (2011). *Études de psychologie sociale*. Elibron Classics. (Trabalho original publicado em 1898)
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2017). *Psicologia social*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wagoner, B. (2017). What makes memory constructive? A study in the serial reproduction of Bartlett's experiments. *Culture & Psychology*, 23(2), 186–207. <https://doi.org/10.1177/1354067X17695759>
- Watson, J. (1913). Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Review*, 20(2), 158–177. <https://doi.org/10.1037/h0074428>
- Wundt, W. (1897). *Outlines of psychology*. Gustav E. Stechert.

Cognição Social

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.3>

Diana Ramos de Oliveira

Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7604-4825>
dianaramos@ufrj.br

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Yuri Sousa

Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8713-5543>
yuri.sousa@ufba.br

Resumo

A cognição social abrange o estudo científico da mente e processamento de informação social. O comportamento humano pode, pelo menos em parte, ser explicado por padrões básicos de pensamento, que constituem o cerne das cognições sociais. Trata-se da capacidade dos indivíduos de formular inferências a partir das informações sociais do ambiente. A pesquisa sobre cognição social explora como se faz julgamentos sociais sobre outros indivíduos ou grupos sociais, sobre papéis sociais e sobre suas próprias experiências em contextos sociais. Uma das primeiras descobertas da psicologia social é que a cognição social é frequentemente marcada por vieses ou enviesamentos. A psicologia cognitiva, a neurociência e a psicologia social enfatizam os aspectos mais sociais da cognição. Neste capítulo, apresentamos alguns elementos da cognição social e suas perspectivas. Relacionamos a cognição social a algumas teorias psicológicas, vinculando a literatura de pesquisa e chamando a atenção para outras técnicas metodológicas utilizadas atualmente. Assim sendo, trataremos de elucidar como a natureza das estruturas mentais e dos processos operam na cognição social como uma tarefa central.

Palavras-chave

cognição social, percepção social, estruturas sociais, processos sociais

Introdução

Discorrer sobre a cognição social instiga a busca de conhecimentos sobre as bases psicológicas das relações sociais, envolvendo questões centrais na pesquisa psicossocial: “os modos pelos quais as pessoas pensam sobre si mesmas e sobre as coisas, formam impressões acerca de outras pessoas ou grupos sociais e explicam comportamentos e eventos” (Ferreira, 2010, p. 54).

De acordo com Pereira e Bastos (2014), a abordagem da cognição social parte de uma premissa básica: o conhecimento acerca do mundo físico e social é essencial para a sobrevivência humana. O crescimento da cognição social foi uma reação ao domínio anterior do *behaviorismo*, um modelo que não captava as nuances de uma ampla gama de comportamentos sociais, instigando psicólogos sociais a buscarem compreender processos e estruturas cognitivas que se desenrolam durante as interações sociais. Nesse contexto, a partir do que se pode chamar de “enfoque cognitivo”, compreende-se que se quisermos entender o comportamento de uma pessoa em dado momento, é preciso saber como ela interpreta e experimenta a situação em questão (Gilovich et al., 2016).

De acordo com Garrido et al. (2011), estes “pressupostos herdados da *gestalt* social, do *construtivismo*, da teoria da *aprendizagem social*, e do *processamento de informação* começaram a ser integrados” (p. 126), convergindo na ideia de que os “registos perceptivos são organizados em categorias, interpretados em termos de estruturas internas de processamento de informação, e moldados em função da experiência individual e cultural, adquirindo significado através de um processo activo e construtivo de lidar com a realidade” (p. 126). Ainda, estes autores defendem que a cognição social traz à tona a importância do nível de análise cognitivo na psicologia social. Admitindo que

nem toda a psicologia social é cognição social porque nem toda a psicologia social enfatiza o nível de análise cognitivo. A cognição social é social porque enfatiza o carácter interpessoal, inter-subjectivo e reflexivo da cognição, e cognitiva porque enfatiza o nível de análise cognitivo na psicologia social. (Garrido et al., 2011, p. 127)

Para Mathew e Raja (2018), a cognição social diz respeito às estruturas e processos cognitivos que moldam a nossa compreensão das situações sociais e que medeiam o nosso comportamento. Assim sendo, as estruturas cognitivas são categorias nas quais classificamos as informações recebidas. Estas estruturas são criadas através de múltiplas experiências e funcionam como quadros interpretativos para novas informações.

A área da cognição social se foca nos fatores internos e processos mentais relacionados ao mundo social. Embora, de certa forma, a psicologia social tenha sido cognitiva a partir dos anos 1940 (cf. Fiske & Taylor, 1991), a perspectiva da cognição social redefiniu as maiores questões em psicologia social (Bar-Tal & Kruglanski, 1988), inspirando uma intensa atividade de pesquisa durante as últimas décadas.

O que é Cognição Social?

A literatura sugere que a expressão “cognição social” terá sido utilizada pela primeira vez por Bruner e Tagiuri (1954), num célebre artigo sobre percepção da pessoa. No entanto, esta expressão não captou, na altura, a atenção dos investigadores e só viria a tornar-se corrente nos anos 1980, quando a perspectiva da cognição social se tornou dominante no seio da psicologia social.

Segundo Hamilton (1981), a cognição social estuda os processos de aquisição, transformação e recordação da informação social e dos fatores que influenciam esses processos, assim como a relação entre esses processos e os julgamentos efetuados pelo indivíduo. Por seu turno, Fiske e Taylor (1991) consideram que a cognição social estuda a forma como as pessoas se definem e definem os outros.

Em uma literatura mais recente, encontram-se algumas definições de cognição social, como, por exemplo, a de Bishop e Trout (2005), que apresentam o conceito do ser humano

como um agente processador de informações, em que este raciocina sobre os elementos processados e procura identificar, explicar e compreender os eventos que ocorrem no ambiente que o cerca. Esta capacidade de raciocinar sobre as causas e razões de um determinado evento é um dos elementos mais importantes na caracterização da natureza humana e uma das premissas básicas de estudo da cognição social.

De acordo com Myers (2014), a cognição social é a maneira pela qual alguém lembra, analisa, interpreta e usa informações sobre o mundo social. A cognição social corresponde, segundo Monteiro e Neto (2010), às habilidades de identificação, manipulação e adequação do comportamento, tendo como parâmetros a seleção de informações socialmente relevantes, desde que detetadas e processadas a partir do ambiente, conforme o contexto em que o indivíduo se encontra. Assim, pode-se considerar que o campo da cognição social estuda “como as pessoas pensam sobre o mundo social e chegam a julgamentos que as ajudam a interpretar o passado, entender o presente e predizer o futuro” (Gilovich et al., 2016, p. 110).

De maneira geral, poder-se-ia dizer, então, que a expressão “cognição social” é utilizada para se referir a estruturas de conhecimento, aos processos interpessoais de criação e disseminação de conhecimento (incluindo a codificação, armazenamento, recuperação e ativação de informações sociais), ao real conteúdo desse conhecimento e à formação de cada um desses aspectos da cognição pelas forças sociais.

Estruturas e Processos Cognitivos na Relação com o Outro

Estruturas e processos cognitivos moldam a nossa compreensão das situações sociais, por exemplo, pela influência de vieses, esquemas e heurísticas (Rodrigues et al., 2010), que atuam como mediadores cognitivos entre nós (agentes) e o mundo. Na sua essência, o pressuposto fundamental da investigação sobre cognição social é a ideia de que as representações mentais que temos de nós mesmos (o *self*), de outras pessoas e de situações sociais desempenham um papel fundamental na formação do comportamento. A tarefa central da investigação sobre cognição social é, portanto, fornecer uma especificação da natureza destas estruturas mentais e dos processos que nelas operam (Mathew & Raja, 2018).

Nesse contexto, o “esquema” é um constructo fundamental, sendo introduzido por Bartlett (1932) na sua análise de como as histórias são transmitidas de pessoa para pessoa, especialmente histórias de uma cultura diferente daquela das pessoas que comunicam a história. A noção de “esquema” abrange conteúdos variados na psicologia cognitiva. Uma concepção ampla é que os esquemas são mais abstratos e maiores que as categorias e que contêm relações entre características e regras que os governam, enquanto as categorias classificam coisas e pessoas. Um esquema é um conjunto organizado e estruturado de cognições sobre algum conceito ou estímulo (Fiske & Taylor, 1991), podendo ser sobre pessoas específicas, traços de personalidade, papéis sociais, sobre si mesmo (autoconceito, o *self*), objetos específicos, grupos ou categorias sociais (estereótipos), eventos, situações, entre outros (Tróccoli, 2011). Esquemas são representações mentais generalizadas que organizam o conhecimento e orientam o processamento da informação, influenciando a maneira como codificamos, julgamos e lembramos tais informações (Rodrigues et al., 2010; Tróccoli, 2011). Nesse contexto, quaisquer que sejam os processos analisados, parece ser relevante estabelecer relações com estruturas básicas de conhecimento, visando compreender, por exemplo, como os esquemas moldam e são moldados por processos de atenção, interpretação e

memória, ou, ainda, como a ativação de heurísticas e vieses pode reforçar ou alterar os esquemas preexistentes.

De acordo com Mecca et al. (2016), todavia, não há uma definição precisa de quantos e quais são os domínios da cognição social. Por outra parte, Fiske e Taylor (2013) identificam 14 domínios da cognição social, que vão desde conceitos mais básicos, como atenção social e codificação de estímulos sociais, até processos sociais de ordem superior, como tomada de decisão social. Neste capítulo, veremos apenas alguns deles.

Pinkham et al. (2014), ao realizarem um levantamento feito com pesquisadores com experiência em pacientes clínicos, especialmente com esquizofrenia e transtorno do espectro autista, de maneira a conhecer as melhores e mais adequadas medidas para avaliar a cognição social, destacaram a presença de quatro domínios da cognição social, a saber: processamento das emoções, percepção social, teoria da mente, e estilo e viés de atribuição (atribuição causal), corroborando estudos prévios de Penn et al. (2006). Ainda que no decorrer do texto sejam apresentados outros componentes da cognição social, os quatro domínios mencionados podem ser detalhados como forma de organizar a discussão.

Processamento (Percepção) das Emoções e Percepção Social

De acordo com Mecca et al. (2016), a componente *percepção das emoções* é marcada pela capacidade de perceber e usar as emoções de forma adequada. Esse domínio da cognição social apresenta subníveis: em um nível primário, o reconhecimento de expressões faciais e o reconhecimento de emoções atuam como preditores do processo de socialização; em um nível avançado, a compreensão e o gerenciamento das emoções seriam preditores do desenvolvimento das demais habilidades sociais.

A *percepção social* diz respeito a como produzimos conhecimento sobre o outro, formando impressões e atribuindo-lhes motivações, afetos, crenças, entre outros (Heider, 1958/1970). A evolução conceitual e interpretativa tem avançado na atualidade, e, neste sentido, Leyens e Dardenne (1996) e Fiske e Taylor (2017), conforme descrito por Ramos-Oliveira e Senra (2021), argumentam sobre como a percepção social pode ser sistematizada em cinco grandes perspectivas, apoiadas em grandes teorias e evidências empíricas: (a) *ser racional e consistente*: alguém que se apoia na racionalização e na procura de consistência para reduzir o estado de desconforto psicológico provocado pela inconsistência entre as suas cognições; (b) *cientista ingênuo*: as pessoas processam informação, recorrendo sobretudo às suas teorias e não a um processamento mais elementar que exige o exame detalhado e objetivo da informação; (c) *processador de dados*: o indivíduo aborda os fatos de forma objetiva na ausência de preconceções (Anderson, 1981); (d) *avaro cognitivo*: aludindo à relutância com que as pessoas utilizam as suas capacidades para perceber os outros de forma precisa; (e) *estrategista social motivado*: alguém que dispõe de várias formas de pensar, que seleciona e utiliza com base nos seus objetivos, motivos e necessidades (ver Fiske & Taylor, 2017).

Outros autores destacam que as principais correntes desse campo poderiam ser organizadas em apenas duas metáforas a respeito do ser humano, a saber, o *avaro cognitivo* e o *tático motivado* (e.g., Pereira & Bastos, 2014; Pereira & Dantas, 2023). O *avaro cognitivo* seria um processador de informações com recursos limitados, que recorre a atalhos cognitivos como forma de economia de esforço, e que, por isso, tenderia a cometer erros sistemáticos de julgamento. O *tático motivado* seria um agente influenciado por emoções, crenças, valores, atitudes, estereótipos, preconceitos, entre outros constructos, que, em algumas circunstâncias, é capaz de processar as informações da situação de maneira mais

criteriosa. Conforme salientam Pereira e Dantas (2023), essas duas perspectivas devem ser consideradas complementares para compreender as diferentes facetas de manifestação da ação humana.

Em direção similar, um conjunto de evidências e teorias em cognição social tem argumentado em favor da existência de dois sistemas complementares de processamento da informação (e.g., Duckitt, 2001; Frankish, 2010; Kahneman, 2011/2012). Um sistema seria responsável pelo pensamento automático, rápido, intuitivo, não consciente e pouco dispendioso em termos de esforço cognitivo, ao passo que o outro estaria relacionado ao pensamento controlado, consciente, deliberado e reflexivo. As pesquisas sobre os sistemas duais têm demonstrado que, com frequência, evitamos processos cognitivos controlados, especialmente em situações familiares, em que processos automáticos e intuitivos bastam (Kahneman, 2011/2012). Nesse sentido, a percepção social e a formação de impressões sobre os outros também podem ser influenciadas por mecanismos ora automáticos, ora controlados (e.g., Wyer & Srull, 1988).

De acordo com Asch (1946), levamos apenas 30 segundos para formar uma primeira impressão sobre alguém. É nesse curto espaço de tempo que são analisadas características (e.g., traços de personalidade, estados de humor), que relacionam a nossa interação com os outros, formando um todo organizado em que inconsistências impelem a procura por formas de reduzir tensões na percepção social (Asch, 1952/1977). Mesmo que um indivíduo deseje revelar características diferentes ou contraditórias, tendemos a criar uma impressão unificada sobre ele. A informação adquirida inicialmente costuma ter um impacto maior, influenciando significativamente nossos julgamentos futuros, mesmo que essa impressão possa ser alterada posteriormente (Asch, 1946). Esse fenômeno é conhecido como “efeito de primazia”, um efeito de ordem, em que os primeiros elementos apresentados exercem maior influência na formação de julgamentos do que os elementos subsequentes, especialmente quando as informações são ambíguas (Gilovich et al., 2016).

Importa mencionar que a formação de impressões não se limita ao nível interpessoal de análise, já que uma decorrência das pesquisas baseadas no modelo do avaro cognitivo foi o reconhecimento da importância do grupo no âmbito da percepção social. Fiske e Neuberg (1990) argumentam que os processos de formação de impressões baseados nas categorias sociais têm prioridade sobre os sustentados nos atributos pessoais. Dadas as limitações inerentes ao sistema cognitivo, é mais simples (i.e., requer menos esforço) e mais eficiente (i.e., requer menos tempo) para o observador usar informação categorial para a formação de impressões acerca dos indivíduos do que analisar cada pessoa numa base puramente singular. De acordo com os autores, as pessoas formam impressões dos outros através de uma variedade de processos que estão ligados a um *continuum*, refletindo o grau com que os indivíduos utilizam atributos particulares da pessoa-alvo (Fiske & Neuberg, 1990). Em um dos polos do *continuum* estão os processos baseados em categorias (*category-based*), que se concentram na categoria de pertencimento da pessoa-alvo, excluindo em grande parte seus atributos particulares. No outro polo, estão os processos baseados em atributos pessoais (*attribute-based*), que se concentram nos atributos específicos da pessoa-alvo, excluindo em grande parte suas categorias de pertencimento.

Decorrem desse modelo cinco premissas: os indivíduos dão prioridade aos processos baseados em categorias; a interpretação do ajustamento entre a categoria e os atributos determina o uso do *continuum*; o uso do *continuum* é mediado por mudanças no nível de atenção; a motivação influencia a formação de impressões de acordo com a interdependência estrutural; as influências motivacionais também são mediadas pela atenção e pela resposta interpretativa aos atributos da pessoa-alvo (Fiske & Neuberg, 1990). Relativamente à primeira premissa deste modelo, interessa referir que a prioridade dos processos baseados na categoria se manifesta em dois aspetos: os indivíduos tentam num

primeiro momento “encaixar” a pessoa numa categoria específica, e só se esse “encaixe” se revelar muito desajustado é que passam para a fase seguinte, que exige mais atenção e maior esforço cognitivo, formando as suas impressões a partir dos atributos pessoais.

Autoestima

Segundo Mathew e Raja (2018), a autoestima é considerada um princípio norteador da cognição social, pois a avaliação que fazemos de nós mesmos é central para compreendermos o mundo à nossa volta. Uma pessoa com autoestima elevada se percebe capaz, tem um autoconceito positivo e, geralmente, é confiante com outras pessoas. Uma pessoa com baixa autoestima tende a não ter confiança em si própria, resultando na falta de motivação.

A autoestima diz respeito ao valor que um indivíduo atribui a si próprio e associa à percepção de si (Baumeister et al., 2003). A autoestima pessoal e a autoestima coletiva são importantes para sobreviver como uma identidade pessoal e no grupo (Ramos-Oliveira, 2016). Nos últimos anos, estudos empíricos e teóricos têm buscado determinar os efeitos dos processos psicossociais e da cognição social na autoestima. Os resultados mostraram que a autoestima pessoal está associada à autoestima coletiva, principalmente na dimensão da percepção do apoio social no seu grupo. Ademais, a autoestima coletiva é uma fonte de autoestima pessoal, em sua dimensão de pertencimento ou percepção de capital social no grupo, particularmente em sociedades heterogêneas como o Brasil (Ramos-Oliveira, 2016).

Os estudos de Werneck e Ramos-Oliveira (2021) sobre o comer emocional¹ apontam correlações significativas entre autoestima, comer emocional e estereótipos negativos. Uma autoestima negativa se relaciona com uma maior tendência de desenvolver o comer emocional. O comer emocional se associa a estereótipos negativos (e.g., mentiroso, fraco). Esses achados ratificam como a cognição social é capaz de analisar os fatores preditivos e precursores dos comportamentos de saúde, descrevendo o comportamento como o resultado de processos cognitivos (Garrido et al., 2011).

Atribuição Causal

Atribuições são declarações causais, ou seja, a maneira como se atribui as causas aos acontecimentos. As primeiras formulações da teoria da atribuição foram desenvolvidas por Heider (1958/1970), que considerava que o ser humano empenha os esforços necessários para compreender os acontecimentos que vivencia e diferencia as causas que vêm da própria pessoa e aquelas que independem da pessoa. Para Heider (1958/1970), a atribuição causal centra a sua análise na forma como os indivíduos ajustam internamente as suas cognições, de maneira a estarem em equilíbrio consigo próprios e nos ajustamentos que eles mesmos fazem perante o meio social em que se inserem. Em sua perspectiva, o comportamento seria o resultado da interação entre fatores pessoais ou internos (e.g., aptidão, esforço, fadiga) e fatores ambientais ou externos (e.g., dificuldade da tarefa, oportunidade, sorte). O autor constatou que, quando alguém observa o comportamento de outra pessoa, há uma tendência a superestimar a influência de fatores pessoais em detrimento de fatores externos, situacionais, um viés que foi posteriormente chamado de “erro fundamental de atribuição” (Ross, 1977).

1 Comer emocional refere-se ao ato de comer por impulso, estando associado a sintomas depressivos e ansiedade. O comer emocional é uma condição nociva à saúde (física, mental e social), e pode ser um precursor ou um componente adjunto dos transtornos alimentares.

Silva et al. (2011) argumentam que as pessoas tendem a achar explicações para seus sucessos e fracassos para poderem compreender o seu ambiente, estabelecendo relações com base nas suas crenças e expectativas para justificar o seu desempenho. O desempenho está diretamente ligado às emoções, refletindo na autoestima. Além de se relacionar com aspetos afetivos e motivacionais envolvidos na manutenção do autoconceito e da autoestima, os processos de atribuição causal também são influenciados por dinâmicas posicionais e ideológicas. Por exemplo, quando membros de grupos alvo de preconceito adotam comportamentos negativos, prevalecem atribuições internas ou geneticamente determinadas, ao passo em que os comportamentos positivos são frequentemente acompanhados por explicações externas, baseadas em excecionalidade, sorte ou manipulação do contexto (Pettigrew, 1979).

Processos Automáticos, Heurísticas e Vieses Cognitivos

Após apresentar alguns dos principais componentes e processos básicos relacionados à cognição social, como a percepção das emoções, a percepção social, a autoestima e a atribuição causal, é essencial considerar como esses processos são influenciados por processos automáticos, heurísticas e vieses cognitivos, que desempenham um papel crucial na forma como interpretamos informações sociais e tomamos decisões.

Efeito *Priming*

O efeito *priming* envolve procedimentos que aumentam a disponibilidade de informações específicas na consciência. Trata-se da “apresentação de uma informação designada para ativar um conceito e consequentemente torná-lo acessível. ‘*Prime*’ é o estímulo apresentado para ativar o conceito em questão” (Gilovich et al., 2016, p. 131). As condições externas podem servir como *priming*, mas em muitos casos os nossos próprios *priming* parecem gerados com base em inferências sobre as características dos outros, por exemplo, quando pensamentos recentes influenciam a interpretação de informações subsequentes (Eysenck, 2009). O conceito tem ainda uma utilidade metodológica, Pereira et al. (2002) descrevem o *priming* como meio para a manipulação das variáveis independentes e da adoção de medidas de tempo de reação e de decisão lexical como recursos para a mensuração da variável dependente. Os efeitos do *priming* nos processos cognitivos foram analisados detalhadamente por Fiske (1998), onde podem ser encontrados argumentos consistentes com o ponto de vista de que o *priming* favorece a avaliação positiva do endo-grupo, ao mesmo tempo que contribui para o processo de categorização.

Efeito de Enquadramento

Outro aspeto a ser levado em consideração é a forma como as questões são enquadradas, o que constitui um aspeto sutil da tomada de decisão em situações de incerteza com implicações diretas no processo de negociação. O *enquadramento* trata da influência no julgamento que resulta da maneira como determinado conteúdo é abordado, incluindo a ordem de apresentação das informações, com consequências positivas ou negativas, ou, como descrito de forma mais tradicional, em um enquadramento de ganha-perde. Luz et al. (2020), revisando vários estudos, verificaram que a eficácia relativa do enquadramento de mensagens de ganho *versus* perda depende de outras características, ligadas ao indivíduo ou ao formato e ao conteúdo das mensagens. O efeito de enquadramento é largamente verificado na influência exercida pelos meios de comunicação à formação de consensos sociais, já que os média “organizam histórias noticiosas e outros discursos através de seus padrões de seleção, ênfase, interpretação e exclusão. Enquadrar é selecionar alguns aspetos da realidade percebida e os colocar em destaque num texto comunicativo” (Rossetto

& Silva, 2012, p. 106). Nesse sentido, o pensamento social é influenciado por disputas e decisões comunicativas sobre quais assuntos devem ser discutidos e sobre como pensar a respeito dos problemas de interesse coletivo, de modo que os mídia fornecem “pacotes interpretativos” que se manifestam em recursos retóricos, ideias-chave, metáforas e soluções imaginadas (Fuks, 2000).

Heurísticas

Uma heurística cognitiva é um atalho para a resolução de problemas, que reduz informações complexas ou ambíguas a operações de julgamento mais simples. Embora sejam geralmente úteis, podem levar a erros severos e sistemáticos de julgamento (Kahneman & Tversky, 1996). As heurísticas fornecem regras ou princípios que permitem fazer julgamentos sociais rapidamente e com esforço reduzido (Kalat, 1999), auxiliando o indivíduo a decidir se uma determinada pessoa ou evento é um exemplo de um esquema específico.

Heurística da Disponibilidade

Com base na *heurística da disponibilidade*, os indivíduos tendem a julgar como mais prováveis os acontecimentos que recordam melhor, por serem mais salientes ou mais recentes do que acontecimentos de igual frequência, mas cujas instâncias não são tão facilmente recordadas (Kahneman & Tversky, 1996). As decisões estratégicas são frequentemente influenciadas pelos julgamentos acerca da probabilidade de certos tipos de acontecimentos. Usando a heurística da disponibilidade, os indivíduos consideram como provável um acontecimento futuro se for fácil recordar as ocorrências passadas desse acontecimento. Geralmente, os acontecimentos que ocorrem frequentemente são mais fáceis de recordar do que os acontecimentos pouco frequentes. O mesmo se verifica com os acontecimentos dramáticos vividos e com os acontecimentos mais recentes. Por estas razões, a heurística da disponibilidade pode distorcer consideravelmente os julgamentos de probabilidade, já que as pessoas podem superestimar a ocorrência de eventos raros, mas que são fáceis de lembrar por serem impactantes.

Os processos cognitivos são antecedentes importantes de táticas de negociação, em que as heurísticas podem ter grande impacto nos resultados. As decisões do negociador são frequentemente efetuadas no contexto de sistemas sociais, organizacionais e culturais complexos que têm restrições legais e suportes históricos (Cabecinhas, 1995). No âmbito jurídico, por exemplo, segundo Andrade (2019), a heurística da disponibilidade é a primeira a ser empregada por todo juiz, pois ele toma decisões a partir das informações que estão disponíveis em sua mente, a partir de seu conhecimento jurídico, de sua experiência profissional. Conforme relata o autor, decidir prontamente, sem pesquisar ou verificar informações, sem examinar regras e cotejar provas, pode redundar em falhas cognitivas que comprometem a realização da justiça, ou seja, a pressa na análise das provas pode significar eficiência sem justiça. O excesso de confiança nos conhecimentos adquiridos origina frequentemente erros de julgamento, pelo que se recomenda uma vigilância autocrítica no exercício desta e outras profissões.

Heurística da Representatividade

Assim como a heurística da disponibilidade, uma das heurísticas mais estudadas nos processos de tomada de decisão é a *heurística da representatividade*, que, segundo Kahneman (2011/2012), funciona como uma comparação para avaliar se um alvo específico pertence a determinada categoria, por parecer típico ou representativo dela. Bazerman (1994) afirma que esse tipo de heurística é uma forma de decisão enviesada por estereótipos, onde as bases do julgamento são modelos mentais de referência. Neste caso, um protótipo é

usado para representar categorias na tarefa de previsão, sendo que a probabilidade, por exemplo, de um indivíduo pertencer a uma categoria específica é julgada pelo grau em que o indivíduo se assemelha ao estereótipo da categoria (Kahneman & Frederick, 2005).

A heurística da representatividade tem várias facetas: (a) insensibilidade ao nível de base (*baseline*) – ao avaliar a probabilidade de determinado acontecimento, as pessoas tendem a descurar o “nível de base” sempre que dispõem de outra informação descritiva, ainda que irrelevante; (b) insensibilidade à dimensão da amostra – as pessoas tendem a não ter em consideração a dimensão da amostra, generalizando a partir de um número reduzido de exemplos; (c) subavaliação do acaso – as pessoas tendem a considerar que as sequências produzidas aleatoriamente têm, elas próprias, uma confirmação aleatória, mesmo quando essa sequência é demasiado curta para que tais expectativas sejam válidas estatisticamente; (d) correlação ilusória – os indivíduos tendem a considerar como mais provável a correlação entre dois acontecimentos particulares do que um conjunto mais global de ocorrência de que essa relação faz parte.

Uma pesquisa realizada por Nunes e Santos (2021) teve por objetivo analisar a influência dos estereótipos na tomada de decisão, a partir da aplicação de um questionário com descrições de situações/perfis a um grupo de 30 pessoas, de sexo masculino e feminino. Os resultados mostraram que o uso da heurística de representatividade, pela maioria dos participantes, ocorreu tanto em situações de decisão que envolvem incerteza quanto em situações que não envolvem incerteza. Esses achados podem contribuir para entender fenômenos sociais em que, mesmo com informações suficientes, os indivíduos se deixam levar por estereótipos para realizar julgamentos.

Especialmente quando combinadas, as heurísticas da disponibilidade e da representatividade podem afetar consideravelmente as estratégias de negociação. Quando é fácil para os negociadores recordar as instâncias prévias em que foram empregues táticas contenciosas, torna-se mais elevada a probabilidade de usar de novo as mesmas táticas. Isto é, quando uma determinada forma de resolver os problemas é facilmente recordada, torna-se uma estratégia mais provável em detrimento de outras. Contudo, a recordação das consequências desastrosas de um comportamento contencioso no passado pode criar o desejo, em ambas as pessoas ou grupos, de não reincidir em tais estratégias (Friedman, 1989). Assim, a recordação das consequências do uso de táticas contenciosas, relações hostis ou não-acordo, pode diminuir a sua probabilidade de ocorrência (Kahneman, 2011/2012).

Heurística da Ancoragem

A *heurística da ancoragem* é uma estratégia de simplificação que se traduz na escolha de um ponto de referência relativamente arbitrário (âncora) que vai influenciar o julgamento. Isto é, os indivíduos fazem estimativas baseadas num valor inicial (derivado da recordação de acontecimentos anteriores ou qualquer outra informação disponível) e, em seguida, procedem a ajustamentos insuficientes, a partir dessa âncora, para estabelecer um valor final. Desse modo, em processos de negociação, a oferta inicial efetuada pelo outro negociador tem uma influência particularmente forte nas exigências e nas concessões subsequentes. Isto pode refletir o uso das heurísticas da ancoragem se considerar que a primeira oferta serve como âncora (Neale & Bazerman, 1991). Possivelmente, o tipo de âncora mais frequente é o *status quo*, a situação existente na altura da negociação, o que geralmente favorece uma parte sobre a outra (Pruitt & Carnevale, 1993).

No campo da tomada de decisão judicial, existe uma elevada adoção de heurísticas. De acordo com Andrade (2019), é comum os juízes edificarem provimentos condenatórios a partir do viés da ancoragem, sem ter a consciência de até que ponto são

influenciados por esta e outros tipos de heurísticas cognitivas nos processos judiciais (e.g., Schünemann, 2000/2012).

Decisões Relacionadas à Vacinação: Um Exemplo da Influência de Processos Sociocognitivos

Recentemente, a pandemia de COVID-19 destacou a complexa interação entre processos sociais e cognitivos na tomada de decisões sobre a vacinação. Estudos realizados na interface entre a psicologia social e a saúde coletiva evidenciam como heurísticas e vieses cognitivos influenciam essas decisões, revelando que as atitudes em relação às vacinas muitas vezes refletem processos automáticos e ideologias subjacentes. A eficácia de estratégias de vacinação está profundamente relacionada à influência de heurísticas e vieses cognitivos, conforme reconhece a Organização Pan-Americana da Saúde (2021a, 2021b) ao explicar que esses fatores contribuem para moldar a percepção do risco associado tanto à doença quanto aos potenciais efeitos adversos das vacinas.

A discussão se faz especialmente relevante diante da constatação de que, a longo prazo, uma das maiores barreiras no combate à pandemia de COVID-19 são as atitudes negativas diante de vacinas (Paul et al., 2021). Tais dificuldades foram agravadas pela disseminação de informações falsas e crenças conspiratórias (Freeman et al., 2020), algo estimulado pelos “movimentos antivacina” (Vignoli et al., 2021). Estudos demonstraram que acreditar em explicações conspiratórias sobre a COVID-19, como a ideia de que seria uma farsa (*hoax*) ou que haveria um interesse político em exagerar seu risco, diminuía a adesão a orientações de autoridades sanitárias, bem como à adoção de comportamentos preventivos, como lavar as mãos e aderir a estratégias de distanciamento social (e.g., Bierwiazzonek et al., 2020; Imhoff & Lamberty, 2020; Stanley et al., 2020). Essas questões não devem ser compreendidas como algo meramente cognitivo ou individual, conforme evidenciado em estudos realizados no Brasil (e.g., Galli & Modesto, 2021), bem como na discussão apresentada no capítulo deste livro sobre atitudes. De todo modo, a percepção de risco relacionada à pandemia e às vacinas é uma variável influenciada por processos sociocognitivos tipicamente estudados na área da cognição social (e.g., Kahneman, 2011/2012), de modo que o tema serve como forma de exemplificar alguns conceitos.

A heurística afetiva, por exemplo, faz com que as pessoas formem julgamentos baseados em seus estados emocionais, o que é exacerbado por imagens carregadas de emoção que podem gerar medo e expectativas negativas. O viés de aversão à perda leva os indivíduos a focar mais nas possíveis perdas do que nos ganhos potenciais, o que pode ser crucial em situações em que a atenção é dirigida aos riscos e reações adversas de uma vacina, em detrimento do seu potencial e segurança (Luz et al., 2020).

O viés de confirmação, por sua vez, faz com que as pessoas busquem e confiem mais em informações que confirmem suas crenças prévias, resultando em maior rigidez, especialmente quando já possuem crenças que dificultam estratégias de prevenção. Adicionalmente, os sistemas de pensamento automático e controlado, mencionados anteriormente, foram relacionados ao tema em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos da América (Stanley et al., 2020), em que se identificou que indivíduos menos aptos a utilizar processos cognitivos dispendiosos, deliberados e reflexivos foram mais suscetíveis a acreditar que a pandemia de COVID-19 era uma farsa e menos propensos à adoção de comportamentos de prevenção.

Estudos sobre o chamado “efeito Dunning-Kruger” demonstram que as pessoas tendem a superestimar suas próprias capacidades quando possuem pouco domínio em alguma

atividade e, conseqüentemente, menos competência metacognitiva para perceber suas próprias limitações (e.g., J. Kruger & Dunning, 1999). Antes da pandemia de COVID-19, uma pesquisa sobre atitudes antivacinas revelou que pessoas com pouco conhecimento sobre fatos científicos também eram as mais confiantes sobre suas capacidades de julgamento sobre o tema e as que mais se opunham a políticas de vacinação (Motta et al., 2018).

Outras heurísticas, como a da disponibilidade, fazem com que as pessoas formem julgamentos de probabilidade com base na facilidade de lembrar exemplos. Isso significa que, embora reações adversas graves sejam extremamente raras, a lembrança de casos vívidos ou amplamente noticiados pode aumentar a percepção de risco. A heurística da ancoragem também é relevante, pois os indivíduos tendem a basear seus julgamentos em parâmetros familiares, como a confiança exagerada em fontes de informação não especializadas (e.g., redes sociais, celebridades). Essas heurísticas, somadas a outros processos automáticos, como aversão à ambiguidade, viés de otimismo, arrependimento antecipado e efeito de enquadramento, têm sido estudadas com interesse no campo da saúde, especialmente no tema da vacinação (Luz et al., 2020).

Esses estudos em cognição social são essenciais para compreender a influência de heurísticas, vieses e outros processos automáticos relacionados à tomada de decisão diante da vacinação e de outros comportamentos preventivos em saúde. A sua contribuição é essencial para promover abordagens contextualizadas, considerando as barreiras psicossociais existentes, como a disseminação de informações falsas e as crenças conspiratórias. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para desenvolver estratégias que contornem alguns obstáculos identificados e possam informar intervenções de saúde pública mais eficazes.

Perspectivas Atuais em Cognição Social: Emoção, Motivação, Cognição Social Situada e Neurociências Sociais

Algumas décadas de desenvolvimento do campo da cognição social levaram alguns autores, ainda no século XX, a levantarem questões sobre as limitações decorrentes do facto da pesquisa *mainstream* nesta área negligenciar o papel da motivação e do afeto (e.g., Zajonc, 1980), assim como do contexto social, histórico, cultural e as relações de poder (e.g., Amâncio, 2000; Doise, 1982). Mais recentemente, a disciplina tem vindo a integrar novos contributos, nomeadamente aqueles que enfatizam os constrangimentos emocionais, motivacionais, corporais e os efeitos situacionais na cognição, que são considerados como reguladores fundamentais da cognição e não, apenas, informação adicional a ser processada (Smith & Semin, 2004).

De acordo com Fonseca (2016), as emoções desempenham um papel central na percepção e interpretação das expressões faciais e na compreensão das intenções e estados emocionais de outras pessoas. A capacidade de reconhecer e interpretar adequadamente as emoções alheias é fundamental para uma comunicação eficaz e para a construção de relacionamentos interpessoais saudáveis. Ainda de acordo com este autor, as emoções desempenham um papel crucial na cognição social, influenciando a forma como percebemos, compreendemos e nos relacionamos com os indivíduos ao nosso redor. Por meio do processamento emocional, somos capazes de identificar e interpretar emoções em expressões faciais, entonações de voz e linguagem corporal. Essa habilidade nos ajuda a compreender as intenções e emoções dos outros, possibilitando uma interação mais efetiva e significativa.

O sistema emocional humano funciona dentro de um espectro comportamental que pode ir da atração magnética e curiosa por pessoas, eventos, situações, tarefas, problemas ou desafios, ao seu evitamento imediato (luta ou fuga), podendo passar, igualmente, pela sua tolerância adaptativa necessária (LeDoux, 1998). No caso da aprendizagem, por exemplo, para que aconteça, pela importância que tem a emoção na cognição, é imprescindível que se crie à volta das situações ou desafios (tarefas, propostas, atividades, etc.) de aprendizagem um clima de segurança, de cuidado e de conforto, algo que distingue a cognição social nos humanos, exatamente porque se operou, ao longo da evolução, uma grande expansão cerebral nas regiões temporais e frontais responsáveis pela percepção social e pela comunicação (Fonseca, 2009).

Por outra parte, temos a discussão sobre o estudo de uma cognição situada e distribuída que aponta para uma explicação de como as discussões críticas sobre a cognição, que rejeitam a cisão entre o mental e o social, podem ser integradas à análise de fenômenos sociocognitivos como a significação, a compreensão e a aprendizagem. Tais fenômenos, neste sentido, não podem ser tratados como processos interiores ou como estados mentais estritamente internos ao sujeito, mas como uma realização coletiva, publicamente compartilhada na sequencialidade da interação social (Mondada, 2002). Garrido (2011) argumenta que não sendo uma teoria unificada, nem constituindo uma ruptura com as temáticas historicamente estudadas na cognição social, a cognição situada pode ser perspectivada como uma continuação das trajetórias tradicionais, com novas metodologias, novas ferramentas conceptuais, e, por vezes novos objetivos, chamando a atenção para a importância de se desenvolverem abordagens teóricas que coloquem a interdependência entre o ser social e o contexto em primeiro plano, e que especifiquem não só os processos psicológicos envolvidos, mas também as suas fronteiras (ver Smith & Semin, 2004; Wilson, 2002).

No que diz respeito ao conjunto de métodos que permitem localizar e empreender uma avaliação abrangente dos processos cerebrais subjacentes à cognição e comportamento social, surgiu uma área recente de estudos: as neurociências sociais, uma área interdisciplinar que procura estudar os mecanismos mentais que criam, enquadram, regulam e respondem à nossa experiência no mundo social. A neurociência social cognitiva procura, assim, estudar os mecanismos neuronais subjacentes aos processos sociocognitivos (Blakemore et al., 2004) através da combinação de três níveis de análise: o *nível social*, relativo aos fatores sociais e motivacionais que influenciam o comportamento e a experiência; o *nível cognitivo*, que explora os mecanismos do processamento de informação inerentes a fenômenos de nível social; e o *nível neuronal*, centrado nos mecanismos cerebrais que levam aos processos de nível cognitivo. Neste sentido, um dos benefícios da abordagem da neurociência social cognitiva é a melhor precisão na caracterização do fenómeno socioemocional (Ochsner & Lieberman, 2001; para uma revisão ver Ramos-Oliveira & Oliveira, 2018).

Adicionalmente, as pesquisas de Amodio (2014) sobre as neurociências sociais cognitivas mostram que os estereótipos representam o componente cognitivo do preconceito intergrupar – os atributos conceituais associados a um determinado grupo social (conforme discutido mais detalhadamente neste livro, no capítulo sobre estereótipos sociais). A estereotipagem envolve a codificação de conceitos baseados em grupo e sua influência na formação de impressões, objetivos sociais e comportamento. Desde uma perspectiva neurológica, esses processos são sustentados principalmente pelos lobos temporais anteriores e pelos córtices pré-frontais medial e dorsolateral. Além disso, Amodio (2014) demonstra que as expressões de preconceito e estereótipos são frequentemente reguladas com base em crenças pessoais e normas sociais. Este processo regulatório envolve estruturas neurais que são tipicamente recrutadas para o controle cognitivo, como o cíngulo anterior dorsal e os córtices pré-frontais laterais, bem

como estruturas que suportam a mentalização e a tomada de perspectiva, como o cíngulo anterior rostral e os córtices pré-frontais mediais.

Considerações Finais

O presente capítulo apresentou uma visão geral sobre os diferentes componentes ou domínios da cognição social, ainda que estejamos longe de esgotar este tema. A vivência e experiências do cotidiano permitem que as pessoas conheçam a si mesmas e apresentem uma melhor adaptação social. Ademais, pode-se observar que as diferentes ferramentas da cognição social nos possibilitam, através das estruturas e processos cognitivos, moldar a nossa compreensão das situações sociais e que medeiam o nosso comportamento.

A cognição social tem muito a contribuir para o avanço e entendimento das estruturas e dos processos cognitivos subjacentes aos vários fenômenos sociais, possibilitando novos diálogos e avanços nas pesquisas em diferentes contextos. As relações nas pesquisas da psicologia social, cognição social e outros processos, como, por exemplo, a neurociência social nos fornecem uma visão para a estrutura da motivação na cognição, de base fisiológica com métodos sofisticados, com uso tecnológicos para resolver uma série de questões relativas à percepção social e cognição social. Em síntese, o campo da cognição social tem se expandido significativamente, integrando abordagens que enfatizam a importância das emoções, da motivação, do contexto social e cultural, bem como dos processos neurais subjacentes. Assim, os desenvolvimentos mais recentes sublinham a necessidade de abordagens teóricas que considerem a interdependência entre a pessoa e o contexto envolvente, proporcionando uma visão mais integrada da cognição social em diferentes níveis de análise e dimensões de manifestação.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amodio, D. (2014). The neuroscience of prejudice and stereotyping. *Nature Reviews Neuroscience*, 15, 670–682. <https://doi.org/10.1038/nrn3800>
- Anderson, N. H. (1981). *Foundations of information integration theory*. Academic Press.
- Andrade, F. S. (2019). A tomada da decisão judicial criminal à luz da psicologia: Heurísticas e vieses cognitivos. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 5(1), Artigo 507540. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v5i1.172>
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41(3), 258–290. <https://doi.org/10.1037/h0055756>
- Asch, S. E. (1977). *Psicologia social* (4.ª ed.; D. M. Leite & M. M. Leite, Trad.). Nacional. (Trabalho original publicado em 1952)
- Bar-Tal, D., & Kruglanski, A. W. (1988). *The social psychology of knowledge*. Cambridge University Press/ Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Bartlett, F. (1932). *Remembering*. Cambridge University Press.

Baumeister, R. F., Campbell, J. D., Krueger, J. I., & Vohs, K. D. (2003). Does high self-esteem cause better performance, interpersonal success, happiness, or healthier lifestyles? *Psychological Science in the Public Interest*, 4(1), 1–44. <https://doi.org/10.1111/1529-1006.01431>

Bazerman, C. (1994). Systems of genres and the enactment of social intentions. In A. Freedman & P. Medway (Eds.), *Genre and the new rhetoric* (pp. 79–101). Taylor & Francis.

Bazerman, M. H. (1994). *Judgment in managerial decision making* (3.^a ed.). John Wiley and Sons.

Bierwiazzonek, K., Kunst, J. R., & Pich, O. (2020). Belief in COVID-19 conspiracy theories reduces social distancing over time. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, 12(4), 1270–1285. <https://doi.org/10.1111/aphw.12223>

Bishop, M. A., & Trout, J. D. (2005). *Epistemology and the psychology of human judgment*. Oxford University Press.

Blakemore, S. J., Winston, J., & Frith, U. (2004). Social cognitive neuroscience: Where are we heading? *Trends in Cognitive Sciences*, 8(5), 216–222. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.03.012>

Bruner, J. S., & Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey (Ed.), *Handbook of social psychology* (Vol. 2; pp. 634–654). Addison-Wesley.

Cabecinhas, R. (1995). Heurísticas e enviesamentos cognitivos no processo de negociação de conflitos. *Cadernos do Noroeste*, 8(2), 99–119. <https://hdl.handle.net/1822/1648>

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.

Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. *Advances in Experimental Social Psychology*, 33, 41–113. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(01\)80004-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(01)80004-6)

Eysenck, M. W. (2009). *Fundamental of psychology*. Psychology Press.

Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>

Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. Gilbert, S. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. 2; pp. 357–411). McGraw-Hill.

Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23; pp. 1–74). Academic Press.

Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1991). *Social cognition*. McGraw-Hill.

Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (2013). *Social cognition: From brains to culture* (2.^a ed.). SAGE

Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (2017). *Social cognition: From brains to culture* (3.^a ed.). SAGE.

Fonseca, V. (2009). *Psicomotricidade e neuropsicologia: Abordagem evolucionista*. Wak.

Fonseca, V. (2016). Importância das emoções na aprendizagem: Uma abordagem neuropsicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*, 33(102), 365–384.

Frankish, K. (2010). Dual-process and dual-system theories of reasoning. *Philosophy Compass*, 5(10), 914–926. <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2010.00330.x>

Freeman, D., Waite, F., Rosebrock, L., Petit, A., Causier, C., East, A., Jenner, L., Teale, A.-L., Carr, L., Mulhall, S., Bold, E., & Lambe, S. (2020). Coronavirus conspiracy beliefs, mistrust, and compliance with government guidelines in England. *Psychological Medicine*, 52(2), 1–13. <https://doi.org/10.1017/S0033291720001890>

Friedman, R. A. (1989). Interaction norms as carriers of organizational culture: A study of labor negotiation at International Harvester. *Journal of Contemporary Ethnography*, 18(1), 03–29. <https://doi.org/10.1177/089124189018001001>

Fuks, M. (2000). Definição de agenda, debate público e problemas sociais: Uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (49), 79–94.

- Galli, L. M., & Modesto, J. G. (2021). A influência das crenças conspiratórias e orientação política na vacinação. *Revista de Psicologia da IMED*, 13(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i1.4491>
- Garrido, M. V., Azevedo, C., & Palma, T. (2011). Cognição social: Fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. *PSICOLOGIA*, 25(1), 113–157. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v25i1.282>
- Gilovich, T., Keltner, D., Chen, S., & Nisbett, R. (2016). *Social psychology*. W. W. Norton & Company.
- Hamilton, D. L. (1981). Stereotyping and intergroup behavior: Some thoughts on the cognitive approach. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 333–354). Erlbaum.
- Heider, F. (1970). *Psicologia das relações interpessoais* (D. M. Leite, Trad.). Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1958)
- Imhoff, R., & Lamberty, P. (2020). A bioweapon or a hoax? The link between distinct conspiracy beliefs about the coronavirus disease (COVID-19) outbreak and pandemic behavior. *Social Psychological and Personality Science*, 11(8), 1110–1118. <https://doi.org/10.1177/1948550620934692>
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: Duas formas de pensar* (C. de A. Leite, Trad.). Objetiva. (Trabalho original publicado em 2011)
- Kahneman, D., & Frederick, S. (2005). A model of heuristic judgment. In K. J. Holyoak & R. G. Morrison (Eds.), *The Cambridge handbook of thinking and reasoning* (pp. 267–293). Cambridge University Press.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1996). On the reality of cognitive illusions. *Psychological Review*, 103(3), 582–591. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.103.3.582>
- Kalat, J. W. (1999). *Introduction to psychology*. Wadsworth/Thomson Learning.
- Kruger, J., & Dunning, D. (1999). Unskilled and unaware of it: How difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(6), 1121–1134. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.77.6.1121>
- LeDoux, J. (1998). *O cérebro emocional. Os misteriosos alicerces da vida emocional* (T. B. Santos, Trad.). Objetiva. (Trabalho original publicado em 1996)
- Leyens, J.-P., & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognition. In M. Hewstone, W. Stroebe, & G. Stephenson (Eds.), *Introduction to social psychology* (pp. 109–134). Blackwell.
- Luz, P. M., Nadanovsky, P., & Leask, J. (2020). Como as heurísticas e os vieses cognitivos afetam as decisões sobre vacinação. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, Artigo e00136620. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00136620>
- Mathew, B., & Raja, B. W. D. (2018). *Social cognition*. S.B. Nangia A.P.H. Publishing Corporation.
- Mecca, T. P., Dias, N. M., & Berberian, A. A. (2016). Cognição social. In T. P. Mecca, N. M. Dias, & A. A. Berberian (Eds.), *Cognição social: Teoria, pesquisa e aplicação* (pp. 22–41), Editora Memnon.
- Myers, D. G. (2014). *Psicologia social* (10.^a ed.). AMGH.
- Mondada, L. (2002). Cognition et parole-en-interaction. *Veredas*, 6(1), 9–27.
- Monteiro, L. C., & Neto, M. R. L. (2010). Cognição social. In L. F. Malloy-Diniz, D. Fuentes, P. Mattos, & N. Abreu (Eds.), *Avaliação neuropsicológica* (pp. 162–168). Artmed.
- Motta, M., Callaghan, T., & Sylvester, S. (2018). Knowing less but presuming more: Dunning-Kruger effects and the endorsement of anti-vaccine policy attitudes. *Social Science & Medicine*, 211, 274–281. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.06.032>
- Neale, M. A., & Bazerman, M. H. (1991). *Negotiator cognition and rationality*. Free Press.
- Nunes, A. L., & Santos, F. P. (2021). Cognição social e heurísticas: A influência dos estereótipos na tomada de decisão. *Psicologia para América Latina*, (36), 183–192.
- Ochsner, K. N., & Lieberman, M. D. (2001). The emergence of social cognitive neuroscience. *American Psychologist*, 56(9), 717–734. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.9.717>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2021a). *Como se comunicar sobre a segurança das vacinas: Diretrizes para orientar os trabalhadores da saúde quanto à comunicação com pais, mães, cuidadores e pacientes*. <https://doi.org/10.37774/9789275722824>

Organização Pan-Americana da Saúde. (2021b). *Comunicação de crise relacionada à segurança das vacinas e da vacinação: orientações técnicas*. <https://doi.org/10.37774/9789275723128>

Paul, E., Steptoe, A., & Fancourt, D. (2021). Attitudes towards vaccines and intention to vaccinate against COVID-19: Implications for public health communications. *The Lancet Regional Health - Europe*, 1, Artigo 100012. <https://doi.org/10.1016/j.lanepe.2020.100012>

Penn, D. L., Addington, J., & Pinkham, A. (2006). Social cognitive impairments. In J. A. Lieberman, T. S. Stroup, & D. O. Perkins (Eds.), *The American psychiatric publishing textbook of schizophrenia* (pp. 261–274). American Psychiatric Publishing.

Pereira, M. E., Ferreira, F.O., Martins, A. H. & Cupertino, C. M.(2002). Imagens e significado e o processamento dos estereótipos. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 389-397. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200020>

Pereira, M. E., & Bastos, A. V. B. (2014). Cognições sociais: Uma introdução. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2), 5–15.

Pereira, M. E., & Dantas, G. S. (2023). Cognição social. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 121–170). Blucher Open Access.

Pettigrew, T. F. (1979). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5(4), 461–476. <https://doi.org/10.1177/014616727900500407>

Pinkham, A. E., Penn, D. L., Green, M. F., Buck, B., Healey, K., & Harvey, P. D. (2014). The social cognition psychometric evaluation study: Results of the expert survey and RAND panel. *Schizophrenia Bulletin*, 40(4), 813–823. <https://doi.org/10.1093/schbul/sbt081>

Pruitt, D. G., & Carnevale, P.J. (1993). *Negotiation and social conflict*. Open University Press.

Ramos-Oliveira, D. (2016). Autoestima personal y colectiva: Asociación con la identidad étnica en los brasileños. *Anuario de Psicología*, 46(2), 74–82. <https://doi.org/10.1016/j.anpsic.2016.07.004>

Ramos-Oliveira, D., & Santos de Oliveira, F. (2018). Contribuições da neurociência social nos estudos da Schadenfreude, cognição social e emoção intergrupal: Revisão integrativa. *Universitas Psychologica*, 17(4), 1–12. <https://doi.org/10.11144/laveriana.upsy17-4.cnse>

Ramos-Oliveira, D., & Senra, L. (2021). Impacto do Sars-Cov-2 (COVID-19) na cognição social e saúde mental de professores brasileiros. *Revista de Estudios Investigación en Psicología y Educación*, 8(2), 282–300. <https://doi.org/10.17979/reipe.2021.8.2.8566>

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2010). *Psicologia social*. Vozes.

Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: Distortions in the attribution process. *Advances in Experimental Social Psychology*, 10, 173–220. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60357-3](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60357-3)

Rossetto, G. P. N., & Silva, A. M. (2012). Agenda-setting e framing: Detalhes de uma mesma teoria? *Intexto*, (26), 98–114.

Schünemann, B. (2012). O juiz como um terceiro manipulado no processo penal? Uma confirmação empírica dos efeitos perseverança e correspondência comportamental (J. T. Lobato, Trad.). *Revista Liberdades*, (11), 38–39. (Trabalho original publicado em 2000)

Silva, G. C. R. F., Mascarenhas, S. A. N., & Silva, I. R. (2011). Vivências de reprovação e as atribuições causais de estudantes sobre o rendimento escolar em Manaus. *Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional* (pp. 4095). Maringá.

Smith, E. R., & Semin, G. R. (2004). Socially situated cognition: Cognition in its social context. *Advances in Experimental Social Psychology*, 36, 53–117. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(04\)36002-8](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(04)36002-8)

Stanley, M. L., Barr, N., Peters, K., & Seli, P. (2020). Analytic-thinking predicts hoax beliefs and helping behaviors in response to the COVID-19 pandemic. *Thinking & Reasoning*, 27, 464–477. <https://doi.org/10.1080/13546783.2020.1813806>

Tagiuri, R., Blake, R. R., & Bruner, J. S. (1953). Some determinants of the perception of positive and negative feelings in others. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 48(4), 585–592. <https://doi.org/10.1037/h0056157>

Tróccoli, B. (2011). Cognição social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 79–99). Artmed.

Vignoli, R. G., Rabello, R., & Almeida, C. C. (2021). Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: Materialidade de enunciados em regimes de informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 26, 01–31. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e75576>

Werneck, G., & Ramos-Oliveira, D. (2021). Autoestima e estereótipos do comer emocional. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(3), 117–130. <https://doi.org/pssa.v13i3.1157>

Wilson, M. (2002). Six views of embodied cognition. *Psychonomic Bulletin & Review*, 9, 625–636. <https://doi.org/10.3758/bf03196322>

Wyer, R. S., Jr., & Srull, T. K. (1988). *Advances in social cognition, Volume I: A dual process model of impression formation*. Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9781315801940>

Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: Preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35(2), 151–175. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.35.2.151>

Material Suplementar

[IN]pertinente Podcast, da Fundação Francisco Machado dos Santos – série Questões Sociais, com Rui Costa Lopes, Maria Luísa Lima e Isabel Rocha Pinto: <https://ffms.pt/pt-pt/ffms-play/inpertinente-podcast>

Hidden Brain: <https://hiddenbrain.org/>

People Who Read People: A Psychology Podcast: <https://behavior-podcast.com/>

The Psych Files: <https://thepsychfiles.com/>

Atitudes

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.4>

Luiza Lins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>
luizaalins@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Anabela Carvalho

Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-7727-4187>
carvalho@ics.uminho.pt

Resumo

O conceito de atitude tem sido considerado um dos mais relevantes no âmbito da psicologia social. Neste capítulo, abordamos o desenvolvimento empírico e conceitual que este conceito tem recebido nas últimas décadas. Partimos de questionamentos acerca da definição e importância deste constructo que surge para designar diferentes reações individuais organizadas em torno de um tema comum (um objeto, pessoa ou entidade), expressa por meio de diferentes tipos de respostas e revelando uma estrutura relativamente estável. O capítulo inicia-se com uma síntese das principais definições e modelos clássicos. Em seguida, abordamos as funções das atitudes, considerando tanto teorias que enfatizam seus aspectos motivacionais quanto aquelas que destacam suas funções cognitivas. Também discutimos os processos de mudança de atitudes e a complexa relação entre atitudes e comportamentos, uma questão central que impõe inúmeros desafios para a investigação científica. O capítulo contempla ainda teorias fundamentais, como, por exemplo, a teoria da dissonância cognitiva. Acrescentamos algumas implicações práticas, com base em investigações que ressaltam a importância de reflexões sobre as atitudes relativas aos mais diferentes temas sociais, bem como dos desafios teóricos e metodológicos que permanecem. Por fim, apresentamos uma abordagem crítica à centralidade atribuída às atitudes na análise de algumas questões, ressaltando que, apesar de amplamente difundida na academia e na sociedade, tal focalização pode se tornar problemática quando não acompanhada de uma reflexão crítica, especialmente diante de problemas que têm uma raiz sistémica e/ou coletiva como as mudanças climáticas.

Palavras-chave

atitudes, psicologia social, comportamentos, mudança de atitude

O Conceito de Atitude e sua Popularidade

O termo “atitude” é utilizado frequentemente como sinônimo de comportamento em diálogos informais ou mesmo em textos veiculados nos meios de comunicação, como, por exemplo, no excerto publicado pela SIC Notícias (2020): “o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, saudou a atitude cívica dos eleitores dos Açores pela participação nas eleições regionais”. No exemplo, compreende-se o ato de votar nas eleições daquele ano enquanto uma “atitude” do eleitorado em questão. Ao contrário desse sentido atribuído pelo senso comum, na psicologia social, as atitudes estão situadas no campo do pensamento, envolvendo cognições, afetos positivos e negativos, e uma intenção comportamental (Lima et al., 2023).

Gordon Allport (1954/1979) considerou o conceito de “atitude” como “o mais distintivo e o mais indispensável da psicologia social” (p. 43), afirmação que ainda hoje reúne elevado consenso. Atualmente, há diferentes definições e modelos teóricos voltados ao estudo das atitudes. Mas, por que razão o conceito se tornou tão popular na psicologia social? Porque o estudo das atitudes pretende ajudar a prever o comportamento dos indivíduos. Além disso, a promoção da mudança de atitudes e de comportamentos tem sido uma das mais importantes áreas de aplicação da psicologia social.

Entretanto, podemos assumir que as pessoas se comportam de acordo com as suas atitudes? Por exemplo, será que as pessoas que se dizem favoráveis às políticas de combate à discriminação agem, necessariamente, de acordo com suas atitudes quando são confrontadas com casos concretos? Para Fazio e Roskos-Ewoldsen (2005), a conclusão mais geral de décadas de investigação sobre o tema é que, por vezes, as pessoas agem de acordo com as suas atitudes e, outras vezes, agem de forma bastante inconsistente com elas. Nesse sentido, os autores sugerem que as investigações e modelos teóricos devem focar em três questões fundamentais: (a) a existência da relação entre atitudes e comportamentos; (b) quando essa relação é expectável ou, mais especificamente, que variáveis determinam o grau em que as atitudes podem influenciar o comportamento; e (c) como as atitudes podem orientar o comportamento.

Neste capítulo, partimos de tais questões para refletir sobre a importância das atitudes sobre os mais diferentes temas sociais. Inicialmente, abordamos a natureza do construto ao discutir algumas definições e modelos clássicos. Tratamos também das funções e mudanças de atitudes. Em seguida, abordamos especificamente a relação entre atitudes e comportamentos. E, por fim, acrescentamos algumas implicações práticas, desafios contemporâneos e também críticas à focalização na análise das atitudes sem a devida reflexão e consciência crítica.

A Natureza das Atitudes: Definições e Modelos Clássicos

O conceito de “atitude” foi introduzido na psicologia social por Thomas e Znaniecki (1918) num trabalho sobre os processos de aculturação dos imigrantes polacos nos Estados Unidos: “por atitudes entendemos um processo de consciência individual que determina atividades reais ou possíveis do indivíduo no mundo social” (p. 22). Nesta primeira definição, o conceito de “atitude” permitia estabelecer uma ligação entre o psicológico e o cultural, constituindo, por isso mesmo, um objeto de análise específico da psicologia social.

No entanto, definições posteriores do conceito negligenciaram a vertente cultural ao considerar a atitude como um estado de “prontidão mental”, tendo esta concepção dominado durante largos anos no seio da disciplina (Jaspars & Fraser, 1984), como podemos

constatar em algumas definições posteriores deste conceito. Embora não tenha sido o único a individualizar o social, Allport (1935, como citado em Lima & Correia, 2013) foi um dos maiores responsáveis por tal individualização da noção de “atitudes sociais”, pois, ao compilar um conjunto de definições do conceito, eliminou as componentes sociais e coletivas das várias definições que considerou (Farr, 1994). Além disso, Allport (1935) formulou uma das mais influentes definições do conceito: “atitude é um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações com que se relaciona” (como citado em Lima & Correia, 2013, p. 203).

Na mesma perspectiva mais psicologizante do conceito, no célebre artigo em que apresenta a fundamentação para a medição científica das atitudes através de escalas de opinião, Thurstone (1928) considera que uma *atitude* corresponde a um conjunto de inclinações, sentimentos e pensamentos acerca de um assunto específico, enquanto uma *opinião* corresponde à expressão verbal de uma atitude. Algumas décadas depois, muitas definições continuavam a seguir esta linha de pensamento.

Assim, para Rosenberg e Hovland (1960), as atitudes são “predisposições para responder a determinada classe de estímulos com determinada classe de respostas” (p. 3). Estas classes de respostas são especificadas como: afetivas (relativas a sentimentos: gostar e não gostar); cognitivas (relativas a crenças, opiniões e ideias acerca do objeto atitudinal); e comportamentais (relativas às intenções e tendências comportamentais face ao objeto da atitude). Este modelo, prevendo três tipos de “classes de respostas”, veio a ficar conhecido como “modelo tridimensional” das atitudes, estando implícita a consonância entre as respostas afetivas, cognitivas e comportamentais.

Contrariamente a este modelo tridimensional, outros autores propuseram conceitualizações de atitude que enfatizam o caráter avaliativo da mesma como o mais importante ou mesmo o seu único componente. Por exemplo, Petty e Cacioppo (1981) consideram que o termo “atitude” deve ser usado para referir um sentimento avaliativo, positivo ou negativo, acerca de uma pessoa, objeto ou entidade. Na mesma linha de ideias, para Ajzen (1988), a atitude é uma “predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou acontecimento” (p. 4). Estas concepções foram denominadas de “modelo unidimensional” das atitudes, uma vez que focam apenas em uma das suas componentes, a avaliativa. Em consequência destas restrições, os defensores deste modelo distinguem o conceito de “atitude” dos conceitos “crença” e “intenção comportamental”. Esta distinção assenta em evidências da literatura que tem vindo a demonstrar as inconsistências entre atitudes e comportamentos.

Um dos modelos unidimensionais mais testados empiricamente foi o de Fishbein e Ajzen (1975). Este modelo estabelece a distinção entre crenças, atitudes, intenção comportamental e comportamento. É um modelo que não descreve a estrutura das atitudes como o de Rosenberg e Hovland (1960), mas sim as relações entre as crenças, as atitudes e as intenções comportamentais. Segundo Fishbein e Ajzen (1975), a *crença* corresponde aos pensamentos e conhecimentos da pessoa acerca do objeto da atitude. A *atitude* corresponde à avaliação positiva ou negativa desse objeto e a *intenção comportamental* à predisposição para ter certo tipo de ação relativamente ao objeto de atitude, ou seja, a prontidão para agir de determinada forma. Mas, a intenção comportamental não implica que o comportamento venha necessariamente a acontecer. Os comportamentos derivam de uma série de influências e dependem de um conjunto de fatores, entre os quais as *normas subjetivas*.

Numa obra em que tentam sistematizar as diversas perspectivas sobre este tema, Eagly e Chaiken (1993) definiram “atitude” como um constructo hipotético referente à “tendência

psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica” (p. 1). Ao referir que se trata de um constructo hipotético, os autores salientam que as atitudes não são diretamente observáveis, constituindo uma variável latente explicativa da relação entre a situação em que o indivíduo se encontra e o seu comportamento, isto é, trata-se de uma inferência sobre processos psicológicos internos, efetuada a partir da observação do comportamento (verbal ou motor).

Do mesmo modo, nesta revisão, Eagly e Chaiken (1993) indicam que tal tendência psicológica que se expressa numa avaliação tem alguma estabilidade temporal (maior que a dos estados de humor passageiros, mas menor que a dos traços de personalidade). Assim, as atitudes expressam-se através de um julgamento avaliativo, sendo esta uma das características subjacentes a uma ampla diversidade de definições para o conceito, representando o ponto essencial sobre o qual há maior consenso entre os diferentes autores atualmente (Lima et al., 2023).

Esse julgamento avaliativo tem três características principais: a direção (posição favorável vs. desfavorável); a intensidade (posição extremada vs. moderada); e a sua acessibilidade cognitiva, isto é, a probabilidade de ser ativada na memória quando o indivíduo é confrontado com o objeto da atitude (e.g., Fazio, 1995). Esta última dimensão está relacionada com a forma como a atitude foi aprendida e com a frequência com que é utilizada pelo indivíduo, sendo que quanto mais acessível for uma atitude, mais forte é a sua influência no processamento da informação e no comportamento (Descheemaeker et al., 2017).

Resumindo, o conceito de “atitude” surge para designar diferentes reações individuais organizadas em torno de um tema comum (determinado objeto, pessoa ou entidade), manifestadas através de diferentes tipos de respostas e revelando estabilidade. Este conceito é um instrumento conceitual elaborado para tentar explicar uma estrutura relativamente estável de elementos: avaliativos (“considero bem ou mal”); afetivos (“gosto ou não gosto”); e comportamentais (“quero ou não quero fazer tal coisa”). A utilidade deste conceito provém da sua economia e potencial preditivo em relação ao comportamento verbal e motor de um interlocutor, devido à estabilidade organizadora que está subentendida (o que não significa que a atitude em relação a determinado objeto não mude ao longo do tempo).

Não sendo a atitude algo diretamente observável, ela só pode ser abordada indiretamente, com a ajuda de indicadores. As medidas de autorrelato, como as opiniões expressas em “escalas de atitudes” (escalas de Thurstone, Likert, Osgood, Suci e Tannenbaum, etc.), são consideradas medidas *diretas* por comparação com outras medidas mais *indiretas* de natureza corporal (respostas psicofisiológicas: respostas galvânicas da pele, dilatação da pupila, etc.), comportamental e cognitiva (para uma revisão, ver Lima & Correia, 2013). As medidas *indiretas* partem da noção de que o comportamento social funciona frequentemente de forma implícita ou inconsciente (Greenwald & Banaji, 1995) e podem ser particularmente recomendáveis quando investigamos temas sensíveis, nos quais pressões contextuais podem impactar as respostas. Medidas de autorrelato, por exemplo, podem ser consideradas menos sensíveis à mensuração de fenômenos como o preconceito, pois, para causar uma boa impressão de si e não parecer preconceituoso, o respondente pode tentar ajustar suas respostas à norma social vigente e não emitir uma opinião sincera (Lima et al., 2023).

Embora muitos investigadores continuem a defender que estamos motivados para estabelecer uma rede de consistência entre opiniões, comportamentos e sentimentos, estes diferentes indicadores não produzem necessariamente resultados idênticos. De fato, comportamo-nos muitas vezes de forma diferente daquela que as nossas palavras poderiam fazer esperar, e nem sempre exprimimos o que pensamos, o que se traduz em inúmeros desafios para o estudo das atitudes.

Funções e Mudanças de Atitudes

Além dos debates já mencionados acerca do estudo das atitudes, permanece a importante questão: para que servem as atitudes? A resposta a esta questão tem seguido quatro vias: as teorias que salientam as funções motivacionais, as teorias que destacam as funções cognitivas, as teorias que fazem sobressair o papel de orientação para a ação e as teorias que evidenciam as funções sociais (Lima & Correia, 2013).

As abordagens que salientam as funções motivacionais tiveram origem em autores de formação psicanalítica (e.g., Katz, 1960). A perspectiva de Katz, designada como “funcionalista”, representa uma tentativa de compreender as razões que levam as pessoas a manter as suas atitudes. Segundo o autor, as razões encontram-se

ao nível das motivações psicológicas e não ao nível do acaso dos acontecimentos e circunstâncias exteriores. A menos que conheçamos as necessidades psicológicas que sustentam uma atitude, estamos em má posição para predizer o quando e como da sua medição. (Katz, 1960, p. 170)

Heider (1958) considerou o princípio do *equilíbrio* como o princípio organizador do *ambiente subjetivo* do indivíduo, isto é, a forma como este percebe o meio em que vive. A teoria pressupõe que este ambiente subjetivo pode ser representado graficamente sob a forma de tríades, envolvendo a pessoa (P) que percebe, a entidade, isto é, a pessoa (O), ou o objeto (X), e a relação, isto é, a atitude positiva (+) ou negativa (-) que une duas pessoas ou uma pessoa e um objeto. Nem todas as tríades têm o mesmo valor para o indivíduo. As tríades equilibradas são aquelas em que o indivíduo percebe concordância de posição em relação a alguém de quem gosta ou discordância em relação a alguém de quem não gosta. As situações desequilibradas correspondem aos casos em que o indivíduo percebe discordância em relação a pessoas de quem gosta ou concordância em relação a pessoas de quem não gosta. Considerando a apresentação deste capítulo, supomos que uma pessoa favorável a medidas de combate à discriminação de migrantes, por exemplo, pode experimentar uma situação de desequilíbrio ao escutar um amigo ou familiar de quem gosta proferir frases discriminatórias, como: “volta para tua terra”, para uma pessoa migrante.

Assim, Heider (1958) define *equilíbrio* como um “estado harmonioso em que as entidades que estão em interação na situação e os seus sentimentos se ajustam sem tensão” (p. 205). Neste sentido, postula o princípio do equilíbrio como organizador da construção do ambiente subjetivo: as situações *equilibradas* são preferidas uma vez que evitam a tensão psicológica. A aplicação deste princípio produz consequências práticas em termos de processamento da informação: conhecendo duas relações entre as entidades que constituem uma tríade, tendemos a completar a situação de forma equilibrada; as situações equilibradas seriam mais estáveis e mais resistentes à mudança do que as desequilibradas.

A teoria da dissonância cognitiva, por sua vez, foi formulada por Festinger (1957) a partir do questionamento sobre o que as pessoas experimentam quando se comportam de maneira contrária a suas próprias atitudes. Na aceção do autor, a dissonância cognitiva refere-se à relação entre duas, ou mais, cognições incompatíveis da mesma pessoa face ao mesmo objeto. De notar o uso lato do conceito de “cognição” por parte do autor. Por “cognição”, Festinger entende tanto pensamentos, atitudes e crenças do indivíduo como os seus comportamentos, desde que sejam conscientes, isto é, tenham uma representação cognitiva. Por “dissonância”, o autor entende a existência simultânea de cognições que não se ajustam entre si. O princípio básico desta teoria tem, tal como a de Heider, bases motivacionais e postula que um estado de dissonância cognitiva é psicologicamente

desagradável, constituindo uma motivação, uma ativação do organismo no sentido da redução ou eliminação da dissonância, o que veio a ser amplamente demonstrado em investigação empírica posterior (e.g., Fazio & Cooper, 1982).

A teoria da dissonância cognitiva é uma das teorias mais duradouras e de maior desenvolvimento empírico na história da psicologia social. Uma das suas inovações em relação às teorias que já discutiam as preferências dos indivíduos por simetria, equilíbrio e consistência, foi o estabelecimento de previsões dinâmicas sobre a magnitude do desequilíbrio e o grau em que as pessoas seriam motivadas a mudar as suas cognições. De acordo com a teoria, quanto maior a dissonância, maior tende a ser a urgência do indivíduo para reduzir o estado de tensão desagradável que experimenta (Cooper, 2019). Assim, considera-se que a ativação no sentido da redução ou eliminação da dissonância é tanto maior quanto maior for a dissonância cognitiva, sendo esta última conceitualizada em função da seguinte fórmula: o produto “importância x número” de cognições dissonantes dividido pelo produto “importância x número” de cognições consonantes.

Além disso, nem todas as cognições incompatíveis produzem dissonância. Para que a dissonância ocorra é necessário que as cognições sejam percebidas como importantes e é preciso que o indivíduo se sinta responsável pelas situações que causam dissonância, isto é, a pessoa precisa acreditar que fez aquilo por razões próprias, de livre escolha, ou que não foi forçada pelas circunstâncias a escolher uma determinada ação. Por exemplo, uma pessoa pode experimentar uma dissonância ao perceber que votou nas últimas eleições em um candidato que, após eleito, tomou uma série de decisões prejudiciais à população. Entretanto, caso o eleitor atribua seu voto à falta de outras opções, pode acreditar que não houve liberdade de escolha do comportamento dissonante e, com isso, reduzir o desconforto cognitivo que poderia provocar um estado de arrependimento ou, eventualmente, uma mudança de comportamento nas próximas eleições.

Desse modo, compreende-se que se eu me considero responsável e o meu comportamento produz consequências indesejadas, eu experimento dissonância. E, para reduzir ou eliminar o desconforto, devo realizar uma mudança. Para Cooper (2019), embora o esforço para reduzir a inconsistência até possa ser alcançado por outros meios, a mudança de atitude tornou-se a resolução mais frequentemente abordada nas investigações sobre dissonância. Assim, para sair de um estado desagradável de dissonância, Festinger (1957) propõe duas estratégias: aumento do número ou da importância das cognições consonantes e/ou diminuição do número ou da importância das cognições dissonantes. A teoria da dissonância cognitiva, portanto, além de abordar as funções cognitivas das atitudes, tem um valor importante também para pensarmos a questão das atitudes como preditoras de comportamentos.

A Complexa Relação Entre Atitudes e Comportamentos

Como referimos, no início do estudo das atitudes estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, pressupondo-se que as atitudes eram boas preditoras do comportamento. A questão do poder preditivo das atitudes avaliadas por questionário foi claramente colocada por LaPierre (1934), num estudo clássico sobre preconceito racial. Este autor, um psicólogo social americano branco, viajou pelos Estados Unidos da América acompanhado por um casal de chineses. Nessa altura havia um forte preconceito contra os chineses, sendo comum os restaurantes e lojas terem uma placa à porta com a seguinte inscrição: “é proibida a entrada a cães e chineses”. O autor foi anotando as reações dos funcionários dos diversos estabelecimentos hoteleiros. Nesta viagem, foram recebidos em 66 hotéis e em 184 restaurantes, tendo apenas sofrido uma recusa. Algum tempo depois, foi enviada uma carta a cada um destes estabelecimentos, perguntando se aceitariam

chineses como clientes. Das respostas recebidas, 92% eram negativas, tendo os restantes afirmado que dependeria das circunstâncias.

Estes resultados mostraram que é possível haver uma manifestação de tolerância ao nível comportamental e, simultaneamente, uma expressão de intolerância ao nível atitudinal, pelo que foram interpretados como refletindo uma inconsistência entre atitudes e comportamentos. Segundo LaPierre (1934), o preconceito racial influenciou as respostas que os responsáveis pelos hotéis e restaurantes efetuaram por escrito, assemelhando-se aos questionários de atitudes, mas não determinou o comportamento dos mesmos e dos funcionários face a pessoas concretas. Nesse sentido, LaPierre (1934) é extremamente crítico face aos questionários usados na medição das atitudes e recomenda o uso de métodos mais qualitativos do que quantitativos.

A discrepância entre atitudes e comportamentos foi ilustrada empiricamente por diversas réplicas do estudo de LaPierre. Por exemplo, Kutner et al. (1952, como citado em Cabecinhas, 2014) realizaram uma réplica deste estudo em relação a pessoas negras, tendo obtido resultados idênticos. De referir, no entanto, que o casal de chineses que viajava com LaPierre (1934) pertencia claramente a uma classe social elevada, “bem parecidos e bem vestidos, muito sorridentes e com um inglês imaculado” (p. 232) e o estudo de Kutner et al. (1952) foi realizado com três jovens, duas brancas e uma negra, “bem vestidas e bem-educadas” (p. 649). Nestas circunstâncias é muito provável que o comportamento observado nos hotéis e restaurantes possa ser explicado pelo fato da categorização em termos de classe social privilegiada ter sido mais determinante do que a categorização racial (“chineses”, “negras”), sendo estas pessoas concretas consideradas uma exceção à regra (exemplares não prototípicos das respectivas categorias “raciais”), logo merecendo também um tratamento excepcional, sem que os indivíduos sintam necessidade de rever a sua atitude geral face a esses grupos. Em todo o caso, esses estudos tiveram o importante papel de questionar o valor preditivo das atitudes, isto é, a relação entre *pensamento* e *ação*, que não é tão linear quanto se julgava à partida.

Ao longo de décadas de estudo das atitudes, foram-se acumulando as evidências de inconsistência entre atitudes e comportamentos. Ainda no final da década de 1960, uma ampla revisão de estudos experimentais foi realizada por Wicker (1969), que concluiu pela existência de escassas provas capazes de apoiar a postulada influência das atitudes tanto nas expressões verbais quanto nas ações dos indivíduos, sendo a correlação média entre atitudes e comportamentos muito fraca nesse conjunto de estudos (muitas vezes, próxima de zero), o que na concepção do autor sugere várias implicações para os investigadores das ciências sociais.

Face a isto, alguns autores salientam a pouca utilidade prática do estudo das atitudes como preditores do comportamento humano, interessando-se apenas pelo seu papel na justificação posterior do comportamento, na linha da teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), ou seja, o estudo da relação entre atitudes e comportamentos, sobretudo, no sentido “inverso”, relacionado a como o comportamento é, posteriormente, justificado a partir de mudanças de atitudes. Nas palavras de Abelson (1972, como citado em Lima, 2000): “estamos muito bem treinados e somos realmente bons a encontrar razões para aquilo que fazemos, mas não somos grande coisa a fazer aquilo para que temos boas razões” (p. 208).

Nesse sentido, desde os anos 1950, diferentes autores têm vindo a salientar a importância de olhar a relação inversa: o impacto do comportamento na mudança de atitudes. As técnicas de *role playing* ou jogo de papéis (e.g., Hovland et al., 1953; Rogers, 1970/1973) têm sido muito usadas em psicoterapia para promover mudanças de atitude. Por exemplo, num conflito entre uma mãe e uma filha adolescente, o psicoterapeuta pode pedir-lhes

para representar a última discussão que tiveram, mas invertendo os papéis (isto é, a mãe representa o papel de filha e a filha o papel de mãe), obrigando assim as pessoas a verem o mundo pelos olhos dos outros, o que poderá contribuir para a mudança de atitudes.

No entanto, apesar do ceticismo de muitos acerca desta função das atitudes enquanto preditoras do comportamento, alguns autores ainda salientaram a necessidade de desenvolvimento de melhores e mais diversificadas medidas das atitudes, em função da dificuldade já referida quanto a sua mensuração, especialmente nos casos em que o indivíduo pode estar motivado a avaliar a adequação de suas atitudes, por exemplo, diante de temas em que desejabilidade social atua com mais força, como o preconceito. Na mesma direção, outros autores tentaram desenvolver modelos mais complexos, considerando não mais se as atitudes predizem o comportamento, mas quando e em que condições essa relação pode ser expectável (Lima et al., 2023). Embora, até ao momento, não haja um modelo consensual, a teoria da ação racional (Fishbein & Ajzen, 1975) e a teoria do comportamento planejado (Ajzen, 1991), por exemplo, são teorias que têm recebido visibilidade e desenvolvimento empírico importantes (ver Fazio & Roskos-Ewoldsen, 2005).

A relação entre atitudes e comportamentos é sem dúvida extremamente complexa, como demonstram, por exemplo, os resultados de investigações recentes sobre a relação entre as atitudes pró-ambientais e os comportamentos cotidianos na mitigação das alterações climáticas, nas quais observamos que embora o aumento do conhecimento sobre as causas das alterações climáticas esteja associado a um aumento das intenções comportamentais, o mesmo não acontece em relação às ações concretas de mitigação reportadas pelos participantes (Lázaro et al., 2011). Investigações como essa evidenciam não só a complexidade da relação entre os constructos, mas as implicações e os desafios que persistem.

Implicações Práticas e Desafios Contemporâneos

De acordo com o estudo de Lázaro et al. (2011), a relação entre o consumo de informação midiaticizada sobre alterações climáticas, as intenções comportamentais e os comportamentos parecem reforçar as inconsistências entre atitudes e comportamentos, indicadas na literatura. Contudo, os resultados indicam também a importância que os meios de comunicação possuem enquanto fonte de informação sobre as alterações climáticas, apresentando impacto significativo em algumas dimensões do envolvimento pessoal dos participantes com a questão. Nesse sentido, destacamos a relevância dos estudos sobre as atitudes, diante dos mais diferentes temas sociais e questões contemporâneas.

O combate à pandemia de COVID-19 foi outro contexto de grande visibilidade e desenvolvimento empírico acerca da relação entre atitudes e comportamentos e a mudança de atitudes nos últimos anos. Um estudo realizado na Alemanha, por Seddig et al. (2022), por exemplo, buscou compreender o efeito das atitudes em relação às intenções de vacinação das pessoas. Os resultados indicaram que atitudes positivas em relação à vacinação estavam relacionadas com a confiança na ciência e o medo da COVID-19, enquanto as atitudes negativas estavam associadas à aceitação de teorias da conspiração e ao ceticismo em relação às vacinas. Diante disso, os autores indicaram abordagens que pareciam mais estratégicas para o desenvolvimento de políticas e ações capazes de convencer as pessoas acerca da vacinação. Ou seja, a melhor opção seria enfatizar os fatores que apoiam as atitudes positivas em relação à vacinação, tais como a prevenção dos impactos da COVID-19 (morte e os prejuízos para a saúde a longo prazo), em vez de exercerem pressão social de combate ao ceticismo ou apontarem para a facilidade de vacinação.

Do mesmo modo, estudos realizados no período investigavam as atitudes das pessoas diante daquele contexto de crise, com isso desenvolveram estratégias baseadas em evidências e mais adequadas para a promoção das mudanças comportamentais necessárias para controlar o surto de COVID-19 (e.g., Bavel et al., 2020; Pagliaro et al., 2021). Além disso, outros estudos indicaram também como o combate às crenças conspiratórias e o fornecimento de boa informação nos meios de comunicação pareciam contribuir de forma mais consistente para o enfrentamento da pandemia e os cuidados com a saúde (Galli & Modesto, 2021). Tais resultados ilustram como os estudos sobre atitudes podem ser úteis, principalmente na promoção da mudança de atitudes e de comportamentos. Entretanto, a focalização na análise das atitudes sem a devida reflexão e consciência crítica também pode ser bastante problemática.

Críticas à Focalização nas Atitudes

A análise de problemas candentes, como as alterações climáticas, bem como de questões a estas associadas, como mobilidade, usos de energia, alimentação e consumo, através da lente das atitudes e comportamentos está muito disseminada na academia e na sociedade. Existe uma vasta literatura acadêmica que procura explicar essas questões através do estudo de atitudes e do modo como se relacionam com comportamentos. Partindo das mesmas bases, um largo número de campanhas que podem ser consideradas “marketing social”, organizadas quer por entidades públicas quer por organismos não estatais, têm visado a mudança de comportamentos como *solução* para as alterações climáticas ou para questões mais específicas. Contudo, a focalização científica e política em atitudes e comportamentos para explicar e agir sobre problemas complexos, como os que foram enunciados, tem recebido várias críticas de investigadores sociais que empregam outros prismas de análise.

Elizabeth Shove (2010) formulou a expressão “paradigma ABC” para se referir ao tipo de abordagens acima referidas, sendo que o “A” se refere a atitudes, o “B” a comportamento (*behaviour*) e o “C” a escolha (*choice*). Este paradigma teórico, quando aplicado a questões ambientais, concebe os indivíduos essencialmente como consumidores que decidem adotar determinados comportamentos. Na forma como postula as bases dos comportamentos individuais, o paradigma atribui racionalidade à ação, ou seja, os comportamentos seriam uma escolha consciente ou mesmo planejada dos indivíduos (como na teoria da ação racional e na teoria do comportamento planejado, já referidas).

Shove (2010) considera que este paradigma teórico é dominante não apenas em termos académicos, mas também políticos, afirmando que

o ABC não é apenas uma teoria de mudança social: é também um modelo de intervenção que situa os cidadãos como consumidores e decisores e que posiciona os governos e outras instituições como facilitadores cujo papel é induzir as pessoas a tomarem decisões pró-ambientais por si próprias e dissuadi-las de optarem por outros cursos de ação menos desejados. (p. 1280)

Assim, nesta concepção, os governos surgem como agentes (potencialmente) promotores de mudança social através da indução da mudança de comportamentos. Sendo um determinado problema definido como uma questão de escolha e de ação individual (perceptível, por exemplo, no léxico da campanha “tu controlas as alterações climáticas” da União Europeia), as políticas públicas são centradas em intervenções comunicativas através das quais os indivíduos podem ser informados sobre opções alternativas e persuadidos a alterarem as suas escolhas.

O paradigma ABC é redutor porque suprime múltiplas dimensões da realidade social que moldam as formas de agir e de viver das pessoas, como, por exemplo, as (infra)estruturas materiais e tecnológicas e as trajetórias de dependência que criam, ou as instituições econômicas e políticas, e o modo como instituem regras (de mercado) para os mais variados bens e serviços. Este prisma de investigação descarta questões e relações sistêmicas que não apenas enquadram, mas que moldam os comportamentos. A título de exemplo daquilo que é deixado na sombra, atente-se nos hábitos alimentares das pessoas. Para os entender adequadamente, haveria que se considerar os sistemas de produção, distribuição e comercialização de diferentes alimentos (cozinhados e não cozinhados), e como se refletem em questões como disponibilidade e preço, bem como os sistemas simbólicos/culturais, e o papel da publicidade, entre outros (ver Truninger, 2024). Uma análise focada em atitudes ignora essas dimensões ou quando muito conceitualiza-as como “barreiras” (ou, ao invés, “estímulos”) aos comportamentos, permanecendo centrada no indivíduo e nas suas escolhas, e não na sociedade e na política.

Uma forma distinta do paradigma ABC de analisar questões como consumo, alimentação ou mobilidade, por exemplo, consiste em concebê-las como práticas. Nas teorias da(s) prática(s) (*practice theory*; e.g., Schatzki, 2002), são as práticas, como, por exemplo, as deslocamentos em automóvel, e não as atitudes, que são o objeto de pesquisa. Dimensões materiais, financeiras e temporais estão no cerne da análise. Nesta ótica, os comportamentos ocorrem dentro de sistemas físicos e socioculturais específicos, sendo inseparáveis desses sistemas. Os sistemas não são, portanto, o contexto dos comportamentos, mas sim características estruturantes, que, simultaneamente, são reproduzidas pelas ações individuais.

Veja-se, a título ilustrativo, o seguinte caso. Uma pessoa que se muda para os Países Baixos facilmente adota a bicicleta como meio de transporte regular. Porém, se a mesma pessoa se mudar para Portugal, é muito menos provável que o faça. A diferença não está na pessoa, nas suas atitudes, conhecimentos ou valores, mas sim no sistema social e material associado à mobilidade em bicicleta em cada um dos países. Nos Países Baixos, ao contrário de Portugal, a prática de andar de bicicleta está altamente disseminada e envolve estruturas rodoviárias e outras que são potencializadoras dessa prática (vias para bicicletas tão ou mais presentes que as vias para automóveis, semáforos para bicicletas, estruturas de estacionamento, etc.). Este quadro desenvolveu-se ao longo do tempo nesse país em inter-relação com diferentes processos, não podendo ser simplesmente replicado noutro país. Uma teoria de mudança social focalizada em atitudes não reconheceria a interconexão complexa entre estas questões.

A focalização nas atitudes e comportamentos individuais tem outras implicações. Para as discutir, continuemos a considerar os problemas ambientais. Ao dar centralidade a micro-ações (ou seja, os comportamentos individuais) como meio para a resolução dos problemas ambientais, o prisma ABC suprime a importância das estruturas sociais e, criticamente, das estruturas políticas. Ao privilegiar o nível individual, opera uma transferência de responsabilidade dos políticos e dos governos para os indivíduos. Esse deslocamento e difusão de responsabilidade permite a continuidade de políticas perniciosas para o ambiente, como os subsídios diretos e indiretos a combustíveis fósseis. Shove (2010) considera que o paradigma ABC

é uma posição política e não apenas teórica, na medida em que obscurece a medida em que os governos sustentam instituições econômicas e modos de vida insustentáveis, e a medida em que têm responsabilidade na estruturação de opções e possibilidades. (p. 1274)

A focalização em atitudes e comportamentos indiretamente sustenta um tipo de governação que cria insustentabilidade (Blühdorn, 2013).

Para além do que foi indicado, o paradigma ABC não reconhece as assimetrias de poder que caracterizam as sociedades, ou seja, o fato de que o que está nas mãos dos governos e decisores políticos é incomparavelmente mais importante para lograr a mitigação de problemas ambientais do que aquilo que está ao alcance do cidadão comum. Tal paradigma não só obscurece as dimensões socioculturais que “criam” necessidades (percebidas), como determinados padrões de consumo e ostentação, como não atende ao caráter histórico e situado das normas, valores e instituições que enformam a vida social. Ao não reconhecer o processo de construção social e o caráter socialmente contingente de normas, valores e instituições, há uma tendência para a naturalização dessas condições. Por tudo isto, pode-se considerar que o paradigma ABC despolitiza as questões ambientais (e outras; e.g. Carvalho, et al., 2021; Kenis, 2019), o que é problemático porque deixa de perceber as sociedades como inevitavelmente caracterizadas por diferenciais de poder, exclusões e fraturas.

A focalização nas atitudes a partir de paradigmas como esse parece ilustrar como determinados modelos em uma perspectiva mais psicologizante têm negligenciado a vertente cultural e importantes questões políticas e sociais em suas análises. Em jeito de conclusão, é de notar que a análise de atitudes e comportamentos continua a ser muito popular entre psicólogos sociais e outros investigadores para o estudo de problemas ambientais e outros, e pode ajudar a identificar elementos importantes para o desenvolvimento de intervenções em alguns contextos, como ocorreu nos estudos voltados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, ou, especificamente, a política de vacinação, referidos anteriormente. Entretanto, a adoção deste tipo de paradigma epistemológico deve ser ponderada face às suas implicações, sendo importante desenvolver uma reflexão e consciência crítica na prática académica e nas intervenções sociais. É precisamente esse esforço que temos empreendido no âmbito de projetos recentes de investigação-ação, cujos contributos serão abordados nos últimos capítulos deste livro.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality and behavior*. Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-t](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-t)
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley. (Trabalho original publicado em 1954)
- Bavel, J. J. V., Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Crockett, M. J., Crum, A. J., Douglas, K. M., Druckman, J. N., Drury, J., Dube, O., Ellemers, N., Finkel, E., Fowler, J. H., Gelfand, M., Han, S., Haslam, S. A., Jetten, J., Kitayama, S., ..., & Willer, R. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour*, 4(5), 460–471. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>
- Blühdorn, I. (2013). The governance of unsustainability: Ecology and democracy after the post-democratic turn. *Environmental Politics*, 22(1), 16–36. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.755005>

- Cabecinhas, R. (2014). Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais. In: M. C. Silva, & J. M. Sobral (Eds.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 151-165). Afrontamento. <http://hdl.handle.net/1822/39422>
- Carvalho, A., Russill, C., & Doyle, J. (2021). Editorial: Critical approaches to climate change and civic action. *Frontiers in Communication*, 6, Artigo 711897. <https://doi.org/10.3389/978-2-88971-279-3>
- Cooper, J. (2019). Cognitive dissonance: Where we've been and where we're going. *International Review of Social Psychology*, 32(1), Artigo 7. <https://doi.org/10.5334/irsp.277>
- Descheemaeker, M., Spruyt, A., Fazio, R. H., & Hermans, D. (2017). On the generalization of attitude accessibility after repeated attitude expression. *European Journal of Social Psychology*, 47(1), 97-104. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2206>
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Farr, R. (1994). Attitudes, social representations and social attitudes. *Papers on Social Representations*, 3(1), 30-33.
- Fazio, R. H. (1995). Attitudes as object-evaluation associations: Determinants, consequences, and correlates of attitude accessibility. In R. E. Petty & J. A. Krosnick (Eds.), *Attitude strength: Antecedents and consequences* (pp. 247-282). Lawrence Erlbaum.
- Fazio, R. H., & Cooper, J. (1982). Arousal in the dissonance process. In J. T. Cacioppo & R. E. Petty (Eds.), *Social psychophysiology: A sourcebook* (pp. 122-152). The Guilford Press.
- Fazio, R. H., & Roskos-Ewoldsen, D. R. (2005). Acting as we feel: When and how attitudes guide behavior. In T. C. Brock & M. C. Green (Eds.), *Persuasion: Psychological insights and perspectives* (pp. 41-62). SAGE.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Addison-Wesley.
- Galli, L. M., & Modesto, J. G. (2021). A influência das crenças conspiratórias e orientação política na vacinação. *Revista de Psicologia da IMED*, 13(1), 179-193. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i1.4491>
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.102.1.4>
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Wiley.
- Hovland, C. I., Janis, I. L., & Kelley, H. H. (1953). *Communication and persuasion: Psychological studies of opinion change*. Yale University Press.
- Jaspars, J., & Fraser, C. (1984). Attitudes and social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 101-123). Cambridge University Press.
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 24(2), 163-204. <https://doi.org/10.1086/266945>
- Kenis, A. (2019). Post-politics contested: Why multiple voices on climate change do not equal politicisation. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 37(5), 831-848. <https://doi.org/10.1177/0263774X18807209>
- Kutner, B., Wilkins, C., & Yarrow, P. R. (1952). Verbal attitudes and overt behavior involving racial prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 47, 649-652
- LaPierre, R. T. (1934). Attitudes versus action. *Social Forces*, 13(2), 230-237. <https://doi.org/10.2307/2570339>
- Lázaro, A., Cabecinhas, R., & Carvalho, A. (2011). Uso dos media e envolvimento com as alterações climáticas. In A. Carvalho (Ed.), *As alterações climáticas, os media e os cidadãos* (pp. 195-222). Grácio Editores.
- Lima, M. L. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 187-225). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. L., & Correia, I. (2013). Atitudes: Medida, estrutura e funções. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 201-243). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, T.J. S. D., Souza, L. E. C. D., & Modesto, J. G. (2023). Atitudes. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (Vol. 1; N.º 3; pp. 171–202). Blucher Open Access.

Pagliaro, S., Sacchi, S., Pacilli, M. G., Brambilla, M., Lionetti, F., Bettache, K., Bianchi, M., Biella, M., Bonnot, V., Boza, M., Butera, F., Ceylan-Batur, S., Chong, K., Chopova, T., Crimston, C. R., Álvarez, B., Cuadrado, I., Ellemers, N., Formanowicz, M., Graupmann, V., ..., & Zubietta, E. (2021). Trust predicts COVID-19 prescribed and discretionary behavioral intentions in 23 countries. *PloS one*, 16(3), Artigo e0248334. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0248334>

Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1981). The effects of involvement on responses to argument quantity and quality: Central and peripheral routes to persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(1), 69–81. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.46.1.69>

Rogers, C. (1973). *Os grupos de encontro* (J. L. Proença, Trad.). Moraes Editores. (Trabalho original publicado em 1970)

Rosenberg, M. J., & Hovland, C. I. (1960). Cognitive affective and behavioral components of attitudes. In C. I. Hovland, & M. J. Rosenberg (Eds.), *Attitude organization and change: An analysis of consistency among attitude components* (pp. 1–14). Yale University Press.

Schatzki, T. R. (2002). *The site of the social: A philosophical account of the constitution of social life and change*. Penn State University Press.

Seddig, D., Maskileson, D., Davidov, E., Ajzen, I., & Schmidt, P. (2022). Correlates of COVID-19 vaccination intentions: Attitudes, institutional trust, fear, conspiracy beliefs, and vaccine skepticism. *Social Science & Medicine*, 302, Artigo 114981. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2022.114981>

Shove, E. (2010). Beyond the ABC: Climate change policy and theories of social change. *Environment and Planning A*, 42(6), 1273–1285. <https://doi.org/10.1068/a42282>

SIC Notícias (2020, 25 de outubro). *Eleições nos Açores. PS perde a maioria absoluta*. SIC Notícias. <https://sicnoticias.pt/pais/2020-10-25-Eleicoes-nos-Acores-PS-perde-a-maioria-absoluta>

Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1918). *The Polish peasant in Europe and in America*. Bader.

Thurstone, L. L. (1928). An experimental study of nationality preferences. *Journal of Genetic Psychology*, 1(3–4), 405–425. <https://doi.org/10.1080/00221309.1928.9918018>

Truninger, M. (2024). Environmental communication, social practices, and food system transformation. In A. Carvalho & T. R. Peterson (Eds.), *Environmental communication* (pp. 463–481). De Gruyter Mouton.

Wicker, A. W. (1969). Attitudes versus actions: The relationship of verbal and overt behavioral responses to attitude objects. *Journal of Social Issues*, 25(4), 41–78. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb00619.x>

Material Suplementar

Nesta seção, indicamos alguns recursos complementares acerca do estudo das atitudes, considerando suas funções, estrutura e mudança. Uma sugestão é a página desenvolvida por Icek Ajzen, da Universidade de Massachusetts Amherst, que reúne linhas de investigação, cursos e publicações importantes sobre a teoria do comportamento planejado e estudos desenvolvidos pelo autor: <https://people.umass.edu/ajzen/index.html>.

Indicamos também o artigo “Social Science Perspectives on Drivers of and Responses to Global Climate Change” (Perspectivas das Ciências Sociais Sobre os Fatores Determinantes e as Respostas às Alterações Climáticas Globais), por A. K. Jorgenson et al., publicado em 2019 na *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 10(1), e554 (disponível em acesso aberto em <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/wcc.554>), por apresentar uma perspectiva interdisciplinar integrada de diferentes ciências sociais relativamente às alterações climáticas e aos fatores aí envolvidos.

Por fim, recomendamos as animações em vídeo intituladas “The Story of Stuff” (A História das Coisas) e “The Story of Change” (A História da Mudança), de Annie Leonard, que analisam as questões ambientais de forma sistêmica, mostram a importância de considerar as relações entre diferentes elementos dos sistemas e os papéis que os indivíduos podem ter nos processos de mudança: https://www.youtube.com/watch?v=3c88_Z0FF4k (versão legendada em português) e <https://www.youtube.com/watch?v=olQdYXCKUv0&t=41s>.

Processos de Influência Social

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.5>

Carla Cerqueira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, CIGANT, Porto, Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-6767-3793>
carlaprec3@gmail.com

Sara I. Magalhães

Centro de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto, Porto, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-2924-3714>
saraisabelmagalhaes@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo

Este capítulo discute os processos de influência social enquanto um dos temas centrais na psicologia social e na sua interligação com as dinâmicas de comunicação e cultura. Em sentido lato, a temática da influência social diz respeito às múltiplas dinâmicas de interação social. No entanto, neste capítulo, a influência social será abordada na sua dimensão restrita, percorrendo os estudos clássicos sobre formação de normas ou normalização, conformismo, obediência e inovação e de que forma estes permitem ajudar a compreender vários fenómenos, situações e interações que ocorrem no dia a dia. Conhecer os processos de influência social, bem como as diversas perspetivas existentes, é fundamental na atualidade para sermos capazes de analisar os processos de persuasão e de influência social, bem como os seus efeitos nas múltiplas esferas da sociedade, quer enquanto profissionais, quer como cidadãos e cidadãs. Estes ajudam-nos a entender quais as estratégias que estão a ser ou que podem ser utilizadas para conduzir a mudanças de atitudes e comportamentos, que se traduzam em mudanças societais.

Palavras-chave

influência social, normalização, conformismo, obediência, inovação

Introdução

A influência social foi definida por Secord e Backman (1964) como ocorrendo quando “as ações de uma pessoa são condição para as ações de outra” (p. 59). Como salienta Leonel Garcia-Marques (2000), esta definição de influência social abrange, sem dúvida, os fenómenos de normalização, conformismo, obediência, inovação, a polarização em grupo, entre outros, mas uma consideração mais atenta do seu significado levar-nos-á à conclusão de

que abrange toda a psicologia social. No entanto, é necessário sublinhar que a “presença de outrem” pode ser implícita. Esse outrem pode ser imaginado, pressuposto ou antecipado. Além disso, na atualidade a análise dos processos de influência social pode referir-se a situações do mundo físico, mas também digital, e à interligação das duas dimensões.

Para Turner (1991), a influência social engloba “os processos pelos quais as pessoas direta ou indiretamente influenciam os pensamentos, sentimentos e ações dos outros” (p. 1). Esta definição, à semelhança do que acontece com muitas outras, sofre de excessivo grau de generalidade. No entanto, como salienta Garcia-Marques (2000), quem investiga na área da influência social tem algo mais específico e limitado como objeto de estudo, tentando responder a algumas questões: como se pode persuadir uma pessoa ou um grupo a mudar as suas crenças e comportamentos? Como convencer alguém de que as suas crenças estão certas ou erradas? Em que circunstâncias as pessoas mudam os seus valores e em que circunstâncias se tornam mais empenhadas na sua manutenção? O que determina que uma pessoa acredite que tem um comportamento apropriado e o que contribui para criar a dúvida e a incerteza? Como um grupo minoritário desprovido de poder ou estatuto social pode influenciar a maioria e transformar a sociedade? Quais as relações entre influenciadores e influenciadoras digitais e os seus seguidores e seguidoras? Como ativistas se relacionam com a opinião pública? Como líderes da esfera política conseguem mobilizar a população para determinadas questões?

Estas e outras questões dizem respeito à influência social, sendo estudadas, em psicologia social, nas seguintes áreas de pesquisa: formação de normas sociais; conformismo; persuasão e mudança de atitudes; poder e autoridade; polarização de grupo; e inovação ou influência minoritária. Segundo Turner (1991), a ideia-chave para compreender o que quem investiga na área quer dizer com “influência social” é o conceito de *norma* social. As normas sociais podem ser descritivas, refletindo as semelhanças existentes entre os membros de um dado grupo, ou prescritivas, refletindo as crenças partilhadas acerca da conduta considerada apropriada.

O conceito teórico fundamental que descreve o aspeto subjetivo de ter uma norma social é *validade subjetiva* (Festinger, 1950): a convicção subjetiva de que qualquer ideia, julgamento ou ação é certo (correto, apropriado, etc.). Se uma norma social é uma crença partilhada de que certa ação é apropriada num dado contexto, então, quando as pessoas agem de acordo com a norma, sentem o seu comportamento como subjetivamente válido. Na aceção de Turner (1991), o problema teórico central da influência social é descobrir a base da validade e da invalidade subjetiva, pois esta vai ser determinante na mudança ou não de determinada norma. Segundo este autor, a influência social diz respeito aos processos de formação, manutenção ou mudança das normas sociais.

Para melhor se compreender como evoluiu esta área no seio da psicologia social, abordaremos de seguida os principais paradigmas experimentais clássicos desenvolvidos no âmbito da influência social, nomeadamente os de Sherif, Asch, Milgram e Moscovici. Esta breve explicação, necessariamente limitada, permitir-nos-á abordar sumariamente a evolução das ideias nesta área (para uma revisão, ver Garcia-Marques et al., 2017).

Normalização

Nas suas experiências, Sherif (1935, 1936, 1937) tomou como ponto de partida um conceito central da psicologia: o de “quadro de referência”. Este conceito refere-se à tendência dos indivíduos para organizar as suas experiências, estabelecendo relações entre estímulos internos ou externos, criando unidades funcionais que fornecem significado àquilo que é observado/experimentado.

Sherif considerava este processo como o fundamento psicológico que se encontrava na base da formação de normas culturais como fenómeno generalizado. De facto, as regras de conduta variam de cultura para cultura, mas há algo constante nessa variação: a existência de normas. O autor, ao estudar a formação de quadros de referência, pretendeu esclarecer o modo como as atitudes e crenças – quadros de referência individuais – se inter-relacionam, desde a sua génese, com as normas grupais e culturais – quadros de referência sociais.

Este investigador estava interessado em ilustrar, o mais precisamente possível, o papel da atividade subjetiva de cada indivíduo na criação destes quadros de referência. Neste sentido, este investigador recorreu a uma situação instável e ambígua, em que não fossem aplicáveis regras anteriormente aprendidas – se mesmo assim o comportamento dos indivíduos exibisse coerência, esta só poderia advir desta tendência subjetiva para a organização. Para isso, recorreu a um fenómeno percetivo: o efeito *autocinético*, identificado pela primeira vez na astronomia por Humboldt. Para obter este fenómeno percetivo basta colocar um indivíduo numa sala completamente escura e acender uma luz fraca durante um momento – o indivíduo verá a luz mover-se. Se se repetir a experiência por várias vezes, o indivíduo verá a luz mover-se em diversas direções (estando a luz sempre imóvel).

Basicamente, o paradigma experimental de Sherif consiste no seguinte: o estímulo luminoso apresentado era um pequeno ponto de luz que podia ser visto através de um pequeno orifício de uma caixa de metal (que distava do participante cinco metros). Era explicado ao participante que, depois de a sala ficar completamente escura, ser-lhe-ia mostrado um ponto luminoso. A sua tarefa seria, logo após o seu desaparecimento, estimar a distância que esse ponto luminoso tinha percorrido. O participante fornecia a sua estimativa em voz alta, sendo registada de imediato pelo experimentador.

Sherif (1935, 1936), utilizando sempre o mesmo dispositivo, criou várias condições experimentais: experiências individuais (uma pessoa isolada) e experiências de grupo (duas ou três pessoas), em duas situações distintas: (a) a pessoa é trazida para a situação de grupo, depois de ter experimentado a situação individual; (b) a pessoa é deixada só, depois de ter experimentado a situação em grupo. Relativamente às condições individuais, verificou-se que, apesar de se registar uma enorme variação individual nas estimativas apresentadas, cada participante definiu um intervalo idiossincrático para os seus juízos, oscilando à volta de um ponto médio cedo estabelecido.

Quanto às experiências de grupo, verificou-se que os participantes ao serem expostos, em grupo, a uma situação ambígua e sem conhecimentos anteriores aplicáveis, utilizaram o comportamento dos outros na construção dos seus quadros de referência individuais, e esses quadros de referência continuaram a ser usados mesmo na ausência do grupo. Pelo contrário, os participantes que experimentavam as sessões de grupo depois de terem construído o seu quadro de referência individualmente faziam convergir as suas estimativas na direção das dos outros, embora essa convergência fosse menos forte do que quando os participantes não partiam de nenhum quadro de referência.

As principais conclusões de Sherif (1936) podem ser sintetizadas do seguinte modo: (a) os indivíduos têm uma tendência para organizar a sua experiência, mesmo quando a situação não oferece qualquer fundamento para essa organização; (b) essa tendência para a auto-organização baseia-se no próprio comportamento do indivíduo isolado ou no comportamento dos outros (quando tal é possível), sendo o comportamento dos outros uma fonte mais decisiva; (c) a importância dos outros na criação de quadros de referência individuais não implica, neste caso, que eles exerçam qualquer coerção, implícita ou explicitamente (de facto, a influência dos outros permanece quando estes se ausentam); (d) este conjunto de situações pode ser conceptualizado como ilustrando o processo geral como

os indivíduos e grupos organizam uma realidade incerta num todo coerente. Neste sentido, Sherif considerou o padrão individual como análogo a uma atitude e o padrão grupal como análogo a uma norma social, analogia esta que, apesar de interessante, apresenta alguns limites (ver, por exemplo, Garcia-Marques et al., 2017).

Conformismo e Obediência

Quando Asch se debruçou sobre os fenómenos da influência social, a perspectiva geral dominante era o que ele denominou como “sonambulismo social” (e.g., Le Bon, 1896; McDougall, 1908; Moore, 1921; Tarde, 1890/1924; Thorndike, 1935). Esta perspectiva foi sintetizada por este investigador da seguinte forma: (a) a realidade social é relativa e as noções de “certo” e de “errado” são convenções; (b) os processos de imitação são básicos tanto para o funcionamento da sociedade como para a aprendizagem de um repertório comportamental básico; (c) o indivíduo imita o comportamento dos membros dos grupos a que pertence e, em especial, dos seus líderes, porque a experiência o ensinou a associar imitação com recompensa. Isto é, a perspectiva do *sonambulismo social* conceptualiza o indivíduo como essencialmente passivo e vivendo uma realidade que não é definida por si. Esta perspectiva conseguiu, com êxito, ilustrar em laboratório como a *sugestão* de fontes prestigiadas ou de grupos pode, *per se*, modificar apreciavelmente o comportamento individual, e como a *imitação* é importante no funcionamento da sociedade.

Asch critica esta perspectiva porque, por um lado, desconsidera o papel ativo e interpretativo que os indivíduos têm na construção da sua própria realidade social e, por outro, ignora que a influência não é um processo unilateral nem de sentido único. Asch considera ainda que o *sonambulismo* não permite uma análise funcional plausível do consenso social, na medida em que este só é funcional se não conduzir a uma apreciação insensata da realidade, isto é, se for válido. De facto, o consenso válido permite maior cooperação e coordenação de esforços, mas, para ser válido, tem de ser baseado na diversidade de perspetivas. Daí que, se por um lado, a necessidade social de consenso gera pressões normativas para a uniformidade, por outro, a necessidade social de um consenso válido gera pressões no sentido da divergência.

Nesta sequência, Asch considera que o estudo da influência social precisa de ter em conta o conteúdo do julgamento em causa e as circunstâncias em que este ocorre, ao contrário do *sonambulismo*, que só tem em consideração as qualidades dos emissores de influência (grupos sociais, indivíduos prestigiados, líderes). Asch (1951, 1952, 1955, 1956) efetuou um conjunto de experiências com o objetivo de demonstrar a atividade interpretativa do indivíduo. Neste sentido, procurou criar uma situação experimental não ambígua, em que os participantes, durante a realização do julgamento, seriam expostos à influência de um grupo de indivíduos — essa influência opor-se-ia à evidência percetiva.

Basicamente, o paradigma experimental de Asch consiste no seguinte: o participante crítico¹ encontrava-se numa sala com seis comparsas do experimentador. Os comparsas agiam sempre de forma a que o participante crítico se sentasse no penúltimo lugar, tendo sido instruídos a mostrarem-se tão inexperientes sobre a situação como o participante crítico e a não exibirem qualquer reação fosse qual fosse o comportamento desse participante.

1 Nos relatos de estudos experimentais, os indivíduos que desconhecem os reais objetivos da experiência em que estão a participar eram habitualmente designados como “sujeitos ingênuos”. Posteriormente, vulgarizou-se a expressão “participantes críticos” isto é, aqueles que contam para os resultados da experiência. Por seu turno, os participantes que conhecem os objetivos da experiência e que desempenham um papel específico previamente acordado com o experimentador são designados de “comparsas”.

Os estímulos eram trios de linhas negras que deveriam ser comparados com uma linha-padrão. O julgamento era particularmente fácil. Foram efetuados 18 ensaios, que se dividiam em ensaios *neutros* – em que os comparsas davam respostas certas – e ensaios *críticos* – em que os comparsas davam respostas erradas. Na segunda fase, todos os participantes críticos eram entrevistados acerca das suas impressões sobre a situação e, no final, era-lhes explicada a situação e os seus objetivos. Asch, além desta condição (experimental), usou uma condição de controlo, em que participantes da mesma população julgavam os mesmos estímulos sem conhecimento das respostas dos outros. A diferença entre o número de erros efetuados na condição controlo e na experimental foi utilizada como um índice quantitativo do grau de influência social verificada.

Com base tanto nos resultados das entrevistas como nos resultados quantitativos, Asch procurou esclarecer melhor a variação individual registada neste paradigma. Para isso, construiu uma tipologia dos participantes críticos com base no número de erros cometidos: os participantes que não cometiam mais do que dois erros foram classificados como *independentes*; e os que cometeram entre três e 12 foram classificados como *conformistas*. Dentro destas duas categorias, os participantes foram, ainda, classificados de acordo com as razões que apresentaram na entrevista para o seu comportamento. Segundo a análise qualitativa efetuada por Asch, a adoção privada da perspetiva da maioria foi um acontecimento raro (participantes conformistas a nível percetivo). Esta análise qualitativa foi importante pois permitiu demonstrar como o mesmo comportamento pode resultar de diferentes interpretações da situação. Neste sentido, nenhuma explicação compreensiva dos fenómenos de influência pode dispensar a consideração da atividade cognitiva dos alvos dessa influência, ao contrário do que se pressupõe o *sonambulismo social*.

Em primeiro lugar, foi evidente, tanto quantitativa como qualitativamente, que os participantes se encontraram num conflito entre o conformismo (seguir a resposta da maioria) e a independência (seguir os dados dos seus próprios sentidos). Esse conflito resultou, na maior parte dos casos, em independência, embora a influência da maioria seja indiscutível. Em segundo lugar, os participantes críticos não se limitaram, como agentes passivos, a ignorar uma das fontes de conflito. Quer os “independentes” quer os “conformistas”, tentaram explicar e interpretar esse conflito.

A partir deste paradigma, Asch realizou diversas variações experimentais para esclarecer quais as condições que, no paradigma original, eram responsáveis tanto pelo conformismo como pela independência. Neste sentido, manipulou uma série de variáveis: a importância do objeto de julgamento; as características dos estímulos usados; a possibilidade de avaliação objetiva posterior; a dimensão do grupo; a importância do contexto público *versus* privado de enunciação do julgamento; comparsa isolado *versus* grupo de participantes críticos; um grupo de comparsas *versus* um grupo de participantes críticos; a existência ou não de um aliado para o não conformismo.

Este conjunto de experiências permitiu concluir que, enquanto variações na dimensão da maioria têm um impacto nulo ou modesto, a quebra da unanimidade na maioria, seja qual for a dimensão da dissidência, é decisiva para a manifestação do conformismo. Numa das variações do seu paradigma experimental, Asch introduziu uma diferença essencial: um dos comparsas (designado como “aliado”) respondia sempre corretamente, opondo-se, nos ensaios críticos, à resposta da maioria. Verificou-se que o conformismo baixou de 33% para 5,5%, anulando-se, assim, quase completamente, o impacto da maioria. Asch verificou que a quebra da unanimidade foi o fator decisivo para explicar a redução do conformismo: um aliado que forneça respostas ainda mais erradas do que a maioria é praticamente tão eficiente como um que responda de acordo com o que o participante crítico vê.

Resumindo, as experiências de Asch demonstraram como uma norma grupal arbitrária pode fazer com que os participantes realizem um número bastante apreciável de erros de julgamento. Demonstraram ainda que, apesar desse impacto ser indiscutível, os julgamentos dos participantes mantêm-se maioritariamente corretos. Demonstraram também como esse impacto pode ser minimizado através do apoio social para o não conformismo.

Na opinião de Garcia-Marques (2000), as experiências de Asch representaram um enorme avanço, não só na acumulação de novos conhecimentos, mas também na própria definição dos limites da influência social. Asch demonstrou que o comportamento individual pode variar de acordo com a pressão de um grupo, mesmo em condições em que o indivíduo dispõe de indicações objetivas. Além disso, o comportamento dos outros pode introduzir ambiguidade na realização de tarefas em circunstâncias totalmente não ambíguas, daí que as experiências de Asch forneçam um bom complemento às de Sherif. Os resultados de Asch vieram também demonstrar que a mudança do indivíduo pelas fontes de influência não é devido a um estado de *sugestão*, em que o indivíduo segue acriticamente a maioria, como pressupõe a perspectiva *sonambulista*, mas resulta de uma atividade cognitiva do indivíduo, que procura ativamente compreender e dar sentido à situação.

Outro dos processos de influência social que tem sido muito estudado é a obediência. Esta é vista como uma mudança de comportamento em resposta a ordens e instruções de alguém reconhecido como autoridade. Portanto, a obediência é a tradução comportamental da influência social na sua forma mais direta e poderosa. Milgram pretendia estudar os processos psicológicos subjacentes à “obediência cega” à autoridade na Alemanha nazi, em que pessoas “obedientes” ajudaram a aniquilar milhões de pessoas. Mas esta abordagem pode ser aplicada aos mais variados campos de ação, como é exemplo o mercado de trabalho e as situações de abusos de poder.

Neste sentido, existem alguns fatores que predis põem os indivíduos à obediência: (a) identificação entre autoridade, competência e saber; (b) sentimento de desresponsabilização; (c) obedecer é uma forma de satisfazer o desejo de ser aceite; (d) partilha ou difusão das responsabilidades pelas consequências de um ato.

Milgram pretendia averiguar até onde seriam capazes de ir as pessoas que se limitam a obedecer. Ou seja, pretendia perceber as reações individuais face a indicações concretas de outros indivíduos, que eram percebidos como autoridades legítimas, procurando assim medir a obediência através de ações manifestas e que implicavam sofrimento para outras pessoas. Neste sentido, em 1963, este investigador decide colocar um anúncio num jornal a pedir voluntários para participar numa experiência sobre memória. Os participantes nas experiências de Milgram eram pessoas diversas em termos socioeconômicos e educacionais, sendo-lhes dito que o estudo pretendia medir o efeito da punição na aprendizagem humana. Neste sentido, existia um “professor” (o participante crítico) que lia em voz alta uma lista de pares de palavras e um “aluno” (o comparsa do experimentador, que seguia rigorosamente o protocolo experimental), que, posteriormente, tinha de saber quais as palavras que formavam os pares. O experimentador explicava ao suposto “professor” que este deveria administrar um choque ao “aluno” sempre que este desse uma resposta errada, aumentando a intensidade em 15 volts por cada vez. O participante crítico e o experimentador encontravam-se numa sala contígua à do comparsa que estava preso numa cadeira elétrica, podendo ouvir o “professor” através de um altifalante e emitir as suas respostas a partir de interruptores. Neste âmbito, procurava-se medir a intensidade máxima de choques que cada participante julgava estar a administrar (variável dependente), tendo em conta que alguns elementos da experiência se mantinham constantes, nomeadamente: (a) o “aluno” cometia sempre um terço de erros; (b) até aos 300 volts o “aluno” manifestava a sua dor e pedia para a experiência terminar, e depois não surgiam mais respostas; (c) caso o participante crítico se insurgisse contra a

experiência, o experimentador incitava-o, dizendo, pela seguinte ordem: “por favor, continue”, “a experiência requer que continue”, “é absolutamente essencial que continue”, “não tem alternativa, tem de continuar”. Se após estes quatro incitamentos, o participante crítico se recusasse a continuar, a experiência terminaria; (d) se o participante crítico referisse que o “aluno” não queria continuar, o experimentador reforçava a ideia de que ele tinha de continuar até aprender as palavras; (e) o experimentador referia que a responsabilidade pelas eventuais consequências nocivas dos choques era inteiramente sua (Garcia-Marques et al., 2017).

Os resultados mostram que a grande maioria dos participantes, mais especificamente 65%, foram até ao valor máximo dos choques. Tal percentagem de obediência foi um facto surpreendente dado que estava envolvido o sofrimento de outras pessoas. Este investigador considerava que “uma proporção substancial de pessoas faz o que lhe mandam, qualquer que seja o conteúdo do ato e sem entraves de consciência, desde que considerem o comando como emitido por uma autoridade legítima” (Milgram, 1965, p. 75). Portanto, esta experiência demonstra que pessoas comuns, em condições particulares, podem ser levadas a cometer atos objetivamente cruéis e, sem entraves de consciência, sentirem-se “desresponsabilizadas” desses atos pelo simples facto de estarem a obedecer a ordens de uma autoridade, percebida como legítima (Garcia-Marques et al., 2017).

A partir desta situação base foram realizadas outras experiências, variando sistematicamente diferentes fatores, nomeadamente, a proximidade da vítima, a proximidade da autoridade, o prestígio da autoridade, o peso do apoio social para a desobediência e a consistência da autoridade. Foram encontrados resultados semelhantes em países diferentes, contextos e sujeitos diferentes.

Uma das experiências mais conhecidas neste campo é a experiência da prisão de Stanford levada a cabo por Zimbardo, em 1971. Contudo, estas experiências e as opções metodológicas escolhidas levantaram questões éticas (nomeadamente se seria legítimo induzir os indivíduos em erro numa questão tão delicada como esta, em que se colocava em causa o possível sofrimento de outras pessoas e se os indivíduos que participarem na experiência não poderiam ficar afetados psicologicamente com os danos causados a outros) e de generalização dos resultados.

Inovação e Poder das Minorias Ativas

Serge Moscovici, a partir do fim da década de 1960, desenvolveu um amplo programa de investigação sobre um aspeto até essa data negligenciado na área da influência social: a inovação, isto é, a mudança das normas de uma maioria, promovida por uma minoria ativa (para uma revisão, ver Moscovici, 1976). Diversos autores anteriores tinham efetuado estudos sobre situações em que o participante, exposto a um emissor de influência (grupo, autoridade, etc.), se confronta com duas alternativas: manter a independência ou conformar-se. No entanto, pelo menos em certas condições, o “alvo” da influência pode considerar uma terceira alternativa: a tentativa de fazer o grupo mudar.

Moscovici firmou a sua abordagem da influência social numa crítica ao *funcionalismo*, perspetiva então vigente nas ciências sociais. Segundo o autor, esta perspetiva assenta nos seguintes pressupostos: (a) a influência social é desigualmente distribuída e exercida de forma unilateral; (b) a função da influência social é a de manter e reforçar o controlo social; (c) as relações de dependência (informativa, normativa) determinam a direção e a quantidade de influência social exercida num grupo; (d) os estados de incerteza e a necessidade de reduzir a incerteza determinam as formas tomadas pelo processo de influência; (e) o consenso alcançado pelos processos de influência é baseado na

norma da objetividade; (f) todos os processos de influência são vistos sob a perspectiva do conformismo.

Na opinião de Moscovici, estes pressupostos promoveram a um lugar central na influência social variáveis secundárias como a dependência e a incerteza, e contribuíram para negligenciar as funções que a divergência ocupa na vida social. Em contraste, o autor desenvolveu uma nova abordagem dos fenômenos da influência que designou por “teoria genética” (Moscovici, 1976). Esta pode ser sintetizada da seguinte forma: (a) a realidade é uma construção social; (b) a influência social é uma forma de negociação, a partir da qual se conserva ou modifica uma dada definição, mais ou menos consensual, da realidade; (c) as funções da influência não são apenas de controlo social, são também as de mudança social; (d) esta negociação envolve três processos de gestão do conflito que ocorrem na génese, manutenção e desenvolvimento dessa definição da realidade: *normalização* – que resulta da tentativa de gerir o conflito através de concessões recíprocas; *conformismo* – que advém da tentativa de resolver o conflito através da submissão do indivíduo ao grupo; *inovação* – que deriva da tentativa de criação de conflito através da contestação, por parte de uma minoria nómica, das normas vigentes; (e) os processos psicossociais subjacentes ao conformismo e à inovação são distintos: no primeiro caso, trata-se de um processo de *comparação* em que a minoria compara o seu comportamento com o da maioria; no segundo, trata-se de um processo de *validação* em que a maioria tenta adquirir nova informação que valide o seu comportamento.

Segundo Moscovici (1976), devido à possibilidade de desestabilizar a realidade social vigente a partir da contestação das normas que a fundamentam, uma minoria de pessoas, sem poder ou estatuto especiais, é capaz de levar à modificação dessas mesmas normas. Esta inovação é possível mesmo em condições de completa ausência de ambiguidade objetiva do julgamento requerido. Moscovici prevê que a *aceitação pública* da influência seja maior no conformismo do que na inovação, mas que suceda o contrário em relação à *aceitação privada*. Isto é, no cerne do conformismo está a *submissão*, enquanto a inovação implica *conversão*. Para Moscovici, a variável decisiva na determinação do sucesso ou do insucesso de um dado emissor de influência é o *estilo comportamental*. Os estilos comportamentais mais estudados têm sido a flexibilidade e, sobretudo, a consistência, definida em termos de repetição de ideias-chave e evitamento de contradições. A partir desta conceptualização, Moscovici reinterpretou as investigações de Asch e desenvolveu uma série de estudos sobre os processos de inovação. No mais conhecido paradigma experimental para o estudo da inovação (Moscovici et al., 1969), a experiência era apresentada aos participantes como um estudo sobre percepção das cores, desenrolando-se em quatro fases.

Na primeira fase, seis indivíduos eram submetidos a um teste de acuidade visual, dois dos quais eram comparsas do experimentador. Na segunda fase, eram projetados diapositivos com dois tipos de filtros: um com uma gama dominante azul e bastante luminoso, e outro com reduzida intensidade luminosa. Foram usados 24 diapositivos, variando em dois graus de luminosidade. Os participantes deveriam efetuar dois julgamentos: indicar a cor do diapositivo e estimar a luminosidade (numa escala de um a cinco). Os julgamentos eram anunciados publicamente e sempre na mesma ordem. Os comparsas (que intervinham em primeiro e em segundo ou em primeiro e em quarto lugar) anunciavam sempre a mesma resposta em relação à cor – “verde” –, e respondiam como lhes parecia em relação à luminosidade. A primeira variável dependente era o número de respostas “verde” dadas pelos participantes críticos – correspondendo a uma medida da aceitação pública da influência.

Na terceira fase, era dito aos participantes que se iria aplicar uma “contraprova” para estudar os efeitos da fadiga na percepção das cores. Essa “contraprova” era o teste de Farnsworth

sobre percepção de cores. Este teste contém séries de círculos variando ligeiramente em coloração — os casos relevantes para esta experiência eram aqueles em que as séries variavam gradualmente do azul para o verde — e os participantes tinham de nomear a cor de cada círculo, sendo o teste aplicado individualmente. O objetivo desta fase era verificar até que ponto é que as respostas da minoria faziam modificar o limiar de diferenciação entre o azul e o verde — correspondendo esse resultado, no caso de ser obtido, a uma reestruturação cognitiva, isto é, à aceitação privada da inovação. Assim, as respostas a este teste constituíam a segunda variável dependente. Na quarta fase, os participantes críticos respondiam a um questionário pós-experimental e era-lhes explicado o teor da situação.

Para além desta condição experimental, existia uma condição de controlo, em tudo igual àquela condição, exceto quanto à ausência de comparsas — os grupos eram assim constituídos por seis participantes críticos. Enquanto na condição de controlo só se registaram 0,25% de respostas “verde”, na condição experimental essa percentagem atingiu os 8,4% — esta diferença entre as condições constitui uma medida de aceitação pública da influência da minoria.

Além disso, verificou-se uma diferença significativa nos limiares de diferenciação entre o azul e o verde dos participantes das condições de controlo e experimental: os participantes críticos que participaram na condição experimental designavam, no teste de Farnworth, um maior número de círculos da gama azul/verde como “verde” do que os participantes da condição de controlo — esta diferença entre condições constitui uma medida da aceitação privada da influência da minoria. Verificou-se, ainda, que a aceitação privada revelou os seus efeitos independentemente da aceitação pública. Estes resultados demonstram que uma minoria de indivíduos pode ter um impacto, moderado, nas respostas públicas de uma maioria em relação a um objeto de julgamento que se pode considerar como objetivamente não ambíguo. Os resultados demonstram, ainda, que uma minoria pode levar à aceitação privada da sua influência, independentemente da sua aceitação pública.

Moscovici realizou algumas variações experimentais, manipulando diferentes variáveis: consistência e conflito; autoconfiança percebida da minoria; importância do apoio social para a não inovação, entre outras. As experiências realizadas levaram Moscovici a concluir que a capacidade de inovação de uma minoria social depende: (a) da sua capacidade de intensificar o conflito com a maioria; (b) da adoção de um estilo comportamental consistente; (c) da atribuição, realizada pelos alvos de influência, de autoconfiança na correção do seu comportamento.

O fenómeno da influência minoritária é hoje indiscutível. Existem ao longo da história múltiplos exemplos de pessoas que traduzem este fenómeno da inovação e do poder das minorias ativas, mas Moscovici foi pioneiro nestes estudos, visto que anteriormente os fenómenos de influência eram quase exclusivamente estudados no âmbito da influência maioritária, isto é, numa perspetiva de cima para baixo. A questão do *porquê* e *como* da influência minoritária continua a ser objeto de debate. A ampla pesquisa desenvolvida sobre a temática tornou clara a necessidade de articulação entre diferentes níveis de análise em psicologia social, ainda mais numa época marcada pela proliferação de influenciadores e influenciadoras digitais, bem como de múltiplas formas de ativismo e mobilização social. Pensar na pertinência da influência minoritária pode levar-nos a casos como o de Greta Thunberg, por exemplo. Permite igualmente analisar, a partir desta abordagem teórica, situações atuais de polarização política, dinâmicas comunicacionais nas redes digitais e nas ruas e interações intergrupais que podem levar à mudança social.

Em suma, conhecer os processos de influência social, bem como as diversas perspetivas existentes, é fundamental na atualidade para sermos capazes de analisar os processos

de persuasão e de influência social, bem como os seus efeitos nas múltiplas esferas da sociedade, quer enquanto profissionais, quer como cidadãos e cidadãs. Assim, poderemos saber quais as estratégias que estão a ser ou que podem ser utilizadas para conduzir a mudanças de atitudes e comportamentos, que se traduzam em mudanças societais.

A realidade atual mostra-nos que muitas das conquistas que considerámos seguras no que toca ao respeito dos direitos humanos podem ser revogadas a qualquer momento. Mostra-nos também que a aceitação social de valores promovidos por “minorias ativas” muitas vezes é acompanhada de um esquecimento do papel que desempenharam nos processos de inovação social. Ou seja, mesmo quando uma minoria ativa tem sucesso promovendo mudanças sociais consistentes, como é o caso dos movimentos sociais, isso não significa que seu papel seja socialmente lembrado e reconhecido, como demonstram os estudos sobre que criptomnésia social (e.g. Butera et al., 2017), pelo que o estudo dos processos de influência social não deve ser desligado de processos grupais e societais mais vastos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgment. In H. Guetzkow (Ed.), *Group, leadership, and men* (pp. 177–190). Carnegie University Press.
- Asch, S. E. (1952). *Social psychology*. Prentice-Hall.
- Asch, S. E. (1955). Opinions and social pressure. *Scientific American*, 193(5), 31–35. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican1155-31>
- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and conformity: A minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs*, 70(9), 1–70. <https://doi.org/10.1037/h0093718>
- Butera, F., Vernet, J.-P., & Vala, J. (2017). Influencing people's (negative) attitudes towards active minorities: The case of feminist movements. In S. Papastamou, A. Gardikiotis, & G. Prodromitis (Eds.), *Majority and minority influence* (pp. 158–172). Routledge. <https://psycnet.apa.org/doi/10.4324/9781315666648-8>
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 57(5), 271–282. <https://doi.org/10.1037/h0056932>
- Garcia-Marques, L. (2000). O inferno são os outros. O estudo da influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 227–292). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., & Garrido, M. V. (2017). Processos de influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 245–324). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Le Bon, G. (1896). *Psychologie des foules*. F. Alcan.
- McDougall, W. (1908). *An introduction to social psychology*. Methuen.
- Milgram, S. L. (1965). Some conditions of obedience and disobedience to authority. *Human Relations*, 18(1), 57–76. <https://doi.org/10.1177/001872676501800105>
- Moore, H. T. (1921). The comparative influence of majority and expert opinion. *American Journal of Psychology*, 32, 16–20. <https://doi.org/10.2307/1413472>
- Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. Academic Press.
- Moscovici, S., Lage, E., & Naffrechoux, M. (1969). Influence of a consistent minority on the responses of a majority in a color perception task. *Sociometry*, 32(4), 365–380.

Secord, P. F., & Backman, C. W. (1964). *Social psychology*. McGraw-Hill.

Sherif, M. (1935). *A study of some social factors in perception*. *Archives of Psychology*, (187), 23–46.

Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. Harper and Row.

Sherif, M. (1937). An experimental approach to the study of attitudes. *Sociometry*, 1, 90–98. <https://doi.org/10.2307/2785261>

Tarde, G. (1924). *Les lois de l'imitation*. Alcan. (Trabalho original publicado em 1890)

Thorndike, E. L. (1935). *The psychology of wants, interests and attitudes*. Appleton-Century.

Turner, J.C. (1991). *Social influence*. Open University Press.

Material Suplementar

Vídeos

The Asch Conformity Experiment (<https://www.youtube.com/watch?v=nyddyt1ldha>; https://youtu.be/wkk5ea_qhfk?si=b91pcoayqf7axuvf);

The Milgram Experience (<https://youtu.be/xoylcy5pvgm?si=loybrm8aepj6gylb>; <https://youtu.be/vumt8b4urci?si=t64ectbqsh1bp7ti>).

Podcasts, Jogos e Dinâmicas

Simule um tribunal de júri para discutir um caso (mediático, por exemplo) e observar como as opiniões se formam e mudam.

Use jogos online como o Keep Talking and Nobody Explodes (<https://keeptalkinggame.com/#aboutgames>) para explorar a comunicação e a colaboração em grupo.

Promova a análise de campanhas publicitárias e discursos políticos para identificar técnicas de persuasão.

Desafie à criação de campanhas de conscientização para aplicar os conhecimentos adquiridos sobre influência social.

Escolha uma pessoa que seja considerada influenciadora digital e analise as suas estratégias de comunicação nas redes sociais e de que forma interagem os seus seguidores.

Escolha excertos de podcasts sobre os tópicos lecionados e promova uma reflexão crítica, primeiro em pares e, posteriormente, em grande grupo. Por exemplo, o *Milgram de Savoirs* é um podcast de discussão de temas da psicologia social e cultural, criado e animado por docentes e investigadores do Center for Social and Cultural Psychology da Université Libre de Bruxelles: <https://milgram.ulb.be/par-thematique/> ou, por exemplo, o “Episódio 45 – Movimento de Massas e o Poder” do Podcast *Isto é Psicologia* da Ordem dos Psicólogos Portugueses em <https://open.spotify.com/episode/6FDpVUOpQiqU9Bj1BhohqA?si=W5EqEBZeTZW8p6Ghypv1kwww>.

Estereótipos Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.6>

Yuri Sousa

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia e Serviço Social,
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8713-5543>
yuri.sousa@ufba.br

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo

O capítulo oferece uma breve contextualização sobre o tema dos estereótipos na psicologia social. Apresentamos as origens conceituais do termo “estereótipo” e indicamos desenvolvimentos nas investigações sobre o fenômeno, as suas características e funções, as repercussões para a interação social e a relação com processos cognitivos, afetivos, interpessoais, intergrupais, culturais e ideológicos. Os estereótipos podem ser compreendidos como crenças socialmente partilhadas sobre as características, comportamentos e atributos dos membros de diferentes grupos e categorias sociais. Ao mesmo tempo que estão associados a automatismos cognitivos que facilitam a interação com os outros no cotidiano, os estereótipos estão implicados em relações de poder e desigualdade, sendo frequentemente associados a dinâmicas de preconceito, discriminação e desumanização. Para além da apresentação de desenvolvimentos teóricos e empíricos, chamamos a atenção para a predominância metodológica de medidas baseadas em questionários e autorrelatos, sugerindo a necessidade de considerar a influência de estratégias de autoapresentação e de normas sociais que regulam a expressão simbólica dos estereótipos em contextos de investigação. Por fim, propomos uma análise crítica dos resultados apresentados, incentivando a formulação de novas questões de investigação que considerem as especificidades sociais e culturais do contexto estudado.

Palavras-chave

estereótipos, atitudes intergrupais, preconceito, psicologia social

Introdução

Imagine-se no primeiro dia de aulas de um curso para o qual se inscreveu, mas não conhece nenhuma das outras pessoas participantes. Ao interagir com colegas, talvez comece a levar em consideração fatores como aparência física, gênero, idade, vestimentas e comportamentos. Pode-se supor que algumas dessas pessoas são familiares, mesmo sem conhecê-las a fundo, o que pode influenciar a sua maneira de interagir com elas, criando barreiras ou oportunidades para novas amizades. Em outras palavras, depois de pouco tempo de interação, provavelmente você terá expectativas e impressões iniciais

que decorrem não exatamente dos atributos e características singulares das outras pessoas, mas de crenças preestabelecidas a respeito de como os membros de determinados grupos e categorias sociais costumam ser e agir.

Situações quotidianas como esta guardam relação direta com os estereótipos, já que as nossas maneiras de interagir com os outros costumam ser influenciadas pela tendência de perceber indivíduos como pertencentes a entidades sociais mais amplas (e.g., agregados, categorias e grupos sociais), ao mesmo tempo que, mesmo sem percebermos, fazemos uso de teorias implícitas que compartilhamos sobre os traços e características desses entes sociais (M. Pereira, 2021). Em outros casos, os mesmos processos de categorização e essencialização das características atribuídas a grupos sociais podem estar na base de relações assimétricas de poder e dominação, cujas repercussões são especialmente deletérias para a vida de grupos subalternizados e/ou minoritários (Cabecinhas, 2017; M. Lima, 2020). Está aí um desafio do estudo do tema dos estereótipos: ao mesmo tempo em que podem ser úteis para organizar o ambiente social e facilitar interações satisfatórias com os outros, também podem funcionar como a base cognitiva do preconceito e da discriminação (Pérez-Nebra & Jesus, 2011; Rodrigues et al., 2010).

Os estereótipos são usualmente definidos como crenças socialmente compartilhadas sobre as características, comportamentos e atributos dos membros de diferentes grupos e categorias sociais (Kite & Whitley, 2016). Funcionam como “esquemas ou representações mentais sobre grupos sociais” (Ferreira, 2010, p. 55), que simplificam o mundo social, ajudam a explicar acontecimentos quotidianos, permitem orientar e justificar ações individuais e coletivas, bem como diferenciar o próprio grupo de pertencimento em relação a outros grupos (Allport, 1954/1979; M. Lima, 2020). Em psicologia social, o estudo dos estereótipos tem longa tradição e profunda relação com outros conceitos, alguns dos quais serão discutidos de maneira mais aprofundada em outros capítulos deste livro (e.g., preconceito e discriminação). Depois de aproximadamente um século de investigação na área, o estudo sobre estereótipos sociais continua a ser crucial na compreensão das interações humanas e das dinâmicas societais, ainda que mudanças consideráveis tenham ocorrido ao longo do tempo em aspetos conceituais, metodológicos e de aplicação. Neste capítulo, procederemos a uma breve contextualização histórica desse campo de investigação, desde o início do século XX até à atualidade, ressaltando elementos de mudança e permanência que contribuiram para conferir complexidade e diversidade à investigação psicossocial sobre o tema.

Estereótipos: Origens do Conceito e Aspectos Sociocognitivos

A obra *Public Opinion* (Opinião Pública) de Walter Lippmann, publicada em 1922, inaugurou esta área de estudos, aplicando pela primeira vez o termo “estereótipo” nas ciências sociais. O termo já existia desde 1798, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia, onde designava uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo padrão (Stroebe & Insko, 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para denotar algo “fixo” e “rígido”, o que se prende com a origem etimológica da palavra *stereo*, que, em grego, significa “sólido”, “firme”. Nesta obra, o autor analisa o modo como são construídas as imagens da realidade social e de que forma essas imagens são afetadas tanto por fatores internos como externos ao indivíduo. Neste sentido, Lippmann é considerado o fundador da concetualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Ashmore & Del Boca, 1981; Marques & Páez, 2000).

Lippmann (1922/1961) salientou a “rigidez” das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais os indivíduos têm pouco ou nenhum contacto direto. Esta visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou grande parte dos estudos posteriores sobre a temática, no entanto, o autor não descuro a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana. Segundo Lippmann (1922/1961), os estereótipos, as “imagens em nossas cabeças”, funcionam como “mapas”, guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informações complexas. Ao mesmo tempo, são também “defesas” que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, seus interesses, suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. Os estereótipos não são o espelho da realidade, mas sim versões hipersimplificadas desta realidade. Os estereótipos nunca são observações neutras e desinteressadas, pois dependem mais do observador do que daquilo que é observado. Como salienta o autor, “na grande confusão e ruído do mundo exterior, percebemos aquilo que já foi previamente definido pela nossa cultura e temos tendência para assimilarmos a realidade de forma estereotipada” (Lippmann, 1922/1961, p. 81). Assim, Lippmann debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para “recortar” a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflete sobre as limitações humanas no processamento da informação e sobre a forma como os preconceitos introduzem enviesamentos na seleção, interpretação e uso da informação social (Cabecinhas, 2017).

Na perspetiva de Lippmann (1922/1961), os estereótipos são resultantes de um processo inevitável, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados até os anos 1950 caracterizaram os estereótipos como um tipo inferior de pensamento, situando-os no domínio do “patológico”: estes seriam projeções de fantasias indesejáveis ou deslocamentos de tendências agressivas de indivíduos com personalidades autoritárias e intolerantes (e.g., Adorno et al., 1950; Rokeach, 1948). Na opinião de Lippmann (1922/1961), diversos fatores contribuem para o carácter falacioso dos estereótipos: a censura nos meios de comunicação social e a falta de contacto direto com os grupos visados (limitações externas); os baixos níveis de atenção, a interferência de preconceitos na interpretação da informação e os interesses e motivações pessoais (limitações internas). Embora a formação de estereótipos seja caracterizada como inevitável pelo autor, suas ideias salientam o papel ativo do indivíduo no processo de construção, já que os estereótipos seriam sempre “seletivos” e “parciais”. Nesta direção, encontramos na sua obra alguns elementos teóricos sobre as funções psicossociais dos estereótipos, desenvolvidas e estudadas empiricamente algumas décadas depois, por Allport (1954/1979), que relacionava explicitamente os estereótipos ao processo de categorização e ao fenómeno do preconceito. Tais aspetos também foram trabalhados por Tajfel (1969), que considerou as funções cognitivas e sociais dos estereótipos no seu modelo explicativo das relações intergrupais.

Relativamente às funções cognitivas, Lippmann (1922/1961) salientava a “economia de esforço” e as necessidades de “definição”, “distinção”, “consistência” e “estabilidade”. No que respeita às funções sociais, o autor enfatizava o papel dos estereótipos na “defesa” dos interesses do indivíduo. Um dos motivos que explicaria o carácter “fixo” dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo de proteger a sua própria definição da realidade: “qualquer perturbação aos estereótipos parece ser um ataque às fundações do universo (...) e, quando coisas tão importantes estão em risco, não admitimos de imediato que existe uma diferença entre o nosso universo e o universo” (Lippmann, 1922/1961, p. 96). É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *status quo* que os estereótipos dificilmente são abalados por informações potencialmente incongruentes: “não há nada mais resistente à educação e às críticas do que o estereótipo. Ele sobrepõe-se aos factos (...). Se aquilo com que nos deparamos

corresponde com sucesso àquilo que havíamos antecipado, o estereótipo é reforçado para o futuro” (Lippmann, 1922/1961, pp. 98–99).

Segundo o autor, quando os estereótipos estão bem sedimentados, a atenção dos indivíduos foca-se nos factos que suportam esses estereótipos, distraíndo-se dos factos que os contradizem. Como enfatizado por Lippmann (1922/1961), o senso comum, na maior parte dos casos, não procura refutar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las: “os conceitos que nos chegam do passado não são encarados como hipóteses exigindo prova e contradição, mas como ficções aceites sem questionamento” (pp. 122–123).

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que futuramente se veio a designar como “profecias autorrealizáveis”, ou “autoconfirmatórias”, entendidas como predições inicialmente infundadas, que, quando acolhidas, são capazes de evocar comportamentos que fazem a conceção falsa se tornar real (Merton, 1949/1968). As implicações das profecias autorrealizáveis no âmbito dos estereótipos foram amplamente demonstradas por estudos posteriores (e.g., Hamilton, 1979). Em direção similar, investigações experimentais demonstraram um efeito situacional de “ameaça do estereótipo” (Steele & Aronson, 1995), que poderia resultar na diminuição do desempenho de membros de grupos negativamente estereotipados em atividades relacionadas às crenças estabelecidas (M. Pereira, 2017). A “ameaça” refere-se ao medo que o indivíduo tem de confirmar expectativas negativas que recaem sobre si, por pertencer a um grupo negativamente estereotipado, o que faz com que “em certas condições, os estereótipos negativos podem levar os indivíduos que são suas vítimas a adotar condutas que vêm confirmar esses estereótipos” (Deschamps & Moliner, 2008/2014, p. 35).

Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann (1922/1961) considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma exceção, mantendo-se o estereótipo intacto. Este só é abalado se o indivíduo for flexível ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para poder ser ignorada. Estes aspetos viriam a ser estudados algumas décadas mais tarde por Allport (1954/1979) e consistentemente demonstrados por estudos na área da cognição social (e.g., M. Pereira & Dantas, 2023; Tróccoli, 2011). De modo mais amplo, tendências à manutenção de um estado de equilíbrio cognitivo, por meio de estratégias de redução da inconsistência e diminuição da ameaça às crenças preexistentes, foram reconhecidas em alguns trabalhos clássicos da psicologia social (e.g., Festinger, 1957; Heider, 1946).

Ao mesmo tempo em que salientava o caráter rígido dos estereótipos, Lippmann (1922/1961) reconhecia o facto de estes constituírem imagens demasiado “generalizadas” e “exageradas”, que descurem a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade. Este aspeto viria a ser empiricamente demonstrado pelos estudos sobre o “efeito de acentuação” — a tendência para exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e para acentuar as diferenças entre membros de categorias diferentes (Tajfel & Wilkes, 1963) — e sobre o “efeito de homogeneidade do exogrupo” (Quattrone & Jones, 1980) — a tendência de perceber o grupo dos outros (exogrupo) como mais homogêneo do que o grupo de pertença (endogrupo). Neste sentido, hipóteses cognitivas sobre a origem dos estereótipos costumam ressaltar a influência do processo de categorização social, que ocorre quando diferentes indivíduos passam a ser classificados e percebidos em função de um atributo comum, seja uma característica física, um marcador social, racial, de classe, entre outros (M. Pereira, 2013).

Entretanto, diferentemente do que ocorre quando objetos são classificados, a categorização social mobiliza um sistema de categorias do qual os indivíduos fazem parte. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que simplifica e facilita a organização do ambiente social, esse processo não é neutro e contribui para dar sentido às relações de identificação

e diferenciação grupal, sendo muitas vezes acompanhado de vieses que favorecem o próprio grupo de pertença (Deschamps & Moliner, 2008/2014). Posteriormente, foi demonstrado que estes enviesamentos perceptivos não são simétricos ou universais, mas estão dependentes do contexto e da estrutura das relações entre os grupos, sendo o efeito de homogeneidade do exogrupo observado com maior intensidade nos membros dos grupos dominantes do que nos membros dos grupos minorizados (e.g., Cabecinhas, 2017; Lorenzi-Cioldi, 1998).

Lippmann (1922/1961) debruçou-se, ainda, sobre o poder dos “rótulos” e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: “são demasiado vazios, demasiado abstractos, demasiado desumanos” (p. 160). Na perspetiva do autor, só uma longa educação crítica – o “remédio supremo” – permitiria aos indivíduos tomarem consciência do carácter diferido e subjetivo da respetiva apreensão da realidade social. Lippmann (1922/1961) sublinha que nenhum ser humano é “omnipresente e omnisciente”, ou seja, todos possuímos estereótipos, uma vez que “inevitavelmente as nossas opiniões cobrem um espaço, um tempo e uma variedade de aspetos que não podemos observar diretamente” (p. 79). Esta conceção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações experimentais sobre os efeitos da categorização social (e.g., Bruner, 1957).

Conforme apresentado até aqui, a obra de Walter Lippmann representou um marco inicial no estudo dos estereótipos, introduzindo noções fundamentais sobre a sua rigidez e inevitabilidade na construção da realidade social. O autor destacou que os estereótipos funcionam como mapas mentais que ajudam a lidar com a complexidade da informação, mas também como defesas que protegem os valores e interesses dos indivíduos. Ele enfatizou a seletividade e a parcialidade dos estereótipos, evidenciando como são mantidos mesmo diante de informações contraditórias. Estudos subsequentes expandiram suas ideias, investigando as funções cognitivas e sociais dos estereótipos e os seus efeitos nas relações intergrupais e na vida de grupos estigmatizados. Apesar do carácter inovador das ideias de Lippmann, muitas delas foram negligenciadas pela grande maioria das investigações efetuadas nas três décadas seguintes sobre estereótipos. Ao longo do tempo, novos modelos teóricos e abordagens metodológicas foram desenvolvidos e a continuidade dessa linha de pesquisa explorou ainda mais as interações entre estereótipos, cultura e ideologia, analisando como os contextos socioculturais e políticos moldam a formação e a perpetuação dos estereótipos.

Estereótipos Sociais e Atitudes Intergrupais

Pouco depois da publicação da obra de Lippmann, ainda na década de 1920, surgem os primeiros estudos empíricos sobre os estereótipos sociais nos Estados Unidos. Trata-se de uma época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os Estados Unidos da América, sendo frequentes notícias de imprensa pouco favoráveis relativamente a estes grupos. Assim, os investigadores desenvolveram escalas para medir as atitudes face a diversas minorias raciais e étnicas, pressupondo que os resultados obtidos nos questionários seriam bons preditores dos comportamentos face a essas minorias. O conceito de “atitude” se refere a “avaliações globais em relação a um objeto que compreendem sentimentos positivos ou negativos, crenças e disposições comportamentais” (T. Lima et al., 2023, p. 175). No âmbito das relações intergrupais, as atitudes são entendidas como avaliações e respostas emocionais diante de um grupo social como um todo ou das pessoas que fazem parte desse grupo (Kite & Whitley, 2016). Neste contexto, considerando que os estereótipos possuem alguma carga avaliativa (Deschamps & Moliner, 2014), a relação entre os dois conceitos se estabeleceu consistentemente já a partir dos anos 1920 (M. Pereira, 2021), período em

que os estereótipos foram considerados em estudos sobre as atitudes e suas formas de mensuração (e.g., Thurstone, 1928a, 1928b).

Bogardus (1928) estudou as “atitudes raciais” dos “americanos” a partir de uma “escala de distância social” (Bogardus, 1933). Os participantes (estadunidenses brancos) deveriam indicar as suas atitudes face a diversos grupos raciais, étnicos e religiosos (por exemplo: franceses, indianos, judeus, chineses, ingleses, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: “casaria com um membro deste grupo”; “aceitaria como amigo íntimo”; “aceitaria como vizinho do lado”; “aceitaria como colega de escritório”; “aceitaria como conhecido”; “apenas como turista no país”; “excluí-los-ia do país” (cf. M. Lima, 2000). O estudo revelou que os participantes rejeitavam, sobretudo, os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglo-saxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos estava em consonância com os estudos do chamado “racismo científico”, realizados no século XIX e início do século XX, testemunhando o caráter normativo do racismo nesse período nos Estados Unidos da América e na Europa. Para o autor, a abordagem da distância social seria uma forma de sociometria centrada nas relações pessoa-grupo, buscando conhecer mais da realidade humana por meio de reações afetivas e sentimentos, algo útil para antecipar conflitos intergrupais e desenvolver processos de cooperação e “assimilação” (Bogardus, 1947).

No início da década de 1940, Hartley (1946) efetuou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos-alvo, utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo considerados no estudo precedente, Hartley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos e a três grupos fictícios: Danarean, Pirenean e Wallonian. Os participantes manifestaram maior distância social face a grupos políticos “extremistas”, logo seguidos dos grupos “étnicos” minoritários — judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituanos, etc.), e imigrantes da Europa Mediterrânea (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez, os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (irlandeses, ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social, e o grupo de pertença foi o único a ocupar o topo da escala. O aspeto mais curioso deste estudo é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos étnicos considerados “indesejáveis”, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido levou os participantes a rejeitar esses grupos. Tais resultados demonstram que o preconceito não está diretamente ligado ao nível de conhecimento dos grupos-alvo em causa e são indicadores do caráter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica (Cabecinhas, 2017).

Apesar das críticas ao uso de questionários, esse foi, sem dúvida, o instrumento de pesquisa mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até aos anos 1980. O método mais utilizado foi o da “lista de adjetivos”, desenvolvido por Katz e Braly (1933). Os autores construíram uma lista de 84 traços de personalidade, selecionados a partir da imprensa e da literatura da época ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários (estadunidenses brancos¹) nas descrições de diversos grupos. Katz e Braly

1 Apesar de não ser explicitada a categorização racial dos participantes como “brancos”, diversas passagens do estudo permitem inferir que o rótulo “americanos” foi tratado como equivalente a estadunidenses brancos, o que fica evidenciado, por exemplo, com a especificação da categoria “negros” como forma de alteridade racial para o grupo de pertença dos participantes (“americanos”). A constatação de que tratamento similar foi dado às categorias “americanos” e “negros” em pesquisas posteriores pode ser indicativa da centralidade normativa ocupada pela população branca, em detrimento de um “outro” racializado e marginalizado, que tende a ser percebido pelo grupo dominante como não pertencente ao mesmo território e grupo nacional (ver Kilomba, 2019).

(1933) pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para selecionarem os cinco traços mais típicos de cada um de 10 grupos-alvo: alemães, “americanos”, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, “negros”² e turcos. Os “americanos” (referindo-se a estadunidenses brancos) foram considerados pelos participantes como empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os “negros” foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, os estadunidenses brancos atribuíram ao grupo de pertença características positivas, consonantes com o chamado “sonho americano”. Em contrapartida, aos “negros”, turcos e chineses foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade estadunidense, justificando assim a sua exclusão social. Outro aspeto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os “negros” é muito mais uniforme do que o estereótipo sobre os “americanos”, sendo relativamente a este grupo que existe menor consenso entre os participantes. Assim, mais uma vez se verifica que o elevado consenso dos estereótipos não está ligado ao maior nível de contacto com os grupos-alvo em causa, já que os estudantes em questão tinham pouco ou nenhum contacto direto com os grupos sobre os quais havia maior consenso.

Katz e Braly (1933, 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural relacionado às atitudes. Para os autores, os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização, o que explica o grau de consenso face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento “real” dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural. Neste contexto, argumentam que as atitudes diante de grupos são, em boa parte, atitudes diante de rótulos (categorias), que ativam estereótipos existentes nos padrões culturais dominantes (Katz & Braly, 1933).

Uma réplica do estudo de Katz e Braly, realizada depois da Segunda Guerra Mundial na mesma universidade (Gilbert, 1951), indicou um declínio na consistência dos estereótipos face a certas minorias, nomeadamente os “negros” e os “judeus”. Este declínio foi atribuído, entre outros fatores, à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos meios de comunicação de massa e a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes. Segundo Gilbert (1951), os estudantes tornaram-se mais “sofisticados” e “objetivos”, tendo relutância em efetuar generalizações infundadas acerca de outros grupos. Réplicas realizadas por outros autores noutros locais na década de 1950 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes não eram “rígidos”, mas “flexíveis”, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, uma segunda réplica do mesmo estudo, realizada nos finais dos anos 1960, também na Universidade de Princeton (Karls et al., 1969), produziu resultados decepcionantes para os investigadores. Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais positivo, aos “americanos” e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos de grande desejabilidade

2 Parece relevante notar que entre os rótulos utilizados no estudo de Katz e Braly (1933) foram incluídas categorias étnicas e identidades nacionais específicas. Por outro lado, também foi incluída a categoria “negros” (Negroes, no original), como um rótulo para fazer referência à população originária do continente africano. O termo escolhido pelos autores, que atualmente é reconhecido nos Estados Unidos da América como associado a práticas linguísticas racistas (e.g., Nascimento, 2019), pode ter sido utilizado como forma de contemplar alguma dimensão das relações raciais daquele contexto histórico e geográfico. De todo modo, em uma situação de pesquisa com ampla variedade de categorias nacionais, chama a atenção não terem sido consideradas também as diferentes identidades nacionais africanas, além da ausência de outras categorias raciais, como o próprio grupo dos “brancos”, dominante naquele contexto. Mais do que uma questão metodológica passível de discussão, a observação parece ilustrar a reprodução do efeito de homogeneização do exogrupo e, mais concretamente, de homogeneização do grupo minorizado (Cabecinhas & Amâncio, 1999), decorrentes das assimetrias de poder ou estatuto social.

social, enquanto aos grupos de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis. Contrariando a tendência observada nos anos 1950, verificou-se um incremento da consistência dos estereótipos face a algumas minorias étnicas. Em contrapartida, o estereótipo dos “americanos” foi o que apresentou menor consistência, confirmando os resultados dos anos 1930.

No que respeita ao estereótipo dos “negros”, os autores fazem a seguinte observação: “A tendência mais dramática e consistente nos últimos 25 anos foi uma caracterização mais favorável dos negros” (Karlins et al., 1969, p. 8). No entanto, se analisarmos o conteúdo desses estereótipos à luz dos valores da sociedade ocidental, constatamos que esta “nova imagem” dos negros (“musicais”, “amantes do prazer”, “ostensivos” e “despreocupados”) corresponde mais a uma mudança facial do que profunda. Ao mesmo tempo em que não são reconhecidas ao grupo as características instrumentais necessárias para participarem ativamente no desenvolvimento da sociedade, são atribuídas aos seus membros características expressivas e exóticas, que, embora sejam superficialmente apresentadas com uma conotação positiva, retira-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização (Cabecinhas, 2017). No Brasil, mudanças análogas no conteúdo dos estereótipos associados a pessoas negras foram identificadas por M. Lima e Vala (2004), que compararam resultados de pesquisas realizadas em 1950 e 2001. Em lugar de “supersticiosos”, “preguiçosos” e “estúpidos”, os traços mais consensuais no último período foram “alegres”, “musicais”, “atléticos ou fortes”. De salientar que este padrão de resultados continua a ser encontrado hoje em dia e a manifestar-se de forma acutilante nas imagens que circulam nos média (e.g., A. Pereira et al., 2020).

No estudo realizado por Karlins et al. (1969), constatou-se, mais uma vez, que o grau de consenso dos estereótipos sobre determinado grupo não está diretamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Comparando os seus resultados com os de Gilbert (1951), os autores salientam: “o aparente ‘esbatimento’ dos estereótipos sociais em 1951 não é uma tendência geral genuína. (...) Um aspeto destes dados que continua impressionante é o grau de semelhança existente entre velhos e novos estereótipos” (Karlins et al., 1969, p. 14). Nesta direção, os autores salientam que o conteúdo dos “novos estereótipos” é mais consistente com as “atitudes mais liberais” da sociedade estadunidense, como demonstrado em diversos estudos nos anos 1960. A este propósito, os autores citam Triandis e Vassiliou (1967): “já não é apropriado ser preconceituoso em relação a outros grupos” (p. 238). Isso não significa que o preconceito tenha desaparecido, pois, como os próprios autores salientam, alguns dos resultados obtidos “são demasiado bons para ser verdade” (Karlins et al., 1969, p. 11).

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos das pressões normativas que deram origem aos chamados “novos racismos” ou, ao menos, às novas teorias sobre a expressão do preconceito e do racismo (M. Lima & Vala, 2004), tema discutido de maneira mais aprofundada em outro capítulo deste livro. Sigall e Page (1971) complementaram o uso da tradicional lista de adjetivos com uma manipulação experimental. Numa das condições, os participantes respondiam simplesmente a um questionário (condição controlo) e na outra condição respondiam ao mesmo questionário, mas eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de “detetor de mentiras” (condição *bogus pipeline*). Os autores compararam os estereótipos dos participantes (estadunidenses brancos) face às categorias “americanos” e “negros”, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na condição *bogus pipeline* (em que os participantes estavam ligados ao suposto detetor de mentiras), o estereótipo relativo aos “americanos” era mais favorável e o relativo aos “negros” mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo pelo grupo de pertença aumentou quando os participantes julgavam que a sua “verdadeira atitude” estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page (1971) interpretaram

os resultados da condição *bogus pipeline* como “relativamente livre de distorções, mais honestos e mais ‘verdadeiros’ do que na condição de avaliação em escalas” (p. 254), o que sugere que os estudos com base na lista de adjetivos, sobretudo aqueles realizados a partir do momento em que se tornou contranormativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Estereótipos, Normas Sociais e Expressão do Preconceito

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente a pessoas negras, Dovidio e Gaertner (1991) afirmam: “os estudos de lista de verificação de adjetivos, nos quais os respondentes são solicitados a selecionar traços que são mais típicos de categorias raciais e étnicas específicas, indicam que os estereótipos negativos sobre os negros estão em consistente declínio” (p. 120). De todo modo, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e na consistência dos estereótipos pode decorrer de uma maior sensibilidade às normas sociais de antidiscriminação, sem que isso represente uma verdadeira mudança. Contudo, esta interpretação de caráter normativo é recusada por autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine, 1989; Devine & Elliot, 1995).

Nos anos 1990 fez-se uma nova réplica do estudo de Katz e Braly (1933). Tendo como ponto de partida a mesma lista de adjetivos, Devine e Elliot (1995) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas “falhas metodológicas” dos estudos precedentes: introduziram novos adjetivos com o objetivo de atualizar a referida lista (“atletico”, “criminoso”, “hostil”, “pouco inteligente”, “pobre”, “rítmico”, “sexualmente perverso”, “não educado” e “violento”); os participantes responderam duas vezes à referida lista de adjetivos, uma vez tendo em conta as suas “crenças pessoais” e outra partindo dos “estereótipos culturais” (efetuadas em ordem contrabalançada), e, por último, à escala de racismo moderno (MRS), de McConahay (1986). Conforme sintetizam M. Lima e Vala (2004), o racismo moderno expressa crenças de que já não há discriminação racial, pois os negros poderiam competir igualmente pelos recursos económicos, ao mesmo tempo em que eles teriam recebido mais atenção institucional do que deveriam, bem como auferido ganhos demasiadamente rápidos e não merecidos, o que violaria valores de igualdade e liberdade acolhidos pela população estadunidense. Comparando as respostas dos participantes nas condições de medida de “estereótipo cultural” e de “crença pessoal”, Devine e Elliot (1995) salientam:

em contraste com a proposição comumente aceite dos estereótipos em declínio, os dados sugerem que existe um estereótipo negativo e consistente em relação aos negros. (...) O estereótipo tem permanecido através dos anos (em consistência e valência, apesar de não necessariamente em conteúdo específico), enquanto as crenças pessoais têm sido sujeitas a revisões. (pp. 1139–1141)

Na perspectiva dos autores, enquanto o “estereótipo cultural” sobre as pessoas negras é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as crenças pessoais dos participantes que demonstram uma atitude favorável na MRS. Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos na MRS apoia o modelo dissociativo de Devine (1989), segundo o qual “tanto indivíduos com alto como com baixo preconceito possuem o mesmo estereótipo dos negros, mas o estereótipo só é seguido pelos primeiros” (Devine & Elliot, 1995, p. 1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por

exemplo, nas situações de “sobrecarga de informação”), pode haver uma “contaminação mental” pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes. Tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, os estereótipos estariam armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes para evitar uma potencial “contaminação”.

Na nossa perspectiva, esta interpretação, baseada na separação entre “crenças pessoais” e “estereótipos culturais”, não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto elementos ou conteúdos de “representações sociais” (Moscovici, 1988). Entendemos que os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos culturais (e.g., Devine & Elliot, 1995; Vala, 1999), assim como os estudos que indicam que as pessoas geralmente se consideram menos preconceituosas do que a média das pessoas do seu grupo de pertença, podem ser interpretados como uma manifestação do efeito *Primus Inter Pares* (Codol, 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos tendem a apresentar-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade pessoal através da adesão a normas socialmente valorizadas. Neste sentido, parece ser uma característica comum às “novas” formas de expressão do preconceito a articulação entre a proteção do autoconceito (vinculada a estratégias de autoapresentação positiva) e a intenção de não ferir as normas que costumam ser mantidas em contextos de valorização da democracia e do igualitarismo (M. Lima & Vala, 2004).

A articulação entre preconceitos, estereótipos e normas sociais precisa ser considerada no âmbito dos processos psicossociais de exclusão (e.g., Jodelet, 2013), em que dinâmicas culturais e simbólicas específicas do contexto interferem na génese e na manutenção de distintos problemas sociais. A influência do luso-tropicalismo no pensamento social brasileiro³, por exemplo, tratou de atenuar a história de violência associada à miscigenação (Carone, 2014), ao mesmo tempo em que fomentou a chamada “ideologia da democracia racial”, que, orientada por uma lógica de supremacia branca, justifica as desigualdades estruturais e a marginalização das populações negra e indígena do país com explicações para o sucesso baseadas no mérito e esforço individual (Melo & Schucman, 2022). Em outras palavras, o discurso da meritocracia serve simultaneamente como base ideológica da negação do racismo e da legitimação da hegemonia branca em relações de poder e dominação social (Almeida, 2018).

Em um trabalho sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, Lélia Gonzalez (1984) questiona:

por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (p. 238)

Uma síntese provocadora desse “racismo à brasileira” é apresentada pela autora e ilustra bem a permanência de estereótipos racistas em discursos supostamente igualitários:

racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 1984, p. 226)

3 Em Portugal, esta influência foi e é muito importante (Castelo, 1999; Valentim & Heleno, 2018).

Conforme é possível depreender até aqui, o campo de estudos dos estereótipos coloca em evidência a influência de processos cognitivos, afetivos, sociais, ideológicos, entre outros, que são materializados em práticas linguísticas e comunicativas cujo conteúdo simbólico é de fundamental importância para compreendê-los. Fiske et al. (2002) desenvolveram um modelo que designaram como “modelo do conteúdo dos estereótipos” (*stereotype-content model*). Segundo este modelo, as crenças estereotípicas tendem a organizar-se segundo duas dimensões fundamentais (competência e simpatia), sendo possível prever os traços estereotípicos de um exogrupo a partir de dois fatores: o estatuto social atribuído e a natureza das relações intergrupais percebidas (cooperação vs. competição). Em um dos estudos do grupo (Cuddy et al., 2009), pediu-se a participantes de vários países europeus para caracterizar o seu próprio país e outros países europeus. Sem surpresas, os alemães e ingleses foram considerados “competentes”, mas “antipáticos” e “frios”, enquanto os povos do sul da Europa (e.g., Portugal, Itália, Grécia, Espanha), foram considerados “calorosos”, “simpáticos”, mas “incompetentes”. Finalmente, o modelo conhecido como *BIAS map* (Cuddy et al., 2007) corresponde a uma extensão do modelo do conteúdo dos estereótipos, integrando também as emoções associadas aos estereótipos (para uma revisão dos estudos recentes efetuados no âmbito destes modelos, ver Marques et al., 2017). Este modelo apresenta numa outra linguagem algo que já havia sido evidenciado em numerosos estudos anteriores: o impacto das assimetrias de poder e da natureza das relações intergrupais na atribuição de traços de expressividade e de instrumentalidade a determinados grupos sociais (Amâncio, 1994; Cabecinhas, 2002).

Neste sentido, a análise dos conteúdos de estereótipos sociais tem demonstrado consistentemente que a atribuição de traços aparentemente positivos pode servir à manutenção de relações de subordinação (Brown, 1995/2010; Cabecinhas, 2017). Por exemplo, representar pessoas negras como fortes, atléticas, musicais e alegres reforça a definição de posições sociais pouco valorizadas e/ou associadas ao trabalho braçal (M. Lima & Vala, 2004). Para Nkosi (2014), estereótipos de pseudo-valorização do negro expressam hierarquias sociais fundamentadas na cisão entre corpo e mente, típica da modernidade colonial e da divisão ocidental do trabalho. O branco seria alçado à condição de humano “universal”, baseado no referencial europeu de razão, civilização, cultura, e por aí adiante, ao mesmo tempo em que os “outros” seriam marcados pela sua corporeidade:

tende-se a esperar que o negro seja sempre *superdotado* de habilidades corporais diversas como dança, futebol, força física e outras atividades relacionadas à virilidade típica dos criados supermasculinos. Dificilmente, quando queremos eleger atributos positivos aos negros ou aos africanos, conseguimos ultrapassar essas prerrogativas racializadas criadas pela sociedade colonial. (Nkosi, 2014, p. 81)

Investigações em psicologia social demonstraram como os estereótipos podem servir a processos de desumanização de determinados “outros”, seja pela negação do que é considerado tipicamente humano em relação a outros animais (e.g., civilidade, refinamento, sensibilidade moral, racionalidade, maturidade e complexidade emocional), ou pela negação daquilo que distingue seres humanos de máquinas (e.g., responsividade emocional, calor emocional nas relações, abertura cognitiva, autonomia e profundidade; Haslam, 2006). Pesquisas sobre os estereótipos associados a povos indígenas e ciganos no Brasil, por exemplo, demonstram como os conteúdos que enfatizam a “natureza” (proximidade com o mundo animal), em detrimento da cultura (proximidade com traços tipicamente humanos), podem ser reveladores de processos de desumanização (M. Lima et al., 2016, p. 220).

Considerações Finais

Sem qualquer pretensão de esgotar a discussão sobre as complexas e multifacetadas relações entre estereótipos, processos cognitivos e cultura, a nossa apresentação buscou contextualizar alguns aspetos teóricos e metodológicos que serviram ao desenvolvimento de questões de pesquisa em psicologia social. Indicamos origens do conceito de estereótipos e salientamos a sua relação com funções e processos cognitivos, mas também o seu papel em dinâmicas interpessoais, intergrupais e ideológicas. Do ponto de vista metodológico, chamamos a atenção para a predominância de medidas baseadas em questionários e autorrelato, mas também indicamos algumas das suas limitações, sobretudo quando são consideradas as estratégias de autoapresentação e a influência de normas sociais antipreconceito. Por fim, buscamos oferecer reflexões e interpretações críticas diante dos resultados das pesquisas apresentadas, buscando estimular a formulação de questões de pesquisa sobre estereótipos de maneira sensível às características sociais e culturais do contexto estudado. Nos capítulos seguintes serão exploradas as discussões acerca dos processos de diferenciação interpessoal e intergrupar e o modo como as assimetrias, materiais e simbólicas, influenciam nas relações entre diferentes grupos e no processo de constituição identitária dos indivíduos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harpers.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice (25th anniversary)*. Addison-Wesley Pub. (Trabalho original publicado 1954)
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Afrontamento.
- Ashmore, R. D., & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 1–35). Erlbaum.
- Bogardus, E. S. (1928). *Immigration and race attitudes*. Heath.
- Bogardus, E. S. (1933). A social distance scale. *Sociology & Social Research*, 17, 265–271.
- Bogardus, E. S. (1947). Measurement of personal-group relations. *Sociometry*, 10(4), 306–311. <https://doi.org/10.2307/2785570>
- Brown, R. (2010). *Prejudice: Its social psychology* (2.^a ed.). Wiley-Blackwell. (Trabalho original publicado em 1995)
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123–152. <https://doi.org/10.1037/h0043805>

- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In J. A. B. de Miranda & J. F. Silveira (Eds.), *As ciências da comunicação na viragem do século: Actas* (pp. 407–418). Vega. <https://hdl.handle.net/1822/1599>
- Cabecinhas, R. (2017). *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/37335>
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40–50. <https://doi.org/10.1024//1421-0185.58.1.40>
- Carone, I. (2014). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M. A. S. Bento (Eds.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 13–23). Vozes.
- Castelo, C. (1999). “O modo português de estar no mundo”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–61). Afrontamento.
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called ‘superior conformity of the self’ behavior: Twenty experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5(4), 457–501. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420050404>
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2007). The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631–648. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.631>
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J., Bond, M. H., Croizet, J., Ellemers, N., Sleeboos, E., Htun, T. T., Kim, H., Maio, G., Perry, J., Petkova, K., Todorov, V., Rodríguez-Bailón, R., Morales, E., Moya, M., ... Ziegler, R. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology*, 48(1), 1–33. <https://doi.org/10.1348/014466608X314935>
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2014). *A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais* (L. M. E. Orth, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 2008)
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5–18. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.56.1.5>
- Devine, P. G., & Elliot, A. J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(11), 1139–1150. <https://doi.org/10.1177/01461672952111002>
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1991). Changes in the expression and assessment of racial prejudice. In H. J. Knopke, R. J. Norrell, & R. W. Rogers (Eds.), *Opening doors: Perspectives on race relations in contemporary America* (pp. 119–148). University of Alabama Press.
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.6.878>
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46(2), 245–254. <https://doi.org/10.1037/h0053696>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive–Attributional analysis of stereotyping. *Advances in Experimental Social Psychology*, 12, 53–84. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60259-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60259-2)
- Hartley, E. L. (1946). *Problems in prejudice*. King’s Crown Press.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252–264. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4
- Heider, F. (1946). Attitudes and cognitive organization. *The Journal of Psychology*, 21(1), 107–112. <https://doi.org/10.1080/00223980.1946.9917275>

- Jodelet, D. (2013). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 55–68). Vozes.
- Karlins, M., Coffman, T. L., & Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13(1), 1–16. <https://doi.org/10.1037/h0027994>
- Katz, D., & Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28(3), 280–290. <https://doi.org/10.1037/h0074049>
- Katz, D., & Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30(2), 175–193. <https://doi.org/10.1037/h0059800>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Editora Cobogó.
- Kite, M. E., & Whitley, B. E. (2016). *Psychology of prejudice and discrimination*. Routledge.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555500127>
- Lima, M. E. O., Faro, A., & Santos, M. R. (2016). A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 219–228. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lima, M. L. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 187–225). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, T. J. S., Souza, L. E. C. de, & Modesto, J. G. (2023). Atitudes. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 171–202). Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555502046-04>
- Lippmann, W. (1961). *Public opinion*. Free Press. (Trabalho original publicado 1922)
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. *European Review of Social Psychology*, 9(1), 31–75. <https://doi.org/10.1080/14792779843000045>
- Marques, J. C. M., & Páez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 333–386). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, J. C. M., Páez, D., & Pinto, I. R. (2017). Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 435–492). Fundação Calouste Gulbenkian.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the Modern Racism Scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91–125). Academic Press.
- Melo, W. C., & Schucman, L. V. (2022). Mérito e mito da democracia racial. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 14–23.
- Merton, R. K. (1968). *Sociologia – Teoria e estrutura*. Mestre Jou. (Trabalho original publicado 1949)
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Nascimento, G. (2019). *Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Letramento.
- Nkosi, D. F. (2014). O pênis sem o falo: Algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In E. A. Blay (Ed.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 75–104). Cultura Acadêmica.
- Pereira, M. E. (2013). Cognição social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 191–259). Technopolitik.
- Pereira, M. E. (2017). O experimento na psicologia social: Sobre a pesquisa experimental em um meio relativista. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 156–164.
- Pereira, M. E. (2021). *Estereótipos*. Amazon Kindle Publishing.

- Pereira, M. E., & Dantas, G. S. (2023). Cognição social. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (3.^a ed., rev. e ampl.; pp. 121–170). Blucher Open Access.
- Pereira, A. C., Sales, M. & Cabecinhas, R. (Eds.). (2020). (In)visibilidades: Imagem e racismo. *Vista – Revista de Cultura Visual*, (6), 9–19. <https://doi.org/10.21814/vista.3054>
- Pérez-Nebra, A. R., & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 219–237). Artmed.
- Quattrone, G. A., & Jones, E. E. (1980). The perception of variability within in-groups and out-groups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(1), 141–152. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.38.1.141>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2010). *Psicologia social*. Vozes.
- Rokeach, M. (1948). Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43(3), 259–278. <https://doi.org/10.1037/h0056134>
- Sigall, H., & Page, R. (1971). Current stereotypes: A little fading, a little faking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18(2), 247–255. <https://doi.org/10.1037/h0030839>
- Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(5), 797–811. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.5.797>
- Stroebe, W., & Insko, C. A. (1989). Stereotype, prejudice, and discrimination: Changing conceptions in theory and research. In D. Bar-Tal, C. F. Graumann, A. W. Kruglanski, & W. Stroebe (Eds.), *Stereotyping and prejudice* (pp. 3–34). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3582-8_1
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, XXV(4), 79–97. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb00620.x>
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54(2), 101–114. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x>
- Thurstone, L. L. (1928a). An experimental study of nationality preferences. *The Journal of General Psychology*, 1(3–4), 405–425. <https://doi.org/10.1080/00221309.1928.9918018>
- Thurstone, L. L. (1928b). Attitudes can be measured. *American Journal of Sociology*, 33(4), 529–554. <https://doi.org/10.1086/214483>
- Triandis, H. C., & Vassiliou, V. (1967). Frequency of contact and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7(3, Pt.1), 316–328. <https://doi.org/10.1037/h0025077>
- Tróccoli, B. (2011). Cognição social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 79–99). Artmed.
- Vala, J. (Ed.). (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Celta Editora.
- Valentim, J. P., & Heleno, A. M. (2018). Luso-tropicalism as a social representation in Portuguese society: Variations and anchoring. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 34–42. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.04.013>

Material Suplementar

A lista de materiais audiovisuais apresentada foi pensada para complementar o estudo da psicologia social dos estereótipos, oferecendo exemplos que ajudam a refletir sobre os processos cognitivos, afetivos, sociais e ideológicos envolvidos na criação, manutenção e transformação dos estereótipos.

Olhos Azuis (1996, Jane Elliott): Baseado em experiências da professora e socióloga Jane Elliott sobre racismo e discriminação, em que participantes são divididos segundo a cor dos olhos, o documentário evidencia como processos de categorização social podem relacionar-se com dinâmicas intergrupais de homogeneização do exogrupo, favorecimento do endogrupo, construção de estereótipos e discriminação.

“How to Overcome Our Biases?” (TED Talk, Verna Myers): Nesta conferência, Verna Myers explora como reconhecer automatismos e preconceitos implícitos, enfatizando a importância do autoconhecimento e da ação consciente. Relaciona processos de cognição social com a mudança comportamental e a prática antirracista, promovendo uma pedagogia da desconstrução de estereótipos enraizados.

Canal Afrolis (YouTube, Portugal): Plataforma independente de comunicação com foco em jornalismo e narrativas de mulheres negras e pessoas racializadas, considerando especialmente suas experiências em Portugal. O canal desafia narrativas dominantes nos meios de comunicação tradicionais e tem-se destacado como referência em mídia antirracista em língua portuguesa.

AmarElo – É Tudo Pra Ontem (2020, Brasil): Este documentário musical acompanha os bastidores da apresentação no Theatro Municipal de São Paulo do rapper Emicida, ao mesmo tempo que discute a história da população negra no Brasil, a luta por espaços de reconhecimento e o apagamento histórico causado pela hegemonia branca. Misturando música, imagens de arquivo e narração, o filme questiona estereótipos raciais e ressalta a importância da memória e da ancestralidade como formas de resistência e afirmação identitária.

Quanto Vale ou É por Quilo? (2005, Brasil): Ao intercalar cenas do período escravocrata com práticas contemporâneas de “caridade” institucionalizada, o filme denuncia o racismo estrutural e a continuidade simbólica do colonialismo. A obra permite refletir sobre como estereótipos racializados são reproduzidos sob novas roupagens ideológicas, operando através da lógica neoliberal de meritocracia e moralidade assistencialista.

Cartas de Guerra (2016, Portugal): Baseado em cartas reais escritas por um médico português durante a Guerra Colonial em Angola, o filme revela como estereótipos foram mobilizados para justificar a violência colonial. A obra evidencia processos de desumanização e exotização que sustentam a construção do “outro” como inferior.

Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos (2018, Brasil/Portugal): Ao acompanhar a vida de um jovem do povo Krahô, o filme desafia estruturas narrativas ocidentais e desestabiliza estereótipos sobre os povos originários do Brasil. A obra permite valorizar epistemologias nativas e a afirmação de identidades culturais marginalizadas por narrativas e representações dominantes.

Relações Intergrupais e Identidades Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.7>

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo

Neste capítulo, analisamos a ligação entre as relações intergrupais e a construção de identidades sociais. Mais especificamente, abordamos os processos de diferenciação intragrupais (eu vs. nós) e intergrupais (nós vs. eles) e discutimos de que forma esses processos se traduzem na construção de identidades, assim como quais as suas consequências nas interações sociais, em contextos de competição e de cooperação. Trata-se de uma das áreas mais vastas e mais relevantes da psicologia social, envolvendo uma grande diversidade de modelos teóricos e linhas de investigação empírica. Dentre estes modelos, apresentamos com maior detalhe a teoria da identidade social (TIS).

O capítulo está organizado em cinco seções: (a) primeiramente, fazemos uma breve apresentação das diferentes perspectivas teóricas que foram desenvolvidas ao longo do tempo sobre os processos de diferenciação intra e intergrupais e que influenciaram o desenvolvimento da TIS; (b) em seguida, apresentamos estudos iniciais realizados sob esse referencial teórico, além de discussões sobre o conceito de “grupo” e as características do comportamento social; (c) na terceira seção, discutimos os processos de categorização e comparação social e suas relações com a identidade social; (d) na quarta seção, analisamos as estratégias utilizadas pelas pessoas em diferentes situações para manter sua distintividade positiva e como essas estratégias se inserem na dinâmica das relações intergrupais; e (e) finalmente, apresentamos proposições teóricas acerca da construção das identidades sociais que foram desenvolvidas a partir de alguns pressupostos da TIS, mas que sublinham outros aspectos relativos às dinâmicas identitárias dos membros de um grupo e às relações intergrupais.

Palavras-chave

relações intergrupais, identidade social, comparação social, processos de diferenciação, discriminação social

É impossível imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado, pelo menos minimamente, pelas inclusões mútuas de um e outro numa variedade de categorias sociais sobre as quais existem no pensamento dos interagentes certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamento.

—Henri Tajfel, *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*

Processos de Diferenciação Grupal: Contexto Histórico e Principais Propostas Teórico-Conceituais

Entre o final do século XIX e o início do século XX, observa-se uma hegemonia da chamada “psicologia social psicológica” (Berkowitz, 1965; Camino & Torres, 2023), sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA), a qual centra seus modelos explicativos no indivíduo (ver Capítulo 1 deste livro). Nessa época, também predominava entre diferentes estudiosos (e.g., Le Bon, 1896; Tarde, 1890/1924) uma concepção negativa acerca dos processos grupais e dos comportamentos das “massas”. De acordo com tais perspectivas, o grupo¹ era concebido como uma instância que faria com que as pessoas perdessem a sua individualidade, de modo que a vida em grupo seria construída a partir de processos de imitação (Tarde, 1890/1924) e sugestionabilidade (Le Bon, 1896).

Durante os anos 1940, o estudo sobre os grupos ganha novo impulso com os trabalhos de Kurt Lewin. Para além do seu contributo, amplamente reconhecido, na análise das dinâmicas de grupos restritos, Lewin formulou conceitos fundamentais para a análise das relações intergrupais e enunciou alguns dos pressupostos que viriam a ser adotados por teorizações posteriores mais sistemáticas (Apfelbaum, 1979; Tajfel & Turner, 1979). De fato, durante décadas, a separação entre o estudo das relações intragrupais, por um lado, e das relações intergrupais, por outro, contribuiu, sem dúvida, para a dificuldade em se alcançar um modelo integrativo.

A obra póstuma de Lewin (1948/1997), que reúne diversos artigos publicados durante a sua vida, apresenta uma das primeiras reflexões teóricas sobre a relação entre os processos grupais e os fenômenos de discriminação em larga escala. O autor estudou as dinâmicas intra e intergrupais a partir da observação e da análise de acontecimentos e movimentos sociais, na Europa e nos EUA, nomeadamente o antissemitismo e a luta das mulheres pelo direito de voto. Orientado pelo projeto de *action-research* (pesquisa-ação), que caracterizou grande parte da sua pesquisa, Lewin procurou identificar práticas de socialização e dinâmicas que permitissem aos membros de grupos minoritários² fazerem face à discriminação social de que eram alvo.

Concretamente em relação ao antissemitismo, Lewin salienta a sua origem social, situando-o em forças externas ao grupo discriminado e independentes do comportamento ou das características dos seus membros. A discriminação abrange todos os membros do grupo, independentemente das suas características individuais, e a centralidade da pertença

1 Para mais discussões sobre as origens e o desenvolvimento da psicologia social e, em particular, sobre o estudo dos grupos, ver, por exemplo, Camino e Torres (2023) e Torres et al. (2023).

2 A expressão “grupo minoritário” remete para minoria social e não necessariamente para minoria quantitativa. Recentemente, a expressão “grupo minorizado” começou a ser usada precisamente para salientar esse aspecto. Ao longo deste texto, alternaremos o uso das expressões “grupo minoritário” e “grupo dominado” para nos referirmos a grupos considerados como de estatuto social inferior na sociedade; e “grupo maioritário” e “grupo dominante” para nos referirmos a grupos considerados como de estatuto social superior.

a esse grupo é também independente do comportamento dos seus membros. Assim, os membros dos grupos dominados, na acepção de Lewin (1948/1997), estão sujeitos a um “destino comum” (p. 165), que lhes é imposto pelo exterior. Lewin analisa, ainda, as implicações de pensamentos negativos relativamente ao grupo de pertença e que dão origem a estratégias individuais de adaptação ao grupo dominante, passando pela recusa ou negação da pertença ao grupo minoritário. Estas estratégias, como o autor salienta, podem ter efeitos positivos na autoestima dos indivíduos, mas não são geradoras de mudança social, visto que ela só pode ser alcançada através de estratégias coletivas, conforme discutiremos adiante.

Além das contribuições de Lewin, diferentes propostas teóricas também foram desenvolvidas no campo da psicologia para estudar os processos de diferenciação grupal. Por exemplo, algumas teorias estudavam tais processos a partir do conceito de “etnocentrismo”, o qual já havia sido explorado pelo sociólogo Sumner (1906/1940) no início do século XX. Dentre tais perspectivas teóricas, podemos citar os estudos sobre a “personalidade autoritária”, de Adorno et al. (1950), baseados na teoria psicanalítica. Também baseados na perspectiva psicanalítica, Dollard et al. (1939) desenvolveram a teoria da frustração-agressão, segundo a qual “a diferenciação intergrupal seria fruto do deslocamento da hostilidade produzida pelas frustrações inerentes à vida, sobre categorias sociais que, pelo seu *status* na sociedade, não podem revidar adequadamente” (Torres et al., 2023, p. 346), constituindo os chamados “bodes expiatórios”.

Embora estudos como o de Dollard et al. (1939) e Adorno et al. (1950) envolvam a análise de fenômenos sociais, eles o fazem a partir de atributos individuais (Torres et al., 2023). Contudo, a partir da década de 1950, Sherif et al. (1961/1988) começam a realizar diferentes experimentos que vão embasar o desenvolvimento de um modelo sobre as relações intergrupais que se demarca nitidamente do quadro explicativo dominante na época. Esse modelo visava a uma integração entre o “psicológico” e o “sociológico”, a fim de extrapolar do nível de análise interpessoal para o nível de análise intergrupal ou posicional (Doise, 1982). Os autores se distinguiram das abordagens que analisam o comportamento intergrupal a partir da personalidade dos indivíduos (e.g., Adorno et al., 1950), salientando que

não podemos de uma forma legítima extrapolar dos anseios e frustrações motivacionais de um indivíduo para as suas experiências e comportamentos em situações de grupo como se os processos de interação e reciprocidade dentro de um grupo fossem uma ação de sombras. É igualmente errôneo extrapolar das propriedades das relações dentro dos grupos para explicar as relações entre grupos, como se a área de interação entre grupos consistisse num vácuo (Sherif & Sherif, 1979, pp. 8–9).

Os trabalhos de Sherif representam um esforço pioneiro de articulação entre explicações psicológicas e sociológicas, tendo este autor insistido várias vezes sobre a insuficiência dos modelos “individualistas” para explicar as regularidades que se manifestam nas relações entre grupos. No entanto, as pesquisas de Sherif se inserem principalmente no nível de análise situacional, visto que dizem respeito à interação entre indivíduos repartidos em grupos diferentes, mas não ocupando necessariamente uma posição diferente no sistema social (Doise, 1982). Esta limitação está bem patente na definição de “grupo” proposta pelo autor, na qual não há qualquer referência aos critérios externos, concebendo o grupo como “uma unidade delineada socialmente cujas propriedades são mensuráveis e têm consequências para o comportamento dos seus membros”, incluindo uma “estrutura ou organização” e um “conjunto de normas que regulam o comportamento dos membros” (Sherif & Sherif, 1979, p. 8).

Uma das mais famosas pesquisas de Sherif sobre esta temática é conhecida por *robbers cave* (Caverna dos Ladrões; Sherif et al., 1961/1988). Esta experiência, realizada com rapazes num acampamento de verão, foi constituída por várias fases. Na primeira fase, Sherif estudou as interações naturais em dois grupos de rapazes, que ignoravam a existência um do outro. Esta fase permitiu observar a formação de normas e a emergência de uma hierarquia dentro dos grupos. Na segunda fase, os dois grupos foram postos em contato e empenhados em tarefas competitivas (e.g., caça ao tesouro, jogos de basebol), o que desencadeou o surgimento de hostilidade entre eles. Numa terceira fase, com o objetivo de reduzir o conflito entre os grupos, foram realizadas tarefas não competitivas em conjunto (e.g., lançar fogo de artifício), mas a hostilidade entre os grupos não diminuiu. Finalmente, Sherif foi capaz de reduzir o conflito, introduzindo uma série de problemas que requeriam a participação conjunta de todos os membros de ambos os grupos (e.g., falta de água no acampamento), isto é, objetivos supraordenados (Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023a; Yzerbyt & Klein, 2023).

O modelo de Sherif, construído a partir da criação experimental de situações de competição e de cooperação entre grupos, estipula que os comportamentos hostis e as representações que favorecem o endogrupo face ao exogrupo resultam da situação de conflito e não da estrutura interna do grupo ou das características dos seus membros. Campbell (1965) denominou esse modelo como “realistic conflict theory” (teoria do conflito realista ou teoria do conflito realístico), porque o ponto de partida para a explicação do comportamento intergrupar foi o que Sherif denominou as “relações funcionais entre grupos sociais”. Sherif (1966/2015) verificou que a competição intergrupar aumenta a coesão e a cooperação intragrupal – isto é, os conflitos reais de interesses entre grupos não só criam relações intergrupais antagônicas, como aumentam a identificação e a ligação positiva com o grupo de pertença. No entanto, de acordo com Tajfel e Turner (1979), a identificação dos membros com o endogrupo foi negligenciada por Sherif e colaboradores. De fato, esse modelo não se foca nem nos processos subjacentes ao desenvolvimento e à manutenção da identidade grupal, nem nos seus possíveis efeitos autônomos, quer ao nível intragrupal, quer ao nível intergrupar, aspectos que a investigação nas últimas décadas revelou serem da máxima importância, como será discutido nas seções seguintes.

O Paradigma dos Grupos Mínimos e o Conceito de “Grupo” na Teoria da Identidade Social

Enquanto a teoria do conflito realista (Sherif, 1966/2015; Sherif et al., 1961/1988) enfatizava a existência de processos de diferenciação intergrupar em contextos de conflito e competição, a TIS (Tajfel, 1982a, 1983; Tajfel & Turner, 1979) consiste numa perspectiva das relações intergrupais cujo objetivo inicial era não só ultrapassar as extrapolações do nível interpessoal para o nível intergrupar, como questionar a relevância do conflito objetivo enquanto determinante da discriminação entre grupos sociais.

Henri Tajfel, psicólogo social de origem polonesa e judia, foi prisioneiro de guerra durante a Segunda Guerra Mundial e teve a sua família exterminada no Holocausto. A partir dessas experiências, ele passa a se interessar pelo estudo das condições que fazem com que haja conflitos e discriminações intergrupais devido à existência de diferentes pertenças grupais. Seus trabalhos também foram influenciados pelo seu percurso científico, o qual incluiu uma colaboração, durante os anos 1950, com Jerome Bruner, investigador que propunha discussões sobre o papel da categorização nos processos perceptivos das pessoas, auxiliando-as a simplificar e organizar o mundo (Bruner, 1957).

Levando em consideração esses interesses de investigação, Tajfel et al. (1971) realizaram uma experiência com o objetivo de determinar as condições mínimas do aparecimento

do favoritismo endogrupal, cujos resultados contribuíram para a formulação da TIS. Na primeira parte da experiência, os participantes, adolescentes do sexo masculino, realizaram uma tarefa de julgamentos estéticos, na qual foi solicitado que eles indicassem suas preferências entre os quadros dos pintores Klee e Kandinsky. Em seguida, os participantes foram repartidos em dois grupos, o grupo “Klee” e o grupo “Kandinsky”, supostamente em função dos resultados da tarefa precedente. Esses grupos foram denominados “grupos mínimos” porque são “meramente cognitivos” (Tajfel & Turner, 1979, p. 39). Na segunda parte da experiência, pediu-se aos participantes para, com a ajuda de várias matrizes numéricas, decidirem as remunerações que membros anônimos do endogrupo e/ou do exogrupo deveriam receber pela sua participação na experiência. Os pesquisadores os informavam que, quando o experimento terminasse, eles receberiam em dinheiro uma quantia relativa ao que lhes havia sido oferecido por outros participantes.

Os resultados desta e de outras experiências similares (ver, por exemplo, Tajfel, 1970, 1983; Tajfel & Billig, 1974) demonstram que a mera categorização em grupos diferentes conduz a estratégias discriminatórias face ao exogrupo (Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023b; Yzerbyt & Klein, 2023). A estratégia “máximo para o grupo” é preterida face à estratégia de “máxima diferença”. Assim, os participantes parecem competir com o exogrupo, em vez de seguirem uma estratégia de simples ganho econômico para o endogrupo. Optando pela estratégia de máxima diferença, os participantes sacrificam os ganhos absolutos do endogrupo, para ganhar em termos relativos: distintividade positiva (Tajfel et al., 1971).

Na acepção de Tajfel e Turner (1979), esses resultados demonstram que a discriminação intergrupal não é exclusivamente baseada em interesses grupais incompatíveis: a condição para a competição intergrupal parece ser tão mínima que pode ser considerada como um processo inerente à situação intergrupal. Segundo os autores, a vasta pesquisa desenvolvida com o paradigma dos “grupos mínimos” demonstra que o favoritismo endogrupal constitui uma característica “onipresente nas relações intergrupais”, sendo que “a mera percepção de pertencer a grupos distintos – isto é, a categorização social – é suficiente para desencadear a discriminação” (p. 38).

Tendo em vista essa complexidade do comportamento social, Tajfel (1978) propõe quatro *continua* teóricos, que, considerados de forma articulada, ajudam a compreender como as pessoas podem se comportar ora mais como indivíduos ora mais como membros de determinados grupos. Tais *continua* são: (a) do comportamento puramente interpessoal ou interindividual ao comportamento apenas intergrupal; (b) da variabilidade individual dentro de um grupo ao máximo de uniformidade em termos de comportamentos e atitudes com relação a outro grupo; (c) do tratamento de pessoas que fazem parte do exogrupo a partir dos seus atributos individuais ao tratamento delas como membros indiferenciados de categorias sociais específicas; (d) da mobilidade social à mudança social, ou seja, da estrutura de crenças em um sistema social em que há flexibilidade e possibilidade de movimento individual de um grupo a outro, à estrutura de crenças segundo as quais esse movimento é bastante difícil ou impossível, conforme detalharemos na quarta seção deste capítulo.

Tajfel (1978) ressalta, no entanto, que esses *continua* são essencialmente teóricos. Se considerarmos, por exemplo, o *continuum* “interpessoal vs. intergrupal”, o extremo interpessoal corresponde a uma interação entre dois ou mais indivíduos que é completamente determinada pelas suas características individuais ou pelas suas relações pessoais; já o extremo intergrupal corresponde a uma interação entre dois ou mais indivíduos (ou grupos de indivíduos) que é completamente determinada pelas respectivas pertencas grupais, não sendo afetada pelas características dos indivíduos ou pelas suas relações pessoais. Sabemos, contudo, que é difícil conceber situações sociais em que as pessoas

estejam em apenas um destes extremos, por exemplo, situações em que não haja qualquer influência dos grupos aos quais elas se consideram pertencentes. Por esta razão, esses *continua* são pensados, sobretudo, para fins analíticos.

Nesse sentido, Tajfel (1978) procurou analisar as condições que determinam a adoção de formas de comportamento social mais próximas de um extremo ou de outro. Uma dessas condições, como já referimos, é o conflito intergrupal. Assume-se geralmente que quanto mais intenso é um conflito intergrupal, maior será a probabilidade dos membros de grupos opostos se comportem em função das suas pertenças grupais, mais do que em termos das suas características individuais ou relações interpessoais. Contudo, Tajfel (1978) considera que um conflito institucionalizado ou explícito de interesses entre grupos não é suficiente para explicar muitas situações em que o comportamento social dos indivíduos pertencentes a grupos distintos se aproxima do extremo “intergrupal”. Para tanto, é necessária a articulação de diferentes conceitos caros à TIS, dentre os quais o conceito de “grupo”.

Tajfel (1972) critica as definições de “grupo” habitualmente encontradas na literatura, nas quais o grupo é definido a partir do “interior” – interação ou interdependência dos seus membros. Para o autor, essa focalização nos processos intragrupais pressupõe uma desconsideração da influência que possuem as relações do grupo com outros grupos sobre a sua estruturação interna, ou mesmo sobre a existência do grupo enquanto tal. De acordo com Tajfel (1972), esses elementos não são suficientes para definir um grupo: “a definição de um grupo (nacional, racial ou outro) só tem sentido em relação a outros grupos. Um grupo só é percebido enquanto tal (...) se outros grupos estiverem presentes no ambiente” (p. 295). Como o autor salienta, os grupos não existem num vazio social: “um grupo não é uma ilha da mesma maneira que um indivíduo também não é uma ilha” (Tajfel, 1982b, p. 24).

Desse modo, para Tajfel (1978, 1982c), um grupo é definido com base em critérios externos e internos. Os primeiros são tecidos por indivíduos exteriores ao grupo, ou seja, é importante que outras pessoas também reconheçam a existência do grupo, podendo o consenso exterior acerca de determinado grupo originar critérios de pertença nesse mesmo grupo. Os critérios internos, por seu turno, derivam da autoidentificação dos membros do grupo, isto é, do fato de os indivíduos se sentirem membros desse grupo. Esse sentimento de pertença a um grupo implica uma pertença psicológica, que envolve três aspectos: cognitivo, avaliativo e emocional (Tajfel, 1982c, 1983), como discutiremos na próxima seção. Tais aspectos são os mesmos que estão envolvidos na construção do conceito de “grupo” segundo Tajfel (1983), o qual inclui:

um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados de emoções (tais como amor ou ódio, gostar ou não gostar) dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações. (p. 261)

Esta forma de conceber o grupo pressupõe, portanto, a ideia de um grupo psicológico, isto é, não são necessárias relações presenciais, face a face entre os membros do grupo, o que diferencia essa perspectiva de algumas outras concepções de “grupo” presentes na psicologia social na época do início do desenvolvimento da TIS (para mais discussões, ver, por exemplo, Tajfel, 1974, 1983).

A Construção da Identidade Social e os Processos de Categorização Social e Comparação Social

Como vimos, os resultados das experiências com os “grupos mínimos” demonstraram que apenas a categorização em grupos distintos, sem que haja qualquer interação prévia entre eles, é suficiente para que possamos observar comportamentos de favoritismo em relação ao endogrupo e discriminação em relação ao exogrupo (Tajfel, 1970; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel et al., 1971). A categorização social é um processo cognitivo que faz parte das relações intergrupais (Tajfel, 1972, 1982c; Tajfel et al., 1971) e que, como sintetiza Tajfel (1982a), “tem como principal função, simplificar ou sistematizar, com vista à adaptação cognitiva e comportamental, a abundância e complexidade de informação que o organismo humano recebe do meio” (p. 162).

Bruner (1957), conforme mencionado anteriormente, argumentava que a categorização de diferentes objetos constitui um dos processos básicos através dos quais se manifesta a atividade estruturante do indivíduo na percepção. Quando um organismo é estimulado por um objeto exterior, reage a ele associando-o a uma categoria de estímulos, ao mesmo tempo que lhe atribui as características da categoria na qual o inclui. Segundo o autor, a categorização não implicaria, contudo, um sistema rígido de classificação em que cada indivíduo só pode ser atribuído a uma categoria de determinado nível de abstração. Pelo contrário, a categoria utilizada seria a mais acessível, sendo a acessibilidade determinada pela aprendizagem e pelo estado motivacional do indivíduo no momento. Quanto mais acessível uma categoria menor o *input* necessário para evocar a categorização e maior o espectro de características do *input* que tende a ser percebido como congruente com a categoria, enquanto as características que não se ajustam à categorização tendem a ser mascaradas (Bruner, 1957). Segundo o autor, a categorização permitiria a simplificação, a organização e a previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo.

De acordo com Tajfel (1982a), a categorização dos objetos, incluindo os grupos sociais, é baseada nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenômenos associados com a categorização é o efeito de acentuação. Este consiste numa acentuação, por parte do observador, das semelhanças entre objetos ou pessoas pertencendo à mesma categoria – efeito de assimilação – e das diferenças entre objetos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias – efeito de contraste. Esses dois efeitos ocorreriam simultânea e simetricamente, sendo inerentes ao processo de categorização.

O efeito de acentuação foi originalmente estudado na percepção de objetos físicos (Tajfel & Wilkes, 1963), tendo sido posteriormente generalizado para os grupos sociais (Tajfel et al., 1964). A categorização é conceitualizada como um processo cognitivo universal que se aplica a todo o tipo de estímulos, isto é, presume-se existir uma homologia entre a apreensão de estímulos físicos e sociais. No entanto, a experiência de Tajfel et al. (1964) parecia apontar para uma assimetria na percepção dos grupos sociais, aspecto que não foi explorado pelos autores. Nessa experiência, os participantes, todos canadenses, deveriam emitir julgamentos sobre dois grupos-alvo constituídos por duas pessoas da mesma nacionalidade: canadense ou indiana. Os resultados mostraram que os participantes sobrestimavam a semelhança das pessoas-estímulo indianas nos traços mais típicos do estereótipo sobre os indianos, mas isso não aconteceu em relação aos canadenses.

Esta assimetria no efeito de acentuação com relação a categorias sociais foi também evidenciada numa experiência de Doise et al. (1978). Nesta experiência, os participantes,

meninas e meninos, observavam as fotografias de seis pessoas-estímulo, três meninos e três meninas, sendo a sua tarefa descrever cada uma delas a partir de uma lista de adjetivos. Os meninos apresentaram uma tendência maior para acentuar as diferenças intercategoriais do que as meninas e, além disso, acentuaram mais fortemente as semelhanças intracategoriais das pessoas-estímulo do sexo feminino do que do sexo masculino.

Os resultados dessas experiências evidenciam uma assimetria nos efeitos da categorização em função do grupo-alvo: em ambos os casos, o efeito de assimilação foi mais acentuado para o grupo-alvo de menor estatuto relativo (os indianos na primeira experiência e as meninas na segunda). Nesse sentido, Beauvois e Deschamps (1990) consideram que existe uma diferença fundamental entre a apreensão de estímulos físicos e sociais que é importante sublinhar:

contrariamente ao que se passa na categorização de estímulos físicos, na categorização social os sujeitos estão eles próprios inseridos numa rede de categorias. A categorização não implica somente uma acentuação das diferenças entre as categorias, como essas diferenças são avaliativas. (...) Na categorização social o efeito de contraste (acentuação perceptiva das diferenças entre objetos classificados em categorias distintas) desemboca num fenómeno de discriminação, enquanto o efeito de assimilação (acentuação perceptiva das semelhanças entre objetos classificados na mesma categoria) conduz à estereotipia. (pp. 16–17)

Outro processo crucial para a construção da identidade social é a comparação social. Para discutir sobre esse conceito, Tajfel se inspira na teoria da comparação social de Festinger (1954). Esta teoria postula que as pessoas possuem uma necessidade de autoavaliação que, em certas condições, só pode ser realizada através de comparações com outras pessoas consideradas semelhantes ou ligeiramente superiores na(s) característica(s) a comparar. Ou seja, na acepção de Festinger, a comparação é essencialmente interindividual. Tajfel transpõe, então, alguns pressupostos dessa teoria para o âmbito intergrupal, a fim de compreender a distintividade endogrupal (Monteiro, 2013). Assim, segundo o autor, ao realizarem comparações entre o endogrupo e o exogrupo, as pessoas tendem a atribuir mais características positivas ao seu grupo e negativas ao outro grupo, a fim de manter uma autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1978b, 1982a). No entanto, é importante destacar que as pessoas se comparam com grupos que elas consideram relevantes para a sua construção identitária e para a manutenção da sua autoestima positiva (Tajfel, 1978). Logo, como afirma Monteiro (2013), “as comparações relevantes são, neste caso, decisivas. Não nos comparamos com qualquer grupo, e nem sempre com os mesmos” (p. 524).

Os processos de categorização e comparação social se associam na construção da identidade social, a qual é definida por Tajfel (1983) como “aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o seu significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 290). Tendo em vista essa definição e a concepção de “grupo” adotada no âmbito da TIS, considera-se que as pessoas podem pertencer a diversos grupos sociais e, do mesmo modo, ter diferentes identidades sociais. A importância dessas pertenças, contudo, pode variar de acordo com o contexto em que as pessoas se encontram e de acordo com o(s) grupo(s) de comparação (Tajfel, 1982c, 1983).

Se, no processo de comparação com diferentes grupos, os indivíduos sentirem a sua identidade social ameaçada ou pouco valorizada, eles podem utilizar diferentes estratégias para alterar essa situação e recobrar a sua segurança (Piermattéo et al., 2023b; Tajfel, 1974, 1978, 1982b; Yzerbyt & Klein, 2023), como discutiremos a seguir.

Estratégias de Valorização da Identidade Social

As principais estratégias que os indivíduos podem adotar para enfrentar uma identidade negativa estão relacionadas ao *continuum* “mobilidade social vs. mudança social”, citado anteriormente, e a uma combinação dele com o *continuum* “interpessoal vs. intergrupal” (Tajfel, 1978).

Desse modo, em determinadas situações, os indivíduos podem se comportar mais como indivíduos (e não como membros de um grupo) e adotar a estratégia de mobilidade social, tentando mudar para outro grupo que se ajuste melhor aos seus objetivos — em geral, um grupo com estatuto social mais elevado — e que contribua para a manutenção da sua identidade social positiva (Tajfel, 1974, 1978). Tal estratégia é baseada em crenças de que as fronteiras entre os grupos são permeáveis e flexíveis, logo, é possível realizar essa mudança individualmente (Tajfel, 1974, 1978, 1982b, 1983; Tajfel & Turner, 1979). Uma das características desta estratégia é que o estatuto do seu grupo anterior não muda, ou seja, é uma estratégia individualista com o objetivo, pelo menos a curto prazo, de alcançar uma solução individual e não uma solução grupal. Assim, essa estratégia implica uma desidentificação com o endogrupo.

Já em outras situações, os indivíduos podem se comportar mais como membros de um grupo e adotarem a estratégia de mudança social (Tajfel, 1974, 1978). Trata-se de uma estratégia utilizada sobretudo por grupos de estatuto social inferior, a partir da qual há uma tentativa de mudança da sua situação de maneira coletiva. Tal estratégia é baseada em crenças de que a situação é ilegítima e instável e de que a natureza e a estrutura das relações entre os grupos sociais na sociedade é caracterizada por uma marcada estratificação, que torna impossível ou muito difícil para o indivíduo, como indivíduo, sair de um grupo insatisfatório ou desfavorecido (Tajfel, 1974, 1978, 1982b, 1983).

Dentre as estratégias coletivas que os membros dos grupos podem utilizar para obter uma identidade social mais positiva, estão:

- *Criatividade social*: os membros do grupo dominado podem procurar uma distintividade positiva para o grupo de pertença redefinindo ou alterando os elementos da situação de comparação. Esta estratégia pode ser focada nos seguintes aspectos: (a) criação de novas dimensões de comparação entre o grupo de pertença e o grupo dos outros; (b) mudança dos valores das dimensões, de modo que comparações previamente negativas passem a ser percebidas como positivas, isto é, invertendo o sistema de valorização; (c) mudança de grupo de comparação, evitando usar um grupo com elevado estatuto como referência para a comparação (Tajfel, 1974, 1978, 1982b). Um exemplo clássico de “criatividade social” foi o movimento *black is beautiful*: a dimensão saliente continua a mesma, a cor da pele, mas o sistema de valorização foi invertido.
- *Competição social*: os membros do grupo podem procurar uma distintividade positiva através de competição direta com o exogrupo, tentando inverter as posições relativas nas dimensões salientes. Esta estratégia implica, portanto, uma mudança na posição social objetiva do grupo.

Tanto a mobilidade individual como certas formas de criatividade social podem reduzir o conflito intergrupal, tendo, no entanto, diferentes implicações. A primeira enfraquece a solidariedade no grupo dominado, mantém o *status quo*, e não fornece um antídoto para a identidade social negativa do grupo; enquanto a segunda pode restaurar ou criar a autoestima positiva. Já a estratégia grupal de mudança social, implica a solidariedade

no seio do grupo dominado e constitui uma ameaça para o grupo dominante, pois visa a alteração de um *status quo* que privilegia estes últimos (Tajfel, 1982b).

Quando as relações de estatuto são percebidas como imutáveis, como uma parte de uma ordem estabelecida, a identidade social está “segura”. A identidade social torna-se “insegura” ou “ameaçada” quando a ordem estabelecida começa a ser questionada. De acordo com Tajfel (1974, 1982b), tanto os grupos de elevado estatuto como os de baixo estatuto reagem a uma identidade social insegura procurando aumentar a distintividade positiva do seu grupo. Como foi referido, quando a situação é percebida como ilegítima e instável, a probabilidade dos membros do grupo de baixo estatuto rejeitarem a sua inferioridade e se empenharem em estratégias de mudança social é maior. Quanto aos membros do grupo dominante, várias soluções são possíveis quando a legitimidade do seu estatuto é posta em causa: reforçar, tanto quanto possível, as barreiras existentes e os sistemas “legais” de discriminação; e/ou a criação e manutenção de uma ideologia que justifique o *status quo*, como o alegado “fardo do homem branco” (Tajfel, 1978, p. 90).

Outras Abordagens Teóricas no Estudo das Identidades Sociais

Durante a década de 1980, John Turner, que também fazia parte da chamada Escola de Bristol e que trabalhou com Henri Tajfel no desenvolvimento da TIS, propôs, junto de outros colaboradores, uma nova teoria, a teoria da autocategorização (Turner et al., 1987). Embora derivando da TIS, é uma teoria substancialmente diferente. Um dos aspectos em que as duas abordagens teóricas divergem é na interpretação do contínuo “interpessoal vs. intergrupal”. Enquanto para Tajfel o polo “interpessoal” era considerado meramente teórico, para Turner o *self* determina todo o processo, mesmo no polo “intergrupal”.

Turner (1987) define o “autoconceito” como “um conjunto de representações cognitivas sobre o *self*” (p. 44). O autoconceito compreende diferentes componentes, isto é, cada pessoa possui múltiplos conceitos de si própria. O funcionamento do autoconceito é dependente da situação: autoconceitos particulares tendem a ser ativados e a se tornar salientes em situações específicas.

As representações cognitivas do *self* tomam a forma, entre outras, de *autocategorizações*. Estas fazem parte de um sistema hierárquico de classificação em função do seu nível de abstração, isto é, quanto mais inclusiva a autocategorização, mais elevado o nível de abstração. Turner (1987) considera que há, pelo menos, três níveis de abstração que são importantes para o autoconceito: o *nível subordinado*, correspondente às autocategorizações pessoais baseadas na diferenciação entre o *self* enquanto indivíduo único e os outros membros do endogrupo (diferenciação intragrupal); o *nível intermediário*, referente à diferenciação endogrupo-exogrupo (diferenciação intergrupal); e o *nível supraordenado*, referente à compreensão do *self* como ser da espécie humana.

De acordo com Turner (1987), verifica-se um antagonismo funcional entre a saliência de um nível de categorização e a saliência dos outros níveis. A saliência das diferenças intergrupais, no nível intermediário da categorização, pressupõe reduzir ou inibir a percepção das diferenças intrgrupais. Assim, verifica-se uma tendência para “uma relação inversa entre a saliência dos níveis de autocategorização pessoal e social” (p. 49). Segundo o autor, os fatores que realçam a saliência da categorização endogrupo-exogrupo tendem a aumentar a semelhança percebida entre o *self* e os membros do endogrupo (e as diferenças face a outros grupos), isto é, conduzem à “despersonalização” da autopercepção nas dimensões relevantes num dado contexto: a despersonalização “refere-se ao processo de

‘autoestereotipização’ pelo qual as pessoas tendem a perceber-se a si próprias mais como exemplares intermutáveis de uma categoria social do que como personalidades únicas definidas pelas suas diferenças individuais face aos outros” (Turner, 1987, p. 50).

Turner (1987) salienta que o termo “despersonalização” não tem uma conotação negativa: a despersonalização “não corresponde à perda da identidade individual, nem à submersão do *self* no grupo” (p. 51). No entanto, esta afirmação parece-nos questionável, já que, por um lado, não é apresentada evidência empírica que a sustente, e por outro, a despersonalização corresponde a uma perda do estatuto enquanto “indivíduo” autónomo e internamente determinado (e.g., Doise, 1999).

Resumindo, segundo a teoria da autocategorização, a pertença grupal é um fenómeno dinâmico, sendo definido como um processo psicológico que implica a despersonalização da autopercepção. O comportamento intergrupal expressa uma mudança, no nível de abstracção da autocategorização, do nível pessoal para o nível social.

De acordo com Lorenzi-Cioldi e Doise (1990), no entanto, a teoria da autocategorização deve ser articulada com outros modelos explicativos para poder dar conta das variações observadas nas relações intergrupais. Nas últimas décadas, diversos estudos envolvendo grupos com estatuto social assimétrico vieram demonstrar complexos padrões de diferenciação interpessoal e intergrupal dependendo da natureza das relações intergrupais e do contexto envolvente (e.g., Amâncio, 1988, 1993; Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 2002). Na acepção de Deschamps (1982), o estudo da identidade deve ter em consideração que os indivíduos se definem e são definidos em relação a um universo simbólico comum que diferencia os grupos através das suas posições relativas, o que se traduz em diferentes modalidades de identidade social.

Em alternativa à hipótese de exclusão mútua das diferenciações intra e intergrupais, subjacente à teoria da autocategorização, Deschamps (1982) propõe a hipótese da co-variação. Um exemplo dessa hipótese está nos estudos sobre o chamado “efeito ovelha negra” (Marques, 1990), os quais apontam para uma covariação nos comportamentos de diferenciação intra e intergrupal. Basicamente, o “efeito ovelha negra” é considerado uma consequência de os membros do grupo tentarem alcançar superioridade para o seu grupo, comparando-o com outro(s) grupo(s) relevante(s). Marques (1990) considera que uma forma de alcançar essa superioridade consiste em desvalorizar os membros “desviantes” do grupo de pertença, isto é, que não revelem as características positivas dos membros considerados mais prototípicos do grupo. O resultado deste processo é uma polarização nos juízos sobre os membros do grupo de pertença relativamente aos juízos sobre os membros dos outros grupos.

Nesse sentido, Deschamps (1982) afirma que a dicotomia entre identidade pessoal diferenciada e identidade social homogeneizante é inaceitável. O comportamento do indivíduo, no seio do grupo e em relação ao grupo comparativamente relevante, é orientado por normas e valores coletivos que dão significado à categorização intergrupal. Uma dessas referências coletivas são as ideologias relativas à estratificação dos grupos sociais numa escala de poder, que o autor designa por um “universo simbólico comum de valores” (p. 88), que serve de referência à posição relativa dos grupos sociais. Assim, na acepção de Deschamps, os polos do *continuum* interpessoal-intergrupal não são antagónicos, mas podem covariar.

Deschamps (1982) chamou a atenção para a ideia de que a distintividade interpessoal depende das posições dos indivíduos num dado sistema intergrupal. Os membros dos grupos dominantes se consideram individualmente como um ponto de referência em relação ao qual as outras pessoas são definidas, eles se concebem como indivíduos únicos e a sua

pertença grupal não contribui muito para a sua definição de si próprios. Por outro lado, os membros dos grupos dominados se definem e são definidos pelos outros, em termos das categorizações sociais que lhes são impostas. A procura de diferenciação seria, portanto, privilégio dos membros dos grupos dominantes e seria aumentada quando essa pertença grupal fosse tornada saliente. Desta forma, a hipótese da covariação se aplica mais especificamente aos membros dos grupos que estão numa posição dominante, mas é necessário ter em conta que os membros dos grupos dominados também podem ocupar posições dominantes em situações específicas.

A partir dessas reflexões, Deschamps (1982) enfatiza a importância de se considerar as relações de interdependência existentes entre os grupos, seja em termos concretos ou simbólicos. Tais relações são frequentemente assimétricas: os grupos das “mulheres”, dos “negros”, dos “operários”, não são grupos equivalentes ou intermutáveis com os dos “homens”, “brancos”, “classe média”, dado que ocupam posições diferenciadas na estrutura social. As relações de poder vão se atualizar nas relações de interdependência entre os grupos. Os grupos dominantes vão procurar preservar a sua posição de dominação. Por outro lado, no caso dos grupos dominados, a valorização global do seu próprio grupo será difícil já que a imagem social desfavorecida se opõe à tendência de etnocentrismo (Lorenzi-Cioldi, 2002).

O modelo proposto por Deschamps (1982) não toma como ponto de partida a distinção entre a identidade pessoal e a identidade social, mas sim a distinção entre a identidade de fato e a identidade imaginária. A primeira é a definição do *self* atribuída aos indivíduos através das suas relações sociais. No caso de serem membros de grupos dominantes, essas definições são feitas em termos de pessoas ou sujeitos; para os membros de grupos dominados, elas são parte de um objeto coletivo. Como resultado, a identidade de fato é, para os dominantes, homóloga à identidade imaginária. Em contraste, as identidades de fato e imaginária não têm congruência no caso dos dominados.

De modo geral, os estudos acima mencionados exemplificam propostas teóricas que têm sido desenvolvidas nas últimas décadas e que sublinham a relevância da articulação entre os aspectos subjetivos da identificação grupal e os aspetos objetivos referentes às relações entre os grupos, como a legitimidade das condições sociais e as possibilidades de mudanças. Tal articulação contribui para uma compreensão mais ampla da complexidade dos processos envolvidos nas relações intergrupais (Amâncio, 1988). Esses estudos têm permitido, desse modo, integrar elementos de ordem societal a elementos associados ao processo de identificação, superando limitações presentes nos estudos iniciais da TIS.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper and Row.
- Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos: Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos “dominantes” e “dominados”. *Análise Psicológica*, 3–4(VI), 307–319.
- Amâncio, L. (1993). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, 2(XI), 213–221.

- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: An analysis of power between groups. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 118–204). California Brooks/Cole.
- Beauvois, J.-L., & Deschamps, J.-C. (1990). Vers la cognition sociale. In R. Ghiglione, C. Bonnet, & J.-F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (Vol. 3; pp. 1–110). Dunod.
- Berkowitz, L. (Ed.). (1965). *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2). Academic Press.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123–152. <https://doi.org/10.1037/h0043805>
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Campbell, D. T. (1965). Ethnocentrism and other altruistic motives. In D. Levine (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 18; pp. 179–236). University of Nebraska Press.
- Delouvée, S., & Wagner-Egger, P. (2022). Les stéréotypes, les préjugés et la discrimination. In S. Delouvée & P. Wagner-Egger (Eds.), *Manuels visuels de licence: Psychologie sociale* (pp. 127–149). Dunod.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85–98). Cambridge University Press.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1999). L'individualisme comme représentation collective. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, & S. Worchel (Eds.), *L'identité sociale: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 195–212). Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Deschamps, J.-C., & Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups – Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 159–170). Academic Press.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N. E., Mowrer, O. H., & Sears, R. R. (1939). *Frustration and aggression*. Yale University Press.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7(2), 117–140. <https://doi.org/10.1177/001872675400700202>
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – A social psychology of intergroup relations and group processes*. Routledge.
- Le Bon, G. (1896). *Psychologie des foules*. F. Alcan.
- Lewin, K. (1997). *Resolving social conflicts & field theory in social science*. APA. (Trabalho original publicado em 1948)
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés: Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances and research* (pp. 71–88). Harvester.
- Marques, J. M. (1990). The back-sheep effect: Out-group homogeneity in social comparisons settings. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 131–151). Harvester.
- Monteiro, M. B. (2013). Relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 493–568). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023a). Les rapports intergroupes. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 197–204). De Boeck Supérieur.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023b). L'identité sociale. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 68–77). De Boeck Supérieur.
- Sherif, M. (2015). *Group conflict and co-operation: Their social psychology*. Psychology Press. (Trabalho original publicado em 1966)

- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1988). *The robbers cave experiment: Intergroup conflict and cooperation*. Wesleyan University Press. (Trabalho original publicado em 1961)
- Sherif, M., & Sherif, C. W. (1979). Research on intergroup relations. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 7–18). Brooks/Cole.
- Sumner, W. G. (1940). *Folkways: A study of the social importance of usages, manners, customs mores, and morals*. Ginn and Company. (Trabalho original publicado em 1906)
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223(5), 96–103. <http://www.jstor.org/stable/24927662>
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 272–302). Larousse Université.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13(2), 65–93. <https://doi.org/10.1177/053901847401300204>
- Tajfel, H. (Ed.). (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Academic Press.
- Tajfel, H. (1982a). *Grupos humanos e categorias sociais I* (L. Amâncio, Trad.). Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Eds.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13–24). Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1–39. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.33.020182.000245>
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II* (L. Amâncio, Trad.). Livros Horizonte.
- Tajfel, H., & Billig, M. (1974). Familiarity and categorization in intergroup behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10(2), 159–170. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(74\)90064-X](https://doi.org/10.1016/0022-1031(74)90064-X)
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149–178. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010202>
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., & Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica*, 22, 191–201. [https://doi.org/10.1016/0001-6918\(64\)90017-4](https://doi.org/10.1016/0001-6918(64)90017-4)
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–48). Brooks/Cole.
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54(2), 101–114. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x>
- Tarde, G. (1924). *Les lois de l'imitation*. Alcan. (Trabalho original publicado em 1890)
- Torres, A. R. R., Camino, L., & Khalil, C. V. (2023). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 335–353). Blucher Open Access.
- Turner, J. C. (1987). A self-categorization theory. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, & M. S. Wetherell (Eds.), *Rediscovering the social group: A self-categorization theory* (pp. 42–67). Blackwell.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (Eds.). (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Blackwell.
- Yzerbyt, V., & Klein, O. (2023). Les relations intergroupes. In V. Yzerbyt & O. Klein (Eds.), *Psychologie sociale* (pp. 522–574). De Boeck Supérieur.

Material Suplementar

Curta-metragem “Nós Somos Carne, Nós Somos Ventre, Nós Somos Nação”: Entrevista a Maria Gil: Macedo, I., Pereira, A. P., Correia Borges, G., Mesquita, B., Januário, M., Sá, A., & Cabecinhas, R. (2024). “Nós somos carne, nós somos ventre, nós somos nação”: Entrevista a Maria Gil”. Repositório de Dados da Universidade do Minho, V2. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/150E6Z>

Palestra de Chimamanda Adichie, "O Perigo de uma Única História": Adichie, C. N. (2009). O perigo de uma única história. TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br

Vídeo da Plataforma TED-Ed Sobre Identidade Social: https://www.ted.com/talks/jay_van_bavel_and_dominic_packer_the_sibling_rivalry_that_divided_a_town?language=pt&subtitle=pt

Vídeo Sobre o Experimento "A Caverna dos Ladrões", de Sherif e Colaboradores: <https://www.youtube.com/watch?v=8PRuxMprSDQ>

Representações Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.8>

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Luiza Lins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>
luizaalins@gmail.com

Resumo

Neste capítulo, apresentamos a teoria das representações sociais (TRS) com o objetivo de discutir o pensamento social, a partir da noção de “representação social” e a sua relação com a comunicação. A TRS inscreve-se numa perspectiva crítica às abordagens que concebem o funcionamento cognitivo como um processo centrado exclusivamente no indivíduo, enfatizando a dimensão social do pensamento, sua construção coletiva e constante reelaboração. O capítulo apresenta, portanto, as representações sociais como um conceito de natureza dinâmica e mediada pelas interações e práticas comunicativas cotidianas. Para isso, estrutura-se em cinco seções: (a) inicialmente, fornecemos uma breve explicação sobre o desenvolvimento da teoria e discutimos sobre os conceitos de “sociedade pensante” e de “representações sociais”, segundo propostas de Serge Moscovici; (b) em seguida, discurremos sobre algumas das condições para a elaboração das representações sociais e suas principais funções, considerando as identidades sociais e os processos intergrupais, bem como a influência das posições assimétricas e diferencial acesso à esfera pública; (c) em um terceiro momento, abordamos os processos de objetivação e ancoragem, envolvidos na formação das representações sociais, as noções de “sistema” e “metassistema” que regulam o funcionamento cognitivo, bem como os tipos de representações sociais; (d) a quarta seção é dedicada à apresentação das diferentes abordagens da TRS; (e) finalmente, na última seção, desenvolvemos uma discussão sobre representações sociais, comunicação e mídia, na qual abordamos a natureza desta relação, os modos de comunicação midiática, além de estudos sobre representações sociais realizados a partir de diferentes tipos de mídia e sobre variados objetos sociais. Dessa forma, reiteramos a relevância da articulação entre as representações sociais e os processos comunicacionais, destacando o potencial analítico da TRS como instrumento crítico para a compreensão de uma ampla gama de fenômenos sociais.

Palavras-chave

representações sociais, comunicação, processos cognitivos, cultura, memória social

A Sociedade Pensante: O Desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais

Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, e outros lugares de interação, as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como elas educam seus filhos, como planejam seu futuro, entre outros. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento” (Moscovici, 2000/2010, p. 45).

Serge Moscovici publicou em 1961 a obra *La Psychanalyse, Son Image et Son Publique* (Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público), na qual estudou como a psicanálise estava a ser apropriada por diferentes segmentos da sociedade francesa. Essa obra inaugurou um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. O autor lançou, portanto, uma problemática específica – como o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo “cidadão comum” (leigo) – e uma problemática mais geral – como as pessoas constroem a realidade (Cabecinhas, 2004).

Tal “construção social da realidade” (Berger & Luckmann, 1966/2011) se realiza de maneira dinâmica e interativa e pressupõe aspectos sociais, cognitivos e psicológicos (Banchs, 2011). Nesse sentido, Moscovici (1981) propõe a expressão “sociedade pensante” (p. 182) para situar o estudo das representações sociais e para expressar a ideia de que o pensamento não pode ser considerado o produto de um “indivíduo só”, uma vez que o conteúdo desse pensamento está em constante reelaboração através da comunicação cotidiana. Todos os indivíduos são ativos na sua construção social da realidade, mas esta construção é efetuada em rede.

Segundo o autor, o paradigma da sociedade pensante questiona as teorias que consideram que os nossos cérebros são “máquinas” que processam mecanicamente a informação em função dos condicionamentos exteriores e questiona igualmente as teorias para as quais os grupos e os indivíduos estão sempre sob o domínio das ideologias produzidas e impostas pelas grandes estruturas sociais e que os seus pensamentos e palavras são meros reflexos dessas ideologias. Em contrapartida, o paradigma da sociedade pensante assume que “os indivíduos pensam autonomamente, estando constantemente a produzir e a comunicar representações” (Moscovici, 1981, p. 183). Pensar autonomamente não significa pensar só. Aliás, o autor sublinhou que o pensamento é comunicativo por natureza (ver Cabecinhas, 2004).

As representações sociais são compreendidas como conhecimentos ou teorias do senso comum acerca de conceitos abstratos que circulam socialmente, como a doença mental, a violência de gênero, o colonialismo, as migrações, dentre outros exemplos (Valentim, 2022). A partir dessa valorização da sociedade pensante e das “teorias do senso comum”, Moscovici (1961) começa a desenvolver a TRS, a qual pressupõe um olhar psicossocial (Pérez et al., 2014), que envolve uma relação triádica entre o ego (indivíduo ou grupo), o alter (outro – indivíduo ou grupo) e o objeto (físico, social, real ou imaginário; Moscovici, 1984/2011). Essa relação triádica ressalta a dialogicidade presente na elaboração de representações sociais, a partir das relações que os indivíduos estabelecem com os outros e com o meio em que se inserem (Marková, 2006), além de marcar a oposição dessa perspectiva teórica a dicotomias fortemente presentes na época da sua inauguração, como sujeito/objeto, indivíduo/sociedade (Arruda, 2009).

Assim como Henri Tajfel, um dos fundadores da teoria da identidade social (ver Capítulo 6 deste livro), Moscovici (1997) também desenvolveu muitas das suas reflexões teóricas a partir de inquietações advindas da sua própria história de vida: judeu, nascido na Romênia e radicado na França, ele foi vítima de antissemitismo, como relata o próprio autor em sua autobiografia. Além disso, também teve a influência de diferentes pressupostos conceituais propostos por diversos autores, como Durkheim, Lévy-Bruhl, Piaget, entre outros (para mais discussões sobre tais influências e sobre o desenvolvimento da TRS, ver, por exemplo, Camino & Torres, 2023; Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Vala, 1993; Vala & Castro, 2013). No que diz respeito à influência do trabalho de Durkheim (1898) na elaboração da TRS, as representações coletivas cedem o lugar às representações sociais porque as primeiras não têm em conta a sua diversidade de origem e a sua transformação. Segundo Moscovici (1989), a visão clássica das representações peca por as considerar como pré-estabelecidas e estáticas. Portanto, o autor desenvolve um conceito de “caráter dinâmico”, que se situa na interseção entre conceitos sociológicos e psicológicos (Moscovici, 1961).

De acordo com Jodelet (1989, 2001), as representações sociais são fenômenos complexos, em permanente reconstrução na vida social, constituindo-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos. Na mesma linha de ideias, Vala (1993) refere que a ideia de representação social remete para um “fenômeno psicossocial complexo, cuja riqueza torna difícil a produção de um conceito que o delimite e simultaneamente não esbata a sua multidimensionalidade” (p. 359). Apesar dessa dificuldade de estipular uma definição acerca das representações sociais, ao longo dos anos inúmeras propostas conceituais têm sido desenvolvidas, recortando-as em dimensões específicas. Tais definições incluem, na maioria dos casos, conceitos de âmbito psicológico ou psicossociológico (e.g., atribuição, crença, atitude, esquema, opinião, etc.) e conceitos de âmbito sociológico ou antropológico (e.g., ideologia, cultura, *habitus*, sistema de valores, etc.), relativamente aos quais o conceito de “representação social” “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binômio indivíduo-sociedade” (Vala, 1993, p. 360).

Um exemplo de definição que abarca diferentes dimensões da representação social é a de Abric (2001), que a define como:

conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada [a representações social] ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social. (p. 156)

Jodelet (2001) também propõe uma definição, que se tornou numa das mais disseminadas em diferentes países, segundo a qual a representação social é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). As representações sociais constituem, portanto, a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são “teorias sociais práticas” (Jodelet, 1989, 2001).

Ao analisarmos cada um dos termos que compõem a expressão “representação social”, observamos que o termo “representação” apresenta uma característica processual, ou seja, representar não pressupõe duplicar, reproduzir ou copiar a realidade na mente dos indivíduos (Jesuíno, 2011). Representar, segundo essa perspectiva teórica, refere-se à participação ativa dos indivíduos no processo de construção de si e da sociedade (Moscovici, 1961; Santos, 2005). Quanto ao termo “social”, na acepção de Vala (1993), afirmar que as representações são sociais envolve a utilização de três critérios: (a) critério quantitativo — uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos; (b)

critério genético – uma representação é social no sentido em que é coletivamente produzida (as representações sociais são o resultado da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social); (c) critério funcional – as representações sociais constituem guias para a comunicação e a ação (as representações sociais são teorias sociais práticas). Logo, o social está presente em todo o processo de representar (Arruda, 2009), ele se refere tanto às condições de produção e circulação das representações quanto às suas funções sociais (Banchs, 2000), sobre as quais discorreremos adiante.

As Condições Para a Elaboração das Representações Sociais e as Suas Principais Funções

Ainda que as representações sociais sejam concebidas como “teorias do senso comum”, nem todo conhecimento do senso comum pode ser considerado representação social (Moscovici, 1961; Santos, 2005). Para que um objeto seja um objeto de representação social, ele deve, dentre outros critérios: (a) ser polimorfo – apresentar diferentes formas em diferentes contextos sociais; e (b) possuir espessura social – ter relevância cultural para determinado grupo, ou seja, estar envolvido em alguma prática social do grupo, de modo que seja necessário elaborar e compartilhar o seu significado (Sá, 1998; Santos, 2005). Essa delimitação do objeto é especialmente relevante diante da expansão no domínio das representações sociais, pois apesar do crescente número de publicações, muitos estudos se limitam à descrição do conteúdo de variados objetos por vezes sem consistência teórica (Santos et al., 2012). Em consonância, para Valentim (2022), essa expansão tem sido caracterizada por uma multiplicação de sentidos em que a noção de “representação social” tem sido empregada, sendo que muitas vezes parece abordar distintos conceitos ou ainda uma genérica conceitualização, sem grande desenvolvimento.

Desse modo, além destes critérios para a definição de um objeto de representação social, Moscovici (1961) também identifica três condições necessárias para a elaboração de representações sociais: (a) dispersão da informação – existência de uma variedade de informações disponíveis sobre o objeto e de diferentes condições de exposição e acesso a essas informações; (b) focalização – indivíduos e grupos se interessam de diferentes maneiras por aspectos específicos do objeto, a depender de diversos fatores, como o contexto sociocultural, os conhecimentos prévios que possuem, dentre outros; (c) pressão à inferência – diante das incertezas quanto ao que sabem sobre o objeto, os indivíduos são pressionados a se comunicar sobre o assunto, frequentemente recorrendo às ideias majoritárias, o que fortalece o consenso no grupo (Moscovici, 1961; Sá, 1998; Santos, 2005; Yzerbyt & Klein, 2023).

Conforme discutem trabalhos anteriores (e.g., Piermattéo et al., 2023; Sá, 1998; Santos, 2005), as representações sociais desempenham um papel crucial nas práticas e nas relações sociais e possuem quatro principais funções: (a) função de saber – como sintetiza Moscovici (2010), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54), desse modo, as representações sociais permitem explicar e compreender a realidade e facilitam a comunicação social; (b) função de orientação – elas se configuram como guias para os comportamentos e práticas, visto que permitem filtrar informações, criar antecipações e definir estratégias e comportamentos a serem adotados em diferentes situações; (c) função justificadora – ao permitirem uma avaliação das ações dos indivíduos, as representações sociais fornecem parâmetros que os auxiliam a justificar posteriormente seus comportamentos e suas tomadas de decisão em diferentes contextos e em relação a diferentes grupos; (d) função identitária – as representações sociais participam dos processos de identificação e diferenciação grupal, contribuindo para a construção das identidades pessoais e sociais, já que os indivíduos

podem, por exemplo, se sentir mais pertencentes a determinados grupos com os quais compartilham representações sociais específicas acerca de alguns objetos. Além disso, tal função identitária também está presente quando os objetos acerca dos quais os indivíduos constroem representações sociais são os seus próprios grupos de pertença e os “outros”, constituindo as chamadas “representações identitárias” (Deschamps & Moliner, 2014).

Diversos autores (e.g., Cabecinhas, 2004; Deschamps & Moliner, 2014; Doise, 1988; Howarth, 2002; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990; Vala, 1997) têm discutido sobre as imbricadas relações entre representações sociais, identidades sociais e processos intergrupais. No entanto, tais relações são bastante complexas (Doise, 1992) e alguns autores (e.g., Lorenzi-Cioldi, 2002) têm sublinhado a influência das posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos quanto nas identidades sociais criadas por esses grupos.

É necessário ter em conta, por um lado, a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes e, por outro, a dinâmica social no seu conjunto. A conjugação destes fatores ajuda a compreender as pressões para a hegemonia e a consequente reificação de certas representações sociais (Moscovici, 1988). Nesse sentido, é importante considerar as estruturas de poder e os diferentes graus de acesso à esfera pública que certos grupos possuem, pois embora todos os indivíduos participem ativamente na construção das suas representações, os significados “concorrem” na construção de uma dada realidade social e nem todos têm igual acesso nessa negociação. Assim, as posições das pessoas e grupos na estrutura de poder podem ser determinantes na marginalização de determinadas representações (Cabecinhas et al., 2006; Howarth, 2006). Tais relações assimétricas e as divergências de ideias presentes na construção de representações sociais acerca de diferentes objetos sociais na sociedade são observadas também na constituição dos diferentes tipos de representações sociais – hegemônicas, polêmicas e emancipadas –, sobre os quais discutimos na próxima seção.

O Processo de Formação e os Tipos de Representações Sociais

Segundo Moscovici (1961), na formação das representações sociais intervêm dois processos: a objetivação e a ancoragem. Estes processos estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por fatores sociais, servindo para nos familiarizar com o “novo”, primeiro colocando-o no nosso quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controle (Moscovici, 1981).

De acordo com Vala e Castro (2013), a objetivação é um “processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material” (p. 586). Ou seja, trata-se de um processo que diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, tornam-se expressões de uma realidade vista como natural.

O processo de objetivação envolve três etapas: (a) seleção e descontextualização – algumas informações e crenças acerca do objeto da representação são selecionadas e reorganizadas pelos indivíduos, a partir das normas e dos valores grupais, das suas crenças, suas expectativas, entre outros; (b) formação de um núcleo figurativo ou esquematização estruturante – nessa etapa, as informações selecionadas são simplificadas e organizadas em um esquema estruturado ou “núcleo figurativo”, facilitando a apreensão do objeto da representação social; (c) naturalização – nessa última etapa os conceitos retidos no núcleo figurativo e as suas relações se constituem como categorias “naturais”, adquirindo materialidade. Isto é, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se

concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (Cabecinhas, 2009; Delouvée & Wagner-Egger, 2022; Piermattéo et al., 2023; Santos, 2005; Vala & Castro, 2013).

O outro processo, a ancoragem, por um lado, precede a objetivação e, por outro, situa-se na sua sequência. Enquanto processo que precede a objetivação, a ancoragem refere-se ao fato de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objeto da representação é pensado (Cabecinhas, 2009). Dessa forma, os elementos relativos ao objeto são incorporados a um sistema de pensamentos, categorias e significações já existente, familiar e de fácil acesso à memória (Santos, 2005). Enquanto processo que segue a objetivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, nomeadamente, permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961). A ancoragem serve, assim, à instrumentalização do saber, conferindo-lhe valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

Vala (1993) refere que o conceito de “ancoragem” tem algumas afinidades com o conceito de “categorização”: ambos funcionam como estabilizadores do meio e como redutores de novas aprendizagens. No entanto, de acordo com o autor, o processo de ancoragem é mais complexo visto que a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas, isto é, “o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (p. 363).

Apesar da importância do processo de familiarização do não-familiar, Moscovici (1961, 2010) também pondera que diferentes representações sociais sobre um mesmo objeto podem coexistir tanto na sociedade como um todo quanto para um mesmo indivíduo. Esse convívio entre diferentes formas de saber em um mesmo campo representacional denota a chamada “polifasia cognitiva” (Jovchelovitch, 2011; Moscovici, 2010), que se configura como um processo que pode favorecer a adaptação a mudanças e o desenvolvimento de inovações, visto que permite conciliar criativamente formas opostas de pensamento (Moscovici, 2010).

Valentim (2022) discute a polifasia cognitiva a partir das noções de “sistema” e “metassistema” que regulam o funcionamento cognitivo. O autor explica que Moscovici constatou já em seus primeiros estudos a existência de características consideradas típicas do pensamento “infantil” (raciocínios “pré-lógicos”) no pensamento de adultos. Então, desenvolveu uma explicação para esse fenômeno com base nos postulados de Lévy-Bruhl e Piaget sobre o raciocínio das crianças. Para Moscovici, por apresentar exigências diversas, o pensamento não seria regulado apenas pela lógica formal. Na verdade, funcionam dois sistemas cognitivos: um deles é o operatório que estabelece tarefas como associações e deduções. O segundo, por sua vez, é normativo, faz a verificação, controle e seleção desse material, um metassistema que “revisa” aquilo que é produzido pelo primeiro e se ajusta de modo a garantir um bom funcionamento do indivíduo em diferentes situações sociais. As regras aplicadas pelo metassistema normativo variam em função do contexto. Assim, em situações de trabalho formal, por exemplo, espera-se que haja a aplicação de procedimentos sistemáticos e regras lógicas. Por outro lado, em contextos como a manutenção de uma amizade, ou a previsão do futuro, tais regras podem não ser as melhores opções. Nesses casos, podemos utilizar formas de raciocínio típicas de uma inteligência concreta ou um pensamento místico (Valentim, 2022).

Assim, há situações em que podem coexistir formas opostas de pensamentos e práticas. Tomemos como exemplo o contexto da pandemia de COVID-19, no qual embora o saber médico relacionado às formas de contágio e às medidas de proteção tenha sido assimilado por boa parte da população, estudos como o de Giacomozzi et al. (2023) indicam uma relação entre as representações sociais dos migrantes e a pandemia de COVID-19

no Brasil, discutindo um aumento na xenofobia e discriminação em função da polarização informacional e de determinados discursos políticos, que atribuíam a esse “outro” a responsabilidade pela propagação do vírus.

Ao considerar a relevância das diferenças relativas às características das representações sociais e aos grupos que constroem e compartilham tais representações, Moscovici (1988) estabelece a distinção entre três tipos de representações sociais, em função do seu estágio de desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade. As representações hegemônicas são amplamente compartilhadas pelos membros de um grupo e prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas, o que faz com que sejam mais próximas do que Durkheim (1898) considerava como representações coletivas. Por seu turno, as representações emancipadas “emergem da cooperação e da negociação e são muito plásticas” (Vala & Castro, 2013, p. 598), elas são o produto da circulação de conhecimento e de ideias de subgrupos que estão em contato mais ou menos próximo, em que cada subgrupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Por último, as representações controversas ou polêmicas são geradas no decurso de um conflito social ou luta entre grupos, não sendo compartilhadas pela sociedade no conjunto. Frequentemente, a partir dessas representações polêmicas, compartilhadas, por exemplo, por diferentes grupos minoritários, observamos movimentos de resistência, os quais podem levar à mudança social (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2019).

Diferentes Abordagens no Âmbito da Teoria das Representações Sociais

A TRS se configura como uma “grande teoria” (Sá, 1998), sendo possível distinguir quatro abordagens de acordo com as formas de conceitualização e estudo das representações sociais. Tais abordagens não são, contudo, opostas, e podem mesmo ser complementares (Piermattéo et al., 2023).

A abordagem sociogenética, culturalista ou processual é uma perspectiva que se mantém mais próxima aos trabalhos iniciais de Moscovici e enfatiza os processos envolvidos na elaboração das representações sociais – objetivação e ancoragem. O trabalho de Jodelet (1989, 2001) é um excelente exemplo de estudos que adotam essa abordagem.

Já a abordagem estrutural ou do núcleo central foca no estudo da estrutura, da organização das representações sociais. Segundo Abric (1993), autor que iniciou o desenvolvimento dessa abordagem, as representações sociais se organizam internamente a partir de um núcleo central e de um sistema periférico, que são complementares e interligados. O núcleo central é formado pelos elementos mais estáveis e consensuais e dá coerência e sentido à representação. Ele é bastante influenciado pelo sistema de normas dos diferentes grupos sociais e pela sua memória social. À volta do núcleo central, e organizado por este, encontra-se o sistema periférico, que apresenta elementos mais flexíveis e sensíveis a mudanças, já que ele abarca aspectos que refletem as experiências individuais, as contradições, ou seja, a heterogeneidade do grupo. Frequentemente, observamos que alguns grupos podem ter práticas em desacordo com a representação social que compartilham sobre determinado objeto. Segundo Flament (1989), estes desacordos inscrevem-se nos elementos periféricos que se modificam protegendo, por algum tempo, o núcleo central. Com o tempo, no entanto, as contradições entre a realidade e a representação podem vir a alterar o próprio núcleo duro da representação, o que corresponde a uma mudança estrutural.

Já uma terceira abordagem, é a abordagem sociodinâmica ou societal, desenvolvida por Doise e colaboradores (Doise, 1992, 2002; Doise et al., 1992), segundo a qual as

representações sociais se configuram como princípios geradores de tomadas de posição, que estão associados às diferentes inserções sociais dos indivíduos e que auxiliam na organização dos processos simbólicos que participam das relações sociais. Os estudos realizados no âmbito dessa abordagem ressaltam a importância da articulação entre diferentes níveis de análise – intraindividual, interindividual ou situacional, posicional e ideológico – (Doise, 1982, 2002), a fim de aprimorar a compreensão dos fenômenos sociais.

Finalmente, a quarta e mais recente abordagem da TRS é a abordagem dialógica (Marková, 2006), a qual enfatiza a dialogicidade presente no processo de elaboração das representações sociais, sublinhando, portanto, “a importância de colocar as ‘relações triádicas’ das quais emerge a representação social no centro da pesquisa empírica” (Vala & Castro, 2013, p. 600). Assim, os estudos realizados no âmbito dessa abordagem consideram, por exemplo, que o conhecimento que os indivíduos possuem sobre as representações sociais que os “outros” compartilham sobre determinado objeto social também pode influenciar no processo de construção das suas próprias representações sociais sobre esse mesmo objeto (Piermattéo et al., 2023).

Representações Sociais, Comunicação e Mídia

Como foi possível apreender das seções anteriores, as representações sociais possuem uma íntima relação com a comunicação (Cuevas Cajiga, 2011; Höijer, 2011; Hook et al., 2011). De acordo com Moscovici, em conversa com Marková (2000/2010), “uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações, e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação” (p. 372). Dito de outro modo, por um lado, para que ocorra a comunicação, é necessária a existência de representações sociais acerca de diferentes objetos, visto que essas representações funcionam como um saber prático de referência, que auxilia na compreensão da realidade, facilitando, portanto, a comunicação entre os indivíduos. Por outro lado, as representações sociais sobre determinado objeto são elaboradas visto que os indivíduos sentem necessidade de comunicar a respeito desse objeto, favorecendo a produção e a troca de informações e significados tanto nas conversações cotidianas quanto nas comunicações midiáticas, o que possibilita a construção, a manutenção e também a transformação de representações sociais (Cuevas Cajiga, 2011; Höijer, 2011; Marková, 2000/2010; Moscovici, 1961).

Tal papel crucial da comunicação na construção de representações sociais foi sinalizado por Moscovici (1961) desde a sua obra inaugural da TRS, na qual o autor diferenciou, três modos de comunicação midiática, os quais diferem segundo a fonte da mensagem, o seu objetivo e a sua lógica: (a) difusão – utilizada principalmente pela imprensa de caráter informativo, as mensagens são dirigidas a uma variedade de públicos. Os temas abordados também são variados e o objetivo é sobretudo transmitir informações e não influenciar o público a tomar posições específicas; (b) propagação – é um modo de comunicação que se dirige a um público específico e que pressupõe, em geral, uma relação hierárquica entre a fonte e o público. A propagação tem como objetivo indicar ao grupo como integrar e conciliar informações diferentes no seu sistema de valores e normas; (c) propaganda – também se dirige a um público específico e se constitui frequentemente no âmbito de relações hierárquicas. Esse modo de comunicação visa à persuasão e à prescrição de comportamentos de modo a favorecer o endogrupo em detrimento dos exogrupos, reforçando divisões entre “nós” e “eles” (Moscovici, 1961; Yzerbyt & Klein, 2023).

Considerando-se as transformações ocorridas nos últimos anos com o surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo com a internet e a recente proliferação de diferentes redes sociais, observamos modificações nas formas como as

pessoas se comunicam. Nesse sentido, Buschini e Lorenzi-Cioldi (2013) propõem um novo modo de comunicação, que os autores nomearam como “rumor midiático”. Esse modo de comunicação se dá em comunidades virtuais, implica uma transmissão “horizontal” das informações, já que os indivíduos podem ser ao mesmo tempo fonte e receptores, e visa à partilha de emoções e impressões, a fim de criar e manter os laços entre os indivíduos (Buschini & Lorenzi-Cioldi, 2013; Yzerbyt & Klein, 2023).

Como vimos, os diferentes tipos de mídia influenciam no processo de (re)construção de representações sociais, ao disseminarem informações e (re)produzirem significados sobre diferentes objetos sociais (Höijer, 2011; Moscovici, 1961). Nessa direção, estudos sobre representações sociais têm sido realizados em diferentes tipos de mídia e considerando objetos sociais de grande relevância, como as representações dos temas ambientais na mídia impressa (Polli & Camargo, 2015; Wallace & Batel, 2023) ou sobre a comunicação midiática co-construída por pessoas que publicam informações em redes sociais (e.g., Facebook, Twitter) sobre diferentes objetos sociais, como o movimento #BlackLivesMatter (Vitali et al., 2023).

Dentre esses estudos, com frequência, há resultados que evidenciam como diferentes veículos midiáticos ainda disseminam estereótipos negativos acerca de grupos específicos, reforçando atitudes negativas com relação a esses grupos, como migrantes (e.g., Rochira et al., 2020), ou ciganos, conforme indica o estudo de Brasil e Bonomo (2022), que aponta tanto para a invisibilidade dos marcos comemorativos relacionados às comunidades ciganas, quanto para a discriminação por eles sofrida no Brasil e em Portugal.

Entretanto, os veículos midiáticos também podem promover a mudança social, ao disseminarem visões de mundo alternativas e mais inclusivas (Cabecinhas, 2008). Um estudo realizado por Macedo et al. (2023), por exemplo, discute o papel que o cinema pode ocupar como espaço de ativismo ao discutir filmes que abordam de forma crítica questões sociais, como a identidade e as narrativas migratórias, combatendo a circulação assimétrica de histórias. Mas, apesar da possibilidade de influência nas duas direções, é importante ressaltar que, como os indivíduos são ativos no processo de elaboração de representações sociais, eles podem decidir incorporar ou não as informações difundidas pelos mídia nas representações sociais que eles estão a produzir sobre diferentes objetos (Cuevas Cajiga, 2011).

Como discute Moscovici (1991) no texto “Silent Majorities and Loud Minorities” (Maiorias Silenciosas e Minorias Barulhentas), embora as minorias muitas vezes sejam silenciadas pelo medo das consequências da não conformidade, elas também são capazes de propagar suas ideias ativamente, por exemplo, ao atuar em diferentes movimentos sociais. Assim, a partir da organização e de ideias consistentes podem combater determinadas visões dominantes da sociedade. Com isso, reforçamos a importância da relação entre representações sociais e a comunicação midiática e resgatamos a reflexão de Howarth (2006) sobre o potencial da TRS enquanto ferramenta para a análise crítica das mais diversas questões sociais, para a ampliação das possibilidades de resistência e combate à ordem social hegemônica.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar*

Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Abric, J. C. (1993). Central system, peripheral system: Their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2(2), 75–78.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (L. Ulup, Trad., pp. 155–171). Eduerj.
- Arruda, A. (2009). Teoria das representações sociais e ciências sociais: Trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, 24(3), 739–766. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300006>
- Banchs, M. A. (2000). Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. *Papers on Social Representations*, 9, 3.1–3.15.
- Banchs, M. A. (2011). Leitura epistemológica da teoria das representações sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 225–258). Technopolitik.
- Berger, P., & Luckmann, T. A. (2011). *Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1966)
- Brasil, J. A., & Bonomo, M. (2022). A cobertura midiática dos dias nacional e internacional dos ciganos em Portugal e no Brasil: Reflexões sobre a (in) visibilidade social. *Observatório (OBS*)*, 16(4), 63–82. <https://doi.org/10.15847/obsOBS16420222165>
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2019). Representações sociais e processos identitários: Relações (pós) coloniais e a construção simbólica da América Latina. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 318–332). CECS. <https://hdl.handle.net/1822/60674>
- Buschini, F., & Lorenzi-Cioldi, F. (2013). Représentations sociales. In L. Bègue & O. Desrichard (Eds.), *Traité de psychologie sociale. La science des interactions humaines* (pp. 393–415). De Boeck Supérieur.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125–137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Cabecinhas, R. (2008). Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão. Comunicação e cidadania. *Revista Internacional de Jornalismo Social*, 2, 163–182. <http://hdl.handle.net/1822/9639>
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: Metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e investigação* (pp. 51–66). Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp. 67–92). Celta. <https://hdl.handle.net/1822/6165>
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Cuevas Cajiga, Y. (2011). Representaciones sociales en la prensa: Aportaciones teóricas y metodológicas. *Sinéctica*, 36, 1–19.
- Delouvée, S., & Wagner-Egger, P. (2022). Les représentations sociales. In S. Delouvée & P. Wagner-Egger (Eds.), *Manuels visuels de licence: Psychologie sociale* (pp. 173–189). Dunod.
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2014). *A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais*. Vozes.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99–111. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180202>
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189–195.

- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 18(1), 27–35. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273–302.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 204–219). Presses Universitaires de France.
- Giacomozzi, A. I., Rosa, A. S. de, Silva, M. L. B. da, Gizzi, F., & Moraes, V. de. S. (2023). Social representations of (im)migrants in the first year of the COVID-19 pandemic in Brazil: A study of online news. *Papers on Social Representations*, 32(1), 3.1–3.33.
- Höijer, B. (2011). Social representations theory: A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32(2), 3–16. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0109>
- Hook, E., Franks, B., & Bauer, M. W. (2011). *The social psychology of communication*. Palgrave Macmillan.
- Howarth, C. (2002). Identity in whose eyes? The role of representations in identity construction. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 32(2), 145–162. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180202>
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- Jesuino, J. C. (2011). Um conceito reencontrado. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 33–57). Technopolitik.
- Jodelet, D. (Ed.). (1989). *Les représentations sociales*. Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (L. Ulup, Trad.; pp. 17–44). Eduerj.
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: Notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em psicanálise, sua imagem e seu público. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 159–176). Technopolitik.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés – Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances and research* (pp. 71–88). Harvester.
- Macedo, I., Lins, L., da Silva, T. V., & Cabecinhas, R. (2023). Exploring images of otherness through cinema: Analysis of counter-visualities in Portuguese films. *Papers on Social Representations*, 32(2), 1.1–1.27.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente*. Vozes.
- Marková, I. (2010). Ideias e seu desenvolvimento – Um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 305–388). Vozes. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181–210). Academic Press.
- Moscovici, S. (Ed.). (1984). *Psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 62–86). Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1997). *Chronique des années égarées*. Stock.

- Moscovici, S. (1991). Silent majorities and loud minorities. *Annals of the International Communication Association*, 14(1), 298–308. <https://doi.org/10.1080/23808985.1991.11678792>
- Moscovici, S. (2010). O fenômeno das representações sociais. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29–109). Vozes. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moscovici, S. (2011). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 5–22). Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1984).
- Pérez, J. A., Kalampalikis, N., Lahlou, S., Jodelet, D., & Apostolidis, T. (2014). In memoriam: Serge Moscovici (1925–2014). *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 182–190.
- Piermattéo, A., Guegan, J., & Tavani, J. L. (2023). Les représentations sociales. In A. Piermattéo, J. Guegan, & J. L. Tavani (Eds.), *Psychologie sociale en 21 fiches* (pp. 217–228). De Boeck supérieur.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2015). Social representations of the environment in press media. *Paidéia*, 25(61), 261–269. <https://doi.org/10.1590/1982-43272561201514>
- Rochira, A., Avdi, E., Kadianaki, I., Pop, A., Redd, R. R., Sammut, G., & Suerdem, A. (2020). Immigration. In T. Mannarini, G. A. Veltri, & S. Salvatore (Eds.), *Media and social representations of otherness: Psycho-social-cultural implications* (pp. 39–59). Springer.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Eduerj.
- Santos, M. F. S. (2005). A teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Eds.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp. 15–38). Editora Universitária da UFAL/Editora Universitária da UFPE.
- Santos, M. F. S., Morais, E. R. C., & Neto, M. D. L. A. (2012). A produção científica em representações sociais: Análise de dissertações e teses produzidas em Pernambuco. *Psico*, 43(2), 200–207.
- Vala, J. (1993). Representações sociais — Para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 353–384). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7–29.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 569–602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2022). *Representações sociais – Para conhecer o senso comum*. Silabo.
- Vitali, M. M., Presotto, G. C., Gizzi, F., Gomes, M. D. A., & Giacomozzi, A. I. (2021). #BlackLivesMatter: A study of social representations from Twitter. *Community Psychology in Global Perspective*, 8(1), 1–19. <https://doi.org/10.1285/i24212113v8i1p1>
- Wallace, R., & Batel, S. (2024). Representing personal and common futures: Insights and new connections between the theory of social representations and the pragmatic sociology of engagements. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 54(1), 65–85. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12398>
- Yzerbyt, V., & Klein, O. (2023). Sens commun et cultures. In V. Yzerbyt & O. Klein (Eds.), *Psychologie sociale* (pp. 169–223). De Boeck Supérieur.

Material Suplementar

Nesta seção, indicamos alguns recursos complementares que podem ser úteis às pessoas interessadas no aprofundamento da teoria e questões relacionadas à temática das representações sociais. A primeira sugestão é uma curta palestra ministrada, em 1999, por Celso Pereira de Sá, que foi um dos mais importantes pesquisadores e divulgadores da teoria das representações sociais no Brasil. No vídeo, o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro faz uma abordagem introdutória ao campo da TRS. Refere as noções básicas sobre representações sociais e busca responder a três questionamentos: o que são as representações sociais? Como entender a teoria das representações sociais? Como se pesquisa no campo de representações sociais? A palestra está disponível gratuitamente no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=upz-pYMVOQc>.

Outra fonte interessante é uma conferência intitulada “Interacción Entre el Estudio de las Representaciones Sociales y el Campo de la Cultura” realizada por Denise Jodelet, em 2002, no Departamento de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. O vídeo foi realizado pela UBA Web TV e tem duração de uma hora e 16 minutos, em língua espanhola: <https://www.youtube.com/watch?v=pXbytzC06FY&t=61s>.

Indicamos também uma entrevista com Serge Moscovici realizada em 2008 pelas professoras Tânia Maciel e Maria Inácia D'Ávila, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela, há uma contextualização histórica e especificamente sobre a vida do autor ao discutir temas como natureza e sociedade, com referência a questões importantes para a teoria (e discutidas neste capítulo) como as assimetrias de poder, a possibilidade de agência e resistência dos diferentes atores sociais. O vídeo tem duração de 28 minutos e também está disponível gratuitamente no YouTube, em língua francesa e com legendas em português: <https://www.youtube.com/watch?v=Jsxjcc1Zb9I>.

Por fim, cabe referir que, em 2007, Serge Moscovici concedeu permissão para divulgação de algumas das suas obras completas que podem ser acedidas gratuitamente: http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serge/moscovici_serge.html. Além disso, também é possível conhecer as principais redes internacionais e centros de pesquisa sobre representações sociais neste link: <http://www.europhd.net/international-networks-and-research-centres-social-representations>.

Racismo, Xenofobia e Outras Formas de Discriminação

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.9>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0003-4107-3997>
isabelmacedo@gmail.com

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Resumo

O racismo é um fenómeno bastante complexo e multifacetado, e a sua compreensão exige a convocação de diversos níveis de análise, desde os processos cognitivos internos até aos fatores históricos, socioeconómicos e culturais que foram moldando as formas de expressão do racismo ao longo do tempo. Neste capítulo, procede-se a uma breve revisão sobre como o racismo tem sido definido no seio da psicologia social, discutindo algumas das ambiguidades conceptuais que têm caracterizado o estudo desta temática. Discutem-se as várias aceções do conceito de “racismo” e as suas relações com outros conceitos. As interligações entre racismo, xenofobia e outras formas de discriminação social são abordadas convocando contributos de diversas ciências sociais e humanas, nomeadamente a antropologia cultural, a história e sociologia. Procede-se à discussão das ruturas e continuidades nas expressões de “velhos” e “novos” racismos, dando alguns exemplos de pesquisa recente realizada em Portugal. Particular destaque é dado ao papel dos meios de comunicação social nos processos de racialização, analisando-se como representações estereotipadas reforçam hierarquias simbólicas. Por fim, argumenta-se a favor da centralidade das abordagens decoloniais, tanto na investigação como na prática social, para desconstruir epistemologias eurocêtricas e promover formas de conhecimento e convivência mais inclusivas, plurais e justas.

Palavras-chave

racismo, xenofobia, etnocentrismo, preconceito, colonialidade

Preconceito, Etnocentrismo, Xenofobia e Racismo

Na literatura da psicologia social e de outras ciências sociais é comum encontrarmos definições ambíguas de “racismo”, sendo raros os trabalhos em que são especificadas as dimensões comuns e diferenciadoras entre o conceito de “racismo” e outros que lhe são frequentemente associados, como “etnocentrismo”, “xenofobia” e “preconceito”. A seguir, procede-se a uma breve revisão sobre como o racismo tem sido definido no seio da psicologia social, discutindo algumas das ambiguidades conceptuais que têm caracterizado o estudo desta temática.

Em *The Nature of Prejudice*, obra marcante sobre a natureza do preconceito, Gordon Allport (1954/1979) traçou as linhas fundamentais para a análise do fenómeno, constituindo uma referência basilar para a investigação desenvolvida até aos dias de hoje. Allport definiu o preconceito como “uma atitude aversiva ou hostil face a uma pessoa pertencendo a determinado grupo, simplesmente por causa da sua pertença a esse grupo, e em que se pressupõe que esta possui as características atribuídas a esse grupo” (p. 7). De acordo com Allport, as pessoas justificam a sua hostilidade em relação a certos grupos com base em diferenças grupais percebidas, reais ou imaginárias.

Na opinião do autor, há pelo menos 12 tipos de grupos em relação aos quais é frequente a expressão de preconceito: grupos baseados em raça, sexo, níveis etários, grupos étnicos, grupos linguísticos, regionais, religiosos, nacionais, ideológicos, castas, classes sociais, profissionais, níveis educacionais, grupos de interesses (por exemplo, clubes desportivos). No entanto, os grupos que são mais frequentemente vítimas de preconceito são os que se encontram numa situação socialmente desfavorecida em mais do que uma instância de comparação, como é o caso dos “grupos étnicos” (Allport, 1954/1979, p. 89). Por exemplo, no contexto português, o recente Barómetro da Imigração (Costa-Lopes et al., 2024) indica perceções ambivalentes em relação à imigração, dependendo dos países de origem. A análise revela uma atitude marcadamente negativa em relação aos imigrantes provenientes do subcontinente indiano (Índia, Nepal e Bangladesh), que são frequentemente percebidos como uma ameaça simbólica à identidade nacional. Esta perceção está enraizada na categorização dessas populações como uma minoria racial, linguística e religiosa distinta. A extrema-direita tem reforçado a difusão dessas imagens através dos média, explorando tais diferenças para alimentar uma retórica de ameaça cultural. Por meio da propaganda, promove-se um discurso que associa esses grupos a uma suposta erosão dos valores nacionais, intensificando o pensamento rígido e a polarização social.

Allport (1954/1979) definiu o preconceito étnico como “uma antipatia baseada numa generalização defeituosa e inflexível. Pode ser sentida ou expressa. Pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele é membro desse grupo” (p. 9). Nesta definição, o preconceito surge como uma atitude negativa (antipatia) que pode ser sentida (dimensão afetiva) ou expressa (dimensão comportamental), atitude essa que seria resultante de uma atividade cognitiva “defeituosa”.

Segundo Allport (1954/1979), “categorizar em demasia é uma das lacunas mais comuns da mente humana” (p. 8). O autor chamou a atenção para o facto de nem todas as ideias pré-concebidas sobre determinado grupo se tornarem preconceitos. A diferença entre o “preconceito” e um simples “pré-conceito” é o seu grau de resistência à mudança: quando uma pessoa tem uma ideia pré-concebida é capaz de retificar os seus julgamentos erróneos quando confrontada com nova informação; enquanto os preconceitos são ativamente resistentes a qualquer evidência desconfirmatória, sendo que o nível de resistência emocional tende a aumentar quando o preconceito é ameaçado.

A obra de Allport constitui um dos marcos fundamentais do estudo do preconceito e a sua herança é bem visível em muitas das definições posteriores. Algumas definições de “preconceito” realçam sobretudo dimensões cognitivas, outras salientam dimensões afetivas, enquanto outras remetem também para as tendências comportamentais. Por exemplo, Rupert Brown (1995) apresenta uma definição de “preconceito” que engloba as três dimensões clássicas das atitudes: “a adesão a atitudes ou crenças cognitivas depreciativas, a expressão de afeto negativo, ou a manifestação de comportamento hostil ou discriminatório em relação a membros de um grupo tendo em conta a sua pertença a esse grupo” (p. 8). Estas três dimensões estão também presentes na definição apresentada por Jackson et al. (1998):

o preconceito é geralmente considerado como uma atitude ou conjunto de atitudes face a um grupo, abrangendo um conjunto de sentimentos negativos (afetos), crenças (estereótipos) e intenções (disposições comportamentais) para agir desfavoravelmente em relação a grupos ou membros de grupos. (p. 110)

Ambas as definições apresentadas remetem para a conceção do preconceito como uma atitude, seguindo a proposta de Allport (1954/1979). No entanto, diversos autores consideram que o preconceito não é simplesmente uma atitude. Na opinião de Blumer (1958), “o preconceito racial traduz-se basicamente numa consciência da posição social do grupo racial mais do que num conjunto de sentimentos que os membros de um grupo racial têm face aos membros de outro grupo racial” (p. 3). Posteriormente, Jones (1972) propõe uma definição que visa a articulação entre estas duas conceções, definindo o preconceito como “uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou um grupo, baseada num processo de comparação social no qual o grupo de pertença é tomado como ponto de referência. A manifestação comportamental do preconceito é a discriminação” (pp. 3–4), cujo objetivo é manter a posição favorável do próprio grupo. Recentemente, e a partir destes contributos prévios (e.g. Allport 1954/1979; Jones, 1972), Lima (2023) esquematiza um conjunto de dimensões do preconceito entendido enquanto atitude que envolve uma componente cognitiva (crenças e estereótipos), afetiva (antipatias e aversões) e comportamental (tendências para a discriminação). Explora, ainda, um conjunto de teorias sobre os “novos preconceitos”, ou formas de expressão disfarçadas ou veladas devido às pressões das normas e dos princípios da igualdade.

A definição de “preconceito” de Jones (1972) é semelhante à que foi proposta pelo sociólogo W. G. Sumner no seu trabalho sobre etnocentrismo (1906/1940). Na aceção de Sumner (1906/1940), o etnocentrismo é “uma forma de ver em que o grupo de pertença é o centro do universo e todos os outros são avaliados tendo como referência o grupo próprio” (p. 13). Segundo o autor, cada grupo cultiva o seu orgulho e vaidade próprios, exhibe ritualmente a sua superioridade, exalta os seus próprios deuses e considera com desconfiança os “estrangeiros”. Cada grupo pensa que os seus próprios costumes e normas são os melhores, e vê-se como o único detentor da “verdade”. Na opinião de Sumner, o etnocentrismo é um fenómeno universal (observável em todos os povos humanos) e global (envolvendo componentes cognitivas, afetivas, avaliativas e comportamentais). Segundo o autor, cada grupo se definiria a si mesmo como o único representante da “humanidade”, excluindo os outros e elegendo o “nós” como o “verdadeiro Homem”, por oposição ao “outro”, que seria em certo grau “desumanizado” (Sumner, 1906/1940).

No entanto, quando falamos de “desumanização” do outro estamos ainda no domínio do etnocentrismo ou entrámos já no âmbito do racismo? É um assunto que continua em debate. Ao longo da história da humanidade determinados grupos desenvolveram ideologias que lhes permitiram legitimar o tratamento desumano infligido a outros

grupos. Entramos então no domínio da dominação simbólica (Amâncio, 1997): determinados grupos (dominantes) desenvolveram ideologias que lhes permitiram legitimar o tratamento “desumano” dos outros grupos (dominados). O “Homem Branco” nos últimos séculos tem efetuado uma ação sistemática para levar outros grupos a partilhar a sua “definição de realidade”, na qual ele representa a “universalidade”, enquanto os outros são remetidos para a “especificidade” de determinado papel, servindo os interesses dos que se situam no topo da hierarquia simbólica (Amâncio, 1998; Chombart de Lauwe, 1983–1984).

Como tem sido demonstrado por inúmeros estudos na área da psicologia social, esse sistema de dominação simbólica pode conduzir os membros dos grupos dominados a uma visão negativa do seu próprio grupo, o que implica efeitos nefastos para a autoestima dos indivíduos (Lewin, 1948/1997; Phinney, 1990). As consequências sobre a autoestima dependem da percepção da legitimidade da discriminação. Os membros dos grupos dominados podem interiorizar a sua suposta inferioridade, tomando como legítima a posição dos grupos dominantes (e.g., Jost & Banaji, 1994). Numerosos estudos demonstram os impactos negativos da baixa autoestima na capacidade de realização académica e profissional dos membros de grupos de baixo estatuto social, o que conduz perversamente à autoconfirmação da “profecia” que recai sobre eles (e.g., Merton, 1949/1968).

Frequentemente, os próprios alvos do racismo interiorizam a hierarquia que lhes é transmitida, o que funciona como estigma (Goffman, 1959/1989). No entanto, quando os membros dos grupos dominados tomam consciência da arbitrariedade e ilegitimidade da discriminação, reivindicam uma identidade positiva e não sentem a sua autoestima ameaçada (e.g., Khan, 1998). É frequente que pessoas de grupos marginalizados, em contextos de lutas coletivas contra a discriminação, recorram a autodesignações que coincidem com as usadas nos discursos racistas. Pode-se argumentar que utilizar essas mesmas autodesignações racializadas é uma forma de ressignificar os estereótipos negativos a elas atribuídos, como parte da estratégia de criatividade social (Tajfel, 1982).

O racismo partilha alguns aspetos com o etnocentrismo: a diferenciação face ao outro, diferenciação essa que é acompanhada por uma inferiorização do outro. No entanto, possui aspetos distintos, tanto no grau com que a “desumanização” do outro é operada cognitivamente, como na forma como é mantida e reforçada socialmente (Cabecinhas, 2017).

No seio da psicologia social, o racismo é geralmente considerado como um tipo particular de preconceito em que os alvos da atitude negativa são pessoas de determinada “raça”. Por exemplo, Richards (1997) define o racismo da seguinte forma: “o termo racismo será usado para referir atitudes e práticas que sejam explicitamente hostis em relação a pessoas definidas como pertencendo a outra ‘raça’” (p. xi). Outras definições especificam que a “raça” em questão é a “raça negra”. Por exemplo, Essed (1991) define o racismo como “cognições, ações e procedimentos que contribuem para o desenvolvimento e perpetuação de um sistema em que os Brancos dominam os Negros” (p. 39). Esta definição salienta os aspetos estruturais do racismo: o desenvolvimento e manutenção de um sistema social, sistema esse que favorece uma “raça” — os brancos — em detrimento de uma outra — os negros. No entanto, quando a definição de racismo é restringida a um alvo específico, poderá conduzir ao esquecimento de outras das suas vítimas.

Algumas definições salientam os aspetos ideológicos do racismo e o facto deste implicar uma hierarquização dos grupos sociais. Por exemplo, Bobo e Fox (2003) definem o racismo como “um conjunto de condições institucionais de desigualdade e uma ideologia de dominação racial, sendo esta última caracterizada por um conjunto de crenças

que sustentam que o grupo racial subordinado é biológica ou culturalmente inferior ao grupo racial dominante” (p. 319).

A ênfase nos aspetos ideológicos e institucionais do racismo é particularmente evidente nos trabalhos desenvolvidos fora da psicologia social. De facto, no seio desta disciplina são frequentes os trabalhos que estudam o fenómeno numa perspectiva a-histórica e sem ter em conta as assimetrias de estatuto e de poder envolvidas. No entanto, a compreensão deste complexo fenómeno exige a convocação de diversos níveis de análise (Doise, 1982), alguns dos quais têm sido negligenciados pela psicologia social *mainstream*.

Em contrapartida, a literatura sociológica tem enfatizado sobretudo as dimensões ideológicas e institucionais do racismo (e.g., Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995), aspetos que só mais tardiamente começaram a ser explorados no âmbito da psicologia social (e.g., Cabecinhas, 2002; Cabecinhas & Amâncio, 1999, 2004). Enquanto ideologia, o racismo consiste num sistema de crenças fabricado na ciência com objetivos políticos evidentes: legitimar um sistema social com fortes desigualdades sociais que estabelece claramente a posição que os diferentes grupos humanos deveriam ocupar na hierarquia social, grupos esses definidos e reconhecidos a partir de características físicas que era suposto traduzirem as suas capacidades intelectuais e as suas aptidões.

Ao longo da história, o racismo tem variado nos seus alvos, nos mitos que o legitimam (inferioridade intelectual ou moral, perigosidade, incompatibilidade de culturas, etc.), nos interesses a que serve (exploração de mão de obra, manutenção da pureza racial, preservação da identidade nacional) e nos modos de atuação (extermínio, perseguição, expulsão, segregação ou exclusão simbólica). Neste sentido, é muito difícil delimitar o conceito sem cair em demasiadas restrições e sem o alargar demasiado (e.g., Miles, 1989/1995; Taguieff, 1997). Por um lado, alargar demasiado o conceito pode contribuir para a sua banalização, por outro, restringir em demasia é insuficiente para compreender a abrangência do fenómeno.

No seio da antropologia, van den Berghe (1967) propôs uma das definições mais influentes de racismo:

um conjunto de crenças que sustentam que as diferenças orgânicas geneticamente transmitidas (reais ou imaginárias) entre grupos humanos estão intrinsecamente associadas com a presença ou ausência de certas capacidades ou características socialmente relevantes, portanto tais diferenças são a base legítima para injustas distinções entre grupos socialmente definidos como raças. (p. 11)

Nesta definição está implícita a ideia de inferiorização e hierarquização entre os grupos, grupos esses que são percebidos como “raças”¹ — isto é, não se trata de “raças” de facto, mas sim de um processo de racialização. É importante acrescentar que a percepção das diferenças físicas “reais ou imaginárias”² é ela própria resultante das assimetrias de poder e de estatuto entre os grupos, já que é a existência de um padrão de referência previamente estabelecido que permite a percepção da diferença (e.g., Amâncio, 1998;

1 Quando nos referimos a “raças” e a “grupos étnicos” estamos a referir-nos a grupos racializados ou etnicizados.

2 É precisamente porque as diferenças físicas nem sempre são pertinentes para as classificações raciais que, ao longo da história, grupos discriminados foram obrigados a usar sinais distintivos, como sucedeu, por exemplo, com os judeus durante o nazismo.

Deschamps, 1982). Neste sentido, só as minorias³ são percebidas como diferentes (e.g., Wieviorka, 1992/1995).

Ao procedermos à contextualização do racismo do ponto de vista histórico é importante referir brevemente alguns acontecimentos-chave que marcaram as relações entre grupos humanos “racializados”, discutindo sumariamente os modos de expressão do que se convencionou chamar os “velhos racismos” e os “novos racismos”.

Racismos na Atualidade

Na história da humanidade sempre existiram fenómenos de discriminação violenta associados à crença na superioridade de um grupo face a outros. Porém, a noção de “raça” como critério para a diferenciação entre grupos humanos é relativamente recente em termos históricos (Fredrickson, 2002; Jahoda, 1999).

Doug Jenness (1992/2001) argumenta que no início do período colonial, entre os séculos XVI e XVIII, a justificação para a discriminação dos povos colonizados tinha por base fatores de ordem cultural, nomeadamente a religião e o alegado “grau de civilização”. Mas à medida que o colonialismo europeu se foi desenvolvendo, era necessário encontrar uma justificação para o tráfico de pessoas escravizadas e para o recurso massivo ao trabalho forçado e outras formas de exploração. A ideia de “raça”, construída na modernidade, serviu para legitimar a escravatura e tornou-se um dos pilares do sistema ideológico que susteve o colonialismo europeu.

O Iluminismo e o desenvolvimento da ciência moderna conduziram à formulação das primeiras teorias sobre a hierarquização dos seres humanos (e.g., Amâncio, 1998; Jahoda, 1999). A ciência moderna, desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, definiu hierarquias claras que se traduziram na exclusão sistemática de vários grupos humanos aos quais não eram reconhecidas as qualidades humanas superiores (as mulheres, os “selvagens”), grupos esses percebidos como mais próximos da natureza do que da cultura (e.g., Chombart de Luawe, 1983–1984; Guillaumin, 1992), dicotomia que hoje ainda se faz muito presente (para uma visão crítica, ver Chaparro & de Andrés, 2022).

O pensamento científico do Iluminismo tem sido apontado como a base científica para o que mais tarde viria a caracterizar o “racismo científico”. A noção de “raça” estabelece uma ligação direta entre características físicas visíveis (fenótipo) e características profundas (genótipo), explicativas das diferentes aptidões e capacidades dos indivíduos. Esta noção apoiou-se na antropologia física clássica, que utilizava critérios morfológicos como a cor da pele, a forma craniana, a textura do cabelo, entre outros. As classificações que resultavam da aplicação desses critérios eram contraditórias e muito variáveis, mas essa variabilidade de resultados e ausência de rigor foi muitas vezes escamoteada (Gould, 1981/1990). O número de “raças” humanas e a sua designação variava em função das

3 O uso contemporâneo do termo “minoría” reveste-se de uma grande ambiguidade. Este termo tanto pode designar simplesmente uma minoria quantitativa (isto é, em estatuto numérico) como uma minoria qualitativa (isto é, em estatuto social, prestígio ou poder). Por exemplo, na grande maioria dos casos os imigrantes são grupos duplamente minoritários (em termos quantitativos e qualitativos). Outros grupos constituem minorias qualitativas, apesar de serem maiorias quantitativas: por exemplo, os “negros” durante o regime do *apartheid* na África do Sul. De igual modo, podemos observar minorias quantitativas que são maiorias qualitativas: por exemplo, as elites políticas (Lorenzi-Cioldi, 2002). Recentemente, no contexto da crise financeira mundial, o movimento “We are the 99%”, *slogan* cunhado pelo Occupy Movement, lançou luz sobre as desigualdades entre o 1% mais rico da população, que dispõe de privilégios políticos, económicos e sociais, em detrimento dos demais 99% (ver: <http://wearethe99percent.us/>).

diversas teorias raciais propostas. No entanto, todas as teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva desigualitária e hierarquizadora, “ocupando invariavelmente os brancos o topo dessa hierarquia” (Cunha, 2000, p. 194).

Charles Darwin (1871) salientou a origem comum de todas as raças humanas e a superficialidade das diferenças raciais observadas. No entanto, apesar do seu esforço para combater as teorias que advogavam a origem separada das raças humanas, a sua teoria da evolução foi interpretada de formas contraditórias, servindo de inspiração para as teorias eugenistas que viriam a desenvolver-se mais tarde. Uma das referências marcantes do “racismo científico” foi Francis Galton (1883, como citado em Gould, 1981/1990), fundador de um laboratório de eugenia com vista ao aperfeiçoamento da espécie humana. Galton argumentou em defesa da eliminação progressiva dos “indesejáveis” da sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização e, simultaneamente, tentou proteger, aperfeiçoar e multiplicar os indivíduos considerados “mais aptos”.

Em meados do século XIX, os cientistas desenvolveram métodos de medição supostamente rigorosos (volume da caixa craniana, tempos de reação, testes de inteligência, etc.). Quaisquer que fossem os critérios utilizados pelos cientistas, os brancos eram sempre posicionados no topo da escala e os negros em baixo (para revisões, ver Cabecinhas, 2017; Lima, 2024; Montagu, 1997; Richards, 1997).

No final do século XIX, as doutrinas raciais estavam extremamente divulgadas na Europa e nos Estados Unidos da América. O determinismo biológico marcou profundamente a ciência moderna e propagou-se ao pensamento leigo, tornando-se um verdadeiro fenómeno social. Isto é, o discurso “científico” da época estimulou e legitimou o discurso racista do senso comum, sendo essa herança ainda visível nos dias de hoje, apesar da desacreditação científica das teorias racistas após a Segunda Guerra Mundial.

Aimé Césaire (1950/1978) realçava já no século passado o papel de historiadores, escritores, sociólogos, psicólogos, entre outros cientistas, na propagação de discursos “científicos” que não raras vezes enfatizavam a inferioridade das pessoas negras, legitimando a manutenção do racismo. Patrícia Ferraz de Matos (2006), a este propósito, também refere que o conhecimento antropológico foi essencial para a subjugação das colónias e para a legitimação de teorias que caracterizavam as populações por estádios de desenvolvimento hierarquizados.

No que diz respeito a Portugal, o historiador Valentim Alexandre (1999) defende que a ideologia dominante no país durante o período colonial era extremamente etnocêntrica e desigualitária. No discurso das elites, o trabalho forçado e outras formas de escravatura eram considerados fundamentais para que as colónias africanas fossem rentáveis economicamente e a igualdade de direitos era considerada como uma simples utopia. A política colonial opressora era justificada através dos argumentos do “racismo científico” (Alexandre, 1999).

Durante o Estado Novo realizaram-se diversos congressos coloniais onde cientistas, políticos, militares e religiosos expuseram as suas teses sobre a “missão civilizadora” do povo português e debateram as práticas a implementar para conseguir uma melhor adesão dos diversos povos dos territórios ocupados à hegemonia dos “valores portugueses” (Cabecinhas & Cunha, 2003). As pessoas negras eram vistas como “crianças grandes”, incapazes de dominar os seus impulsos e de tomar conta de si próprias. A imagem dos “negros” oscilava entre a atração do exótico (o batuque, as danças, os ritmos e corpos sensuais) e a repulsa (a agressividade, a perigosidade, a feitiçaria e a sexualidade descontrolada eram algumas das características mais mencionadas). Durante este período, os negros eram

vistos essencialmente como uma força de trabalho braçal, sendo submetidos a regimes de trabalho forçado.

Após a Segunda Guerra Mundial, num contexto político e social europeu onde o princípio da “assimilação” fora substituído por uma cada vez maior autonomia e mesmo independência, a teorização de Gilberto Freyre (1933/1992) – segundo o qual os portugueses teriam uma especial aptidão para lidar com os povos dos trópicos e para a “miscibilidade” – foi seletivamente apropriada pelo regime e transformou-se num instrumento de justificação para a afirmação da especificidade do colonialismo português (ver Castelo, 1999). O recurso ao luso-tropicalismo acentuou-se na fase final do regime, após a eclosão das guerras coloniais nos territórios de África, servindo nomeadamente de suporte ideológico das reformas efetuadas, de que se destaca a abolição do estatuto do indigenato (Alexandre, 1999). Este mito do luso-tropicalismo não se dissipou com o fim do império colonial em 1975, continuando a circular na sociedade portuguesa ainda nos dias de hoje, inclusive nos discursos de jovens, sem experiência direta do colonialismo, que tendem a atribuir comportamentos considerados preconceituosos às gerações mais velhas, procurando diferenciar-se positivamente em relação às atitudes destas gerações (e.g. Macedo, 2016; Macedo et al., 2023).

Como referimos anteriormente, após a Segunda Guerra Mundial verificou-se um ponto de viragem no posicionamento político e científico face à “raça”. O genocídio de milhões de judeus e ciganos, em nome da pureza racial, alertou o mundo para os efeitos perversos do pensamento racista. Após o Holocausto, poucos cientistas continuaram a defender abertamente hierarquias raciais e, no mundo político, diversas medidas foram tomadas no sentido de promover a igualdade entre os seres humanos.

Um dos marcos fundamentais na implementação das políticas de igualdade foi a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948. Nas décadas seguintes, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura promoveu amplas investigações interdisciplinares sobre a questão racial que deram origem a quatro declarações sobre a “raça” agrupadas no livro *Le Racisme Devant la Science* (Racismo Diante da Ciência; Organisation des Nations Unies pour l’Éducation, la Science et la Culture, 1973). Neste livro procede-se a uma desmontagem detalhada do caráter falacioso das “provas” da superioridade branca e recomenda-se o abandono da palavra “raça” no meio científico e o uso de designações consideradas menos discriminatórias, por exemplo, “grupo étnico”.

Desde então, o termo “grupo étnico” tem sido empregue para referir grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante. Todavia, o pensamento leigo acompanhou esta deslocação da “raça” para os “grupos étnicos”, sendo as “práticas culturais” percebidas como rígidas e imutáveis, e até mesmo geneticamente herdadas (Rex, 1986). Assim, frequentemente a cultura não é entendida como algo fluido e dinâmico, mas como algo fixo análogo à “raça”. Como salientámos anteriormente, apenas os grupos destituídos de poder ou de estatuto social são objeto deste processo. Assim, o deslocamento da percepção das diferenças entre os grupos humanos do pólo das características biológicas para o pólo das características culturais permanece um processo de naturalização da diferença, isto é, a um processo de racialização seguiu-se um processo de etnicização (Vala et al., 1999).

Apesar de estar cientificamente desacreditado, o mito da “raça” (Montagu, 1997) continua a persistir no pensamento leigo. Na maioria dos países ocidentais, a aplicação dos princípios de igualdade contidos nas declarações e leis que se foram produzindo ao longo da segunda metade do século XX conferiu um padrão legal a esses princípios, reconhecendo

a discriminação com base em critérios raciais como crime grave. No entanto, verifica-se um enorme abismo entre a legislação e a sua aplicação.

Segundo Augoustinos e Reynolds (2001),

o racismo contemporâneo justifica e legitima as desigualdades entre grupos, não com base na biologia ou na “cor da pele”, mas com o argumento que determinados grupos violam valores sociais fundamentais, tais como a ética do trabalho, autonomia, autodisciplina e realização individual. (p. 3)

Na década de 1970, à medida que os afro-americanos conquistavam um maior protagonismo social e ocupavam lugares até aí reservados à maioria branca, na sequência do fim da segregação racial, foi crescendo nos euro-americanos um sentimento de “ameaça”. Estas alterações políticas e sociais levaram os cientistas sociais a desenvolver novos conceitos com o objetivo de estabelecer uma distinção entre as expressões tradicionais e as novas formas de racismo (e.g., Gaertner & Dovidio, 1986; Jones, 1972; Katz & Hass, 1988; McConahay, 1986; Sears, 1988). A renovação conceptual ocorreu inicialmente no sentido de apreender as novas expressões de racismo no seio da sociedade norte-americana e, em seguida, alargou-se aos países europeus, para caracterizar as formas de racismo contemporâneas em relação aos imigrantes e minorias étnicas.

Por exemplo, Pettigrew e Meertens (1995) distinguiram duas expressões do racismo nas sociedades ocidentais contemporâneas: o racismo flagrante e o subtil. Segundo os autores, a relação dos indivíduos com a norma antirracista pode assumir três formas: rejeição, aceitação ou internalização. Os indivíduos que rejeitam a norma antirracista não se inibem de exprimir publicamente o racismo tradicional, sendo as suas respostas claramente antinormativas (racismo flagrante). Os indivíduos que aceitam a norma não exprimem o racismo na sua forma tradicional, mas manifestam expressões mais subtis de racismo que não violam a norma antirracista, uma vez que esta incide apenas sobre as expressões tradicionais do racismo (racismo subtil). Por sua vez, os que internalizaram a norma, rejeitam ambas as formas de racismo, uma vez que a norma antirracista se enquadra no quadro de valores igualitários mais gerais (igualitarismo). O racismo flagrante encontra-se associado à diferenciação no plano biológico (racialização), enquanto o racismo subtil se associa à diferenciação no plano cultural (etnicização), embora ambos se encontrem correlacionados.

Nos anos 1990, os crescentes fluxos de imigração na Europa e o aumento da visibilidade da discriminação racial e étnica levaram à criação do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, do qual Portugal se tornou membro. As políticas adotadas em Portugal relativamente à imigração e ao combate à discriminação têm estado, de uma maneira geral, em consonância com as preconizadas pela União Europeia, embora haja consideráveis variações entre os países da união. Diversos organismos foram sendo criados assim como um conjunto de legislações específicas no sentido de combater o racismo na esfera pública.

A partir do final da década de 1990, a problemática da imigração tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na opinião pública portuguesa. O discurso político oficial tem sido um discurso antidiscriminação e de incentivo à “integração dos imigrantes” e “minorias étnicas” na sociedade portuguesa, mas tal como se verifica noutros países europeus, a discriminação racial persiste de forma insidiosa. Rodríguez Maeso e Araújo (2017) analisam os discursos políticos sobre integração e discriminação em contextos institucionais portugueses e da União Europeia (UE) desde a década de 1990, argumentando que o discurso dominante da integração e da diversidade cultural concebe o racismo como externo à cultura política europeia, pertencendo a uma problemática universal de interações

culturais/alteridade. Estes discursos assinalam maioritariamente a necessidade de agir politicamente sobre as chamadas populações “vulneráveis”, enquanto as disposições institucionais e as práticas quotidianas permanecem incontestadas.

As expressões de racismo estão extremamente dependentes do contexto histórico e social. Atualmente, nas sociedades ocidentais, assiste-se à permanência de fenómenos racistas, mas estes são cada vez menos justificados pela perceção de diferenças raciais e cada vez mais pela perceção de diferenças culturais ou religiosas. No entanto, na esfera pública, representações essencializadas das diferenças dos grupos sociais tornaram-se formas reificadas de dar sentido à diferença, mesmo perante as afirmações científicas em contrário. Os resultados de diversos estudos (e.g., Cabecinhas, 2017; Ramos et al., 2020; Vala, 2021) mostram que o racismo sofreu uma metamorfose nas suas formas de expressão, mas as grandes clivagens entre grupos humanos permanecem. Ramos et al. (2020), num estudo em 20 países europeus, verificaram que as pessoas estão mais dispostas a admitir que algumas culturas são muito melhores que outras do que a admitir que alguns grupos nascem mais inteligentes e mais aptos a trabalhar do que outros. Em mais de metade dos países, incluindo Portugal, 30% ou mais dos entrevistados acreditam na superioridade natural de alguns grupos humanos. Os resultados evidenciam que quanto maior é a crença no racismo biológico e cultural, maior é a oposição à imigração e o apoio a critérios étnicos na seleção de imigrantes (por exemplo: brancos, cristãos e com o domínio da língua do país anfitrião). À semelhança dos estudos anteriores já referidos, os autores concluem, ainda, que a atribuição de inferioridade cultural de alguns grupos sociais é menos antinormativa do que a biológica. Contudo, as expressões flagrantes de preconceito não desapareceram. Pelo contrário, o “discurso de ódio” ressurgiu com particular intensidade na esfera pública neste novo milénio (e.g., Soral et al., 2018) aspeto que será retomado no último capítulo.

A este propósito, como sugere Augustinos (2009), em vez de discutir sobre que teorias ou definições de racismo são mais legítimas – antigas ou novas, biológicas ou culturais – talvez seja mais proveitoso, reconhecer a natureza multifacetada, contraditória e ambivalente do racismo contemporâneo e teorizar a coexistência de “múltiplos racismos” que continuam a oprimir e a marginalizar populações minorizadas e a legitimar e justificar desigualdades. Não deixa de ser fundamental, ainda, desmitificar a ciência, reconhecendo a relação circular entre ciência e política na história da psicologia social e a forma como o conhecimento científico se institucionaliza e as ideologias de cariz sociopolítico orientam o pensamento científico (Glăveanu, 2009). Como assinala Howarth (2010), é necessário sermos vigilantes na nossa própria investigação, para não essencializarmos ou reificarmos a ideia de “raça” em todas as áreas de interação, incluindo na nossa prática profissional.

De salientar ainda que contributos teóricos pioneiros realizados por pessoas racializadas no estudo do racismo só muito tardiamente foram devidamente reconhecidos. Entre os muitos exemplos, cabe destacar os trabalhos pioneiros de Clark e Clark (1940), sobre os processos de identificação racial e autoestima das crianças negras nos Estados Unidos da América, cujo procedimento experimental foi adaptado em programas de televisão (sem a devida referência e reconhecimento) em diversos países europeus, incluindo Portugal. A obra de Frantz Fanon (1952) também só muito tardiamente viria a ser reconhecida pela psicologia social, tendo o autor desempenhado um papel fundamental na denúncia da violência epistémica na psiquiatria dominante e a emergência da abordagem da psicologia da libertação e/ou viragem decolonial na psicologia social e em outras ciências sociais e humanas.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Alexandre, V. (1999). O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Ed.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 133–144). Celta.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley. (Trabalho original publicado em 1954)
- Amâncio, L. (1997). The importance of being male: Ideology and context in gender identities. *International Review of Social Psychology*, 10(2), 79–94.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo - Dois exemplos de exclusão do 'outro'. In H. G. Araújo, M. Santos, & P. C. Seixas (Eds.), *Nós e os outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79–88). S.P.A.E.
- Augoustinos, M., & Reynolds, K. J. (Eds.). (2001). *Understanding prejudice, racism, and social conflict*. SAGE.
- Augustinos, M. (2009). Racism(s): One or many? *International Journal of Psychology*, 44(1), 43–45. <https://doi.org/10.1080/00207590802057944>
- Blumer, H. (1958). Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, 1(1), 3–7.
- Bobo, L., & Fox C. (2003). Race, racism and discrimination: Bridging problems, methods, and theory in social psychological research. *Social Psychology Quarterly*, 66(4), 319–332.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Blackwell.
- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In J. A. Bragança de Miranda & J. F. Silveira (Eds.), *As ciências da comunicação na viragem do século* (pp. 407–418). Vega.
- Cabecinhas, R. (2017). *Preto e branco. A naturalização da discriminação racial*. Húmus.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of others as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58, 40–50.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.), *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação* (pp. 139–146). APS.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2003). Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'. *Estudos do Século XX*, 3, 157–184.
- Costa-Lopes, R., António, J., & Góis, P. (2024). *Barómetro da imigração: A perspectiva dos portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Castelo, C. (1999). "O modo português de estar no mundo": O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–61). Edições Afrontamento.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo* (N. de Sousa, Trad.). Livraria Sá da Costa Editora. (Trabalho original publicado em 1950)
- Chaparro, M., & de Andrés, S. (2022). *Comunicación radical. Despatricularizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática*. Gedisa Editorial.
- Chombart de Luawe, M.-J. (1983–1984). La représentation des catégories sociales dominées, rôle social, intériorisation. *Bulletin de Psychologie*, 37(366), 877–886.

- Clark, K.B., & Clark, M.P. (1947). Racial identification and preference in negro children. In Maccoby, E. E., Newcomb, T. M., & Hartley, E. L. (Eds.). (1947/1958). *Readings in social psychology* (3.^a ed.; pp. 602–611). Henry Holt and Company, Inc.
- Cunha, M. I. (2000). A natureza da ‘raça’. *Sociedade e Cultura* 2. *Cadernos do Noroeste*, 13(2), 191–203.
- Darwin, C. (1871). *The descent of man*. John Murray.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85–98). Cambridge University Press.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Essed, P. (1991). *Understanding every day racism: An interdisciplinary theory*. SAGE.
- Fanon, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Éditions du Seuil.
- Fredrickson, G. M. (2002). *Racism: A short history*. Princeton University Press.
- Freyre, G. (1992). *Casa grande e senzala*. Editora Record. (Trabalho original publicado em 1933)
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61–89). Academic Press.
- Glăveanu, V. (2009). Race psychology between “guilty science” and “innocent politics”. *Europe's Journal of Psychology*, 5(3), 82–95. <https://doi.org/10.5964/ejop.v5i3.256>
- Goffman, E. (1989). *A representação do eu na vida quotidiana* (M. C. Raposo, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1959)
- Gould, S. J. (1990). *O polegar do panda: Reflexões sobre a história natural* (C. Brito & J. Branco, Trans.). Gradiva. (Trabalho original publicado em 1981)
- Guillaumin, C. (1992). *Sexe, race et pratique du pouvoir: L'idée de nature*. Côté-femmes.
- Howarth, C. (2010). I hope we won't have to understand racism one day: Researching or reproducing race in social psychological research? *British Journal of Social Psychology*, 48(3), 407–426. <https://doi.org/10.1348/014466608X360727>
- Jackson, J. S., Brown, K. T., & Kirby, D. C. (1998). International perspectives on prejudice and racism. In L. E. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting racism: The problem and the response* (pp. 101–135). Sage.
- Jahoda, G. (1999). *Images of savages: Ancient roots of modern prejudice in Western culture*. Routledge.
- Jenness, D. (2001). Origins of the myth of race. In E. Cashmore & J. Jennings (Eds.), *Racism: Essential readings* (pp. 304–310). SAGE. (Trabalho original publicado em 1992)
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. McGraw-Hill.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x>
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(6), 893–905. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.55.6.893>
- Khan, S. (1998). *Jovens ‘negros’ imigrantes num processo de aculturação* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa].
- Lewin, K. (1997). *Resolving social conflicts & field theory in social science*. APA. (Trabalho original publicado em 1948)
- Lima, M. L. (2023). Preconceito. In A. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 405–444). Blucher Open Access.
- Lima, M. L. (2024). *Contribuições da psicologia social para o entendimento do racismo no Brasil*. Editora Blucher.

- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés – Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Macedo, I. M. (2016). *Migrações, memória cultural e representações identitárias: A literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/48712>
- Macedo, I., Balbé, A., & Cabecinhas, R. (2023). Cultura visual, educação e comunicação intercultural: Grupos de discussão com estudantes no ensino secundário português. *Educação em Foco*, 26(48), 1–22.
- Matos, P. F. (2006). *As cores do império: Representações raciais no império colonial português*. Instituto de Ciências Sociais.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91–125). Academic Press.
- Merton, R. (1968). *Sociologia – Teoria e estrutura* (M. Mailliet, Trad.). Editora Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1949)
- Miles, R. (1995). *Racism*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1989)
- Montagu, A. (1997). *Man's most dangerous myth - The fallacy of race*. SAGE.
- Organisation des Nations Unies pour L'éducation, la Science et la Culture. (1973). *Le racisme devant la science*. Gallimard.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57–75. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>
- Phinney, J. S. (1990). Ethnic identity in adolescents and adults: Review of research. *Psychological Bulletin*, 108(3), 499–514. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.3.499>
- Ramos, A., Pereira, C. R., & Vala, J. (2020). The impact of biological and cultural racisms on attitudes towards immigrants and immigration public policies. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(3), 574–592. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1550153>
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia* (M.F. G. de Azevedo, Trad.). Editorial Estampa.
- Richards, G. (1997). *'Race', racism and psychology: Towards a reflexive history*. Routledge.
- Rodríguez Maeso, S., & Araújo, M. (2017). The (im)plausibility of racism in Europe: Policy frameworks on discrimination and integration. *Patterns of Prejudice*, 51(1), 26–50. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2016.1270500>
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In P. A. Katz & D. A. Taylor (Eds.), *Eliminating racism: Profiles in controversy* (pp. 53–84). Plenum Press.
- Soral, W., Bilewicz, M., & Winiewski, M. (2018). Exposure to hate speech increases prejudice through desensitization. *Aggressive Behavior*, 44(2), 136–146. <https://doi.org/10.1002/ab.21737>
- Sumner, W. G. (1940). *Folkways: A study of the social importance of usages, manners, customs mores, and morals*. Ginn and Company. (Trabalho original publicado em 1906)
- Taguieff, P. A. (1997). *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*. Flammarion.
- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Eds.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13–24). Livros Horizonte.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J. (2021). *Racismo hoje. Portugal em contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- van den Berghe, P. L. (1967). *Race and racism. A comparative perspective*. John Wiley & Sons.
- Wieviorka, M. (Ed.). (1995). *Racismo e modernidade* (L. de Barros, Trad.). Bertrand. (Trabalho original publicado em 1992)

Material Suplementar

Apresentação de Marcus Eugênio Oliveira Lima, de 2024: Conheça: “Contribuições da psicologia social para o entendimento do racismo brasileiro, disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=Ncra_pQKi8o

Curta-metragem com a ativista Evalina Gomes Dias: Pereira, A. C., Macedo, I., Mesquita, B., Correia Borges, G., Januário, M., Sá, A., & Cabecinhas, R. (2024). “Sempre em nós”: Entrevista a Evalina Gomes Dias [Conjunto de dados]. Repositório de Dados da Universidade do Minho. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/ARR42Z>

Guia da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre o combate ao racismo e à discriminação, publicado em 2023 (em inglês): <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387454>

Diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para combater o racismo em manuais educativos (material publicado em 2024, em inglês): <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388802>

Página da Organização das Nações Unidas sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (21 de março), que fornece informações e recursos sobre a temática: <https://www.un.org/en/observances/end-racism-day>

Vídeo do advogado e filósofo brasileiro Silvio Almeida sobre o racismo estrutural, de 2016, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>

Vídeo da filósofa brasileira Djamila Ribeiro sobre lugar de fala, de 2017, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=S7VQ03G2Lpw>

Memória Social, Média e Comunicação Intercultural

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.10>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0003-4107-3997>
isabelmacedo@gmail.com

Silvino Lopes Évora

Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde
<https://orcid.org/0000-0002-9216-1818>
silvino.evora@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Neste capítulo, discutimos o conceito de “memória social” e a sua relação com os processos identitários e as dinâmicas da esfera pública. O modo como cada grupo social interpreta o passado influencia o seu posicionamento no presente e as estratégias que delineia para o futuro. Neste sentido, o estudo da memória social é muito importante para compreender as relações interculturais no mundo contemporâneo. Ao evidenciar o carácter profundamente social, dinâmico e relacional da memória, o capítulo sublinha a sua centralidade nos processos de construção identitária, nas relações interculturais, nas disputas simbólicas no espaço público e na negociação de sentidos culturais. Ao analisar a memória social em articulação com os média, a educação e as práticas culturais, procurou-se assinalar o modo como as representações do passado são moldadas por enquadramentos hegemónicos, mas também desafiadas por narrativas contra-hegemónicas que emergem de grupos historicamente minorizados. A diversidade de memórias manifesta-se nas múltiplas leituras da história, visíveis em manuais escolares e produções mediáticas, mas também nos discursos de jovens, evidenciando as disputas simbólicas em torno da memória pública e o seu papel na transformação social. Assim, compreender os mecanismos comunicativos da memória, bem como os seus usos políticos e simbólicos, é fundamental para promover uma cidadania crítica, inclusiva e consciente da pluralidade de vozes e experiências que compõem as nossas sociedades. Apesar dos avanços na investigação, a maioria dos estudos tem-se centrado na forma como os grupos minorizados são retratados pelos média, sendo ainda muito escassos os estudos sobre a agência das pessoas migrantes e racializadas na produção mediática e na forma como estão a fomentar ativamente processos de transformação social através de diferentes formas de ativismo mnemónico.

Palavras-chave

memória social, média, relações interculturais, representações sociais da história, ativismos

Memória Social, Narrativas Mediáticas e Relações Interculturais

As dinâmicas da esfera pública influenciam e são influenciadas pela memória histórica, num processo em que o velho se mistura com o novo, transformando-se reciprocamente. É comum afirmar-se que a imprensa produz o primeiro rascunho da história, selecionando e determinando que acontecimentos devem ser recordados numa dada sociedade e como devem ser recordados. O modo como determinado acontecimento é reportado e a sua reatualização mediática regular por ocasião das efemérides contribui frequentemente para a criação e sedimentação de uma “história única” (Adichie, 2009), mas os média também podem desempenhar um papel fundamental na desocultação de histórias e memórias que foram durante muito tempo obscurecidas, dando visibilidade a memórias subalternizadas e questionando o *status quo* (Cabecinhas, 2024).

Frequentemente as palavras “memória” e “esquecimento” são usadas como antónimos, tomando a palavra “memória” como sinónimo de “lembrança” e a palavra “esquecimento” como sinónimo de “desmemória”. No entanto, a memória implica sempre uma seleção (voluntária ou involuntária) de memórias, pelo que lembrança e esquecimento estão intimamente ligados. De facto, “quando falamos da esfera pública, o ‘esquecimento’ não é aleatório nem inócuo, pois resulta de processos de seleção e filtragem, deliberados ou não, que reduzem substancialmente o espectro das recordações possíveis numa dada sociedade e contexto histórico” (Cabecinhas, 2023, p. 769).

Recordar algo é muito mais do que simplesmente reproduzir factos, implica um processo ativo de reconstrução. O processo de recordar é social, uma vez que os pontos de referência utilizados por cada pessoa para codificar, armazenar e recuperar informação são socialmente definidos, e as pistas contextuais desempenham um papel fundamental na evocação das recordações (Cabecinhas et al., 2006).

Reconhecer o carácter social da memória não implica pressupor uma uniformidade nas recordações. Cada pessoa recorda factos sobre o passado de um modo diferente, e grupos sociais distintos, face a um mesmo acontecimento, frequentemente têm memórias diversas e até antagónicas (e.g. Cabecinhas & Évora, 2008; Echabe & Castro, 1998).

As recentes perspetivas sobre a memória social na psicologia social resultam do aprofundamento dos estudos pioneiros conduzidos por Halbwachs (1925/1994, 1950/1968) e Bartlett (1928, 1932/1995). Tal aprofundamento passa necessariamente pela articulação entre a teoria da identidade social (ver Capítulo 6) e a teoria das representações sociais (ver Capítulo 7).

Maurice Halbwachs (1950/1968) considera a distinção entre diferentes tipos de memória: memória interna, pessoal ou autobiográfica; memória social ou coletiva; e memória histórica. Segundo o autor, a memória social diferencia-se da memória histórica por ser estruturada em função de uma pertença específica, ao passo que a memória histórica resulta da coexistência de várias memórias coletivas. Na nossa perspetiva, a distinção entre memória interna e externa é desadequada, já que toda a memória é simultaneamente interna e externa. Ou seja, a memória social e a memória pessoal são construídas em interações sociais, em que eventos específicos e interpretações particulares de eventos são destacados, partilhados, negociados e contestados, levando à fluidez de representações relativas aos eventos das nossas vidas, que contribuem para definirmo-nos a nós próprios, aos outros e ao mundo (Fivush, 2008).

Segundo Halbwachs (1925/1994), o indivíduo recorda através da palavra, sendo a linguagem, partilhada com os membros do seu grupo, que lhe fornece as categorias através das quais apreende a realidade. Halbwachs (1925/1994) chama a atenção para os “quadros coletivos” da memória, isto é, os instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado em função das questões do presente. Na compreensão dos quadros coletivos da memória é necessário ter em consideração duas coordenadas fundamentais: o tempo e o espaço. Em relação ao impacto do tempo, é preciso ter em conta que, por um lado, as pertenças sociais de cada indivíduo condicionam a sua experiência do tempo e, por outro, os momentos-chave do ciclo individual são socialmente reconhecidos e partilhados. A outra coordenada fundamental da vida social é o espaço. Para Halbwachs (1950/1968), o espaço constitui um quadro de referência de tal forma poderoso e persistente que se pode dizer que não existe qualquer memória coletiva que não se desenrole num dado quadro espacial. Assim, o autor sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço: os grupos “estão ligados naturalmente a um lugar, porque é o facto de estarem juntos num dado espaço que permite aos seus membros criar laços sociais” (Halbwachs, 1950/1968, p. 203). Assim, a memória social é intimamente ligada às dinâmicas identitárias, mas também às assimetrias materiais e simbólicas que moldam o nosso quotidiano.

Por seu turno, Paul Connerton (1989/1993) estabelece a distinção entre três tipos de memória: a memória pessoal que diz respeito à “história da vida de cada um”; a memória cognitiva pela qual os indivíduos recordam o significado de palavras, histórias, entre outras; e a memória-hábito, que consiste na capacidade de reproduzir determinada ação. Na opinião do autor, tem sido dispensada bastante atenção às duas primeiras formas de memória, mas a terceira tem sido bastante ignorada. Tal como é conceptualizada por Connerton, esta memória-hábito remete para os processos de aprendizagem, através dos quais os indivíduos incorporam valores e crenças que assim se tornam hábitos (cf. Bourdieu, 1979).

Connerton (1989/1993) chama a atenção para a importância da dimensão narrativa na transmissão da memória social. Na sua opinião, “as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais” (p. 48). No seu trabalho, o autor analisa detalhadamente duas dimensões específicas do complexo processo de transmissão da memória: as cerimónias comemorativas e as práticas corporais. Estas dimensões ajudam a compreender os mecanismos implicados na conservação social, pois ambas contêm “um certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte da sua importância e persistência como sistemas mnemónicos” (Connerton, 1989/1993, p. 124).

Por seu turno, Jan Assmann (2008) estabeleceu a distinção entre a “memória comunicativa” e a “memória cultural”, sendo que a primeira seria fruto da interação interpessoal quotidiana em contexto familiar ou entre pessoas muito próximas, enquanto a segunda seria cultivada por “operadores especializados” (líderes religiosos, professores, investigadores, artistas, etc.), sendo institucionalizada e preservada através de um conjunto de símbolos estáveis (objetos, filmes, música, dança, etc.), transmitidos de geração em geração num dado contexto cultural. Enquanto a memória comunicativa teria um tempo limitado, correspondendo geralmente ao “tempo de três gerações” (Assmann, 2008, p. 111), a memória cultural seria muito mais durável, podendo sobreviver séculos ou milénios. Nesta aceção, a memória comunicativa corresponde a uma “memória viva” sobre acontecimentos do passado recente, partilhados através da comunicação interpessoal quotidiana. Na memória cultural apenas algumas memórias sobrevivem sendo transmitidas de forma oral, escrita ou performativa, em festas e comemorações, em museus, escolas, e nos meios de comunicação social. De acordo com Assmann (2008), a estrutura de participação da memória cultural seria caracterizada por uma tendência ao elitismo, já que implicaria o “conhecimento

diferenciado” e processos de legitimação desse conhecimento. Na aceção de Cabecinhas (2023), “a distinção entre ‘memória comunicativa’ e ‘memória cultural’ não deve ser considerada em termos dualistas, já que comunicação é interação e sem interação não há recordação” (p. 770).

Tendo em conta que geralmente as imagens do passado legitimam uma ordem social presente, mas simultaneamente existem expressões de contestação a essa ordem, a memória social pode ser entendida como um “campo de disputa”, passando o controlo social e o exercício do poder pela capacidade de definir o que é memorável (Cabecinhas et al., 2006; Cunha, 2006).

Resumindo, podemos considerar que toda a memória é social, uma vez que os nossos pensamentos, desejos e emoções são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana. Nesta perspetiva, tão importante quanto entender o que recordamos, é compreender porque e como recordamos determinados acontecimentos e esquecemos outros. Assim, entendemos a memória como um produto socialmente construído, através dos processos comunicativos, e que reflete as identidades sociais dos indivíduos assim como as suas trajetórias pessoais, também elas marcadas pelo social (Cabecinhas et al., 2006; Marková, 2007; Páez et al., 2016).

Assim, o modo como cada grupo social (re)interpreta o seu passado tem implicações nas suas ações e vivências quotidianas, nas visões do presente e na definição de agendas para o futuro (Liu & Hilton, 2005). Licata e Klein (2005) consideram a memória coletiva “como um conjunto de representações do passado compartilhadas com base em uma identidade comum aos membros de um grupo” (p. 243), tomando como sinónimas as expressões “memória coletiva” e “representações sociais da história” (Liu & Hilton, 2005).

Nos últimos anos, têm sido realizados estudos sobre as representações sociais da história mundial utilizando metodologias semelhantes em diversos países, permitindo análises comparativas (e.g., Liu et al., 2009; Pennebaker et al., 2006). Tem sido observado um conjunto de tendências sistemáticas nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial: (a) centralidade da guerra e conflito – tendência a considerar eventos relativos a guerras, terrorismo, conflitos e revoluções entre os mais importantes da história mundial, em detrimento de outros tipos de eventos, por exemplo, os referentes a assuntos socioeconómicos ou a realizações científicas e tecnológicas; (b) efeito de recência – tendência para recordar os acontecimentos mais recentes (com destaque para os que envolvem as últimas três ou quatro gerações), em detrimento dos mais remotos; (c) sociocentrismo – tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país, ou que envolveram diretamente o seu país, entre os mais importantes para a história mundial; (d) eurocentrismo – tendência para considerar como mais importantes os acontecimentos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos da América, reproduzindo as relações de poder na ordem mundial (Liu et al., 2005, 2009); (e) efeito nostálgico – tendência para considerar os eventos mais remotos como mais positivos do que os acontecimentos mais recentes (e.g., Páez et al., 2016). Estas “tendências sistemáticas” têm sido observadas em estudos realizados em diferentes regiões do mundo, embora com padrões diferenciados em função do contexto (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2017; Cabecinhas et al., 2011; Liu et al., 2009).

Tais tendências são também evidenciadas em estudos mais recentes, como no trabalho realizado por Bouchat et al. (2023), em que é analisado o modo como os jovens europeus representam a história da Europa. Um estudo realizado em 11 países europeus mostra que as personalidades consideradas mais importantes na história da Europa pelos jovens são, na sua maioria, homens ligados à Segunda Guerra Mundial, a autoritarismos, conquistas e impérios – efeito de recência e centralidade da guerra e conflito. Estes resultados mostram

que as representações da história da Europa atualmente partilhadas por jovens europeus correspondem, em parte, a narrativas históricas dominantes, baseadas num conjunto de experiências, acontecimentos e valores supostamente comuns aos povos da Europa que foram promovidos pelas elites europeias durante o processo de integração europeia. Estes resultados sugerem ainda que, além da narrativa negativa das guerras e dos crimes dos totalitarismos, a história da Europa também é encarnada por figuras positivas, que são associadas à democracia, à tolerância, solidariedade e humanismo. Os autores destacam, também, a quase ausência de personagens relacionadas aos processos de descolonização. Sublinha-se ainda o facto de as personalidades destacadas pelos participantes serem na sua esmagadora maioria homens, sendo muito raras as mulheres que são reconhecidas como tendo tido um papel importante na história da Europa ou na história de cada um dos 11 países no qual foi aplicado o questionário, evidenciando os efeitos de um forte androcentrismo na memória pública.

Por outro lado, um conjunto de estudos comparativos sobre memória social em diferentes países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste (e.g. Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Feijó, 2010; Cabecinhas et al., 2006; Cabecinhas & Nhaga, 2008; J. Mendes et al., 2011), mostram que aquilo que é recordado depende dos quadros sociais da memória em que os indivíduos se encontram envolvidos e nos quais foram socializados. Estes estudos evidenciam, entre outros resultados, que embora a memória sobre a colonização, por exemplo, esteja bastante presente nas narrativas, de facto os significados que lhe são atribuídos são distintos. Nos diversos estudos realizados em Portugal, de um modo geral, observa-se uma reificação de memórias míticas sobre os “descobrimentos” e um esquecimento ou não reconhecimento dos efeitos mais violentos da expansão colonial. Em contrapartida, nos estudos realizados nas antigas colónias portuguesas, os efeitos violentos da ação colonial são mais salientes, enfatizando os aspetos mais opressivos do colonialismo (e.g., J. Mendes et al., 2011). Estes estudos mostraram diversas ambiguidades e contradições nas representações sociais do passado colonial (Cabecinhas, 2023). Observou-se, por exemplo, a partir de dados recolhidos no Brasil e em Portugal, um “desencontro” de memórias sobre o passado colonial. Enquanto em Portugal, os resultados indicaram a persistência da idealização do período dos “descobrimentos”, dissociada dos efeitos mais brutais do colonialismo; no Brasil, os participantes que mencionaram espontaneamente a “descoberta”, o “achamento” ou a “vinda da família real” entre os eventos mais importantes na história do Brasil associaram esses eventos a emoções ambivalentes, enquanto aqueles que evocaram a “invasão” ou “colonização” mencionaram emoções negativas. Foram, ainda, referidas diversas revoltas contra o regime colonial, assim como alguns dos seus atores-chave (Cabecinhas et al., 2006).

Entre os meios que funcionam como instrumentos privilegiados para a disseminação de representações da história e, conseqüentemente, para a construção dos nossos referenciais de alteridade (Cabecinhas et al., 2022), encontram-se os manuais escolares. Diversos autores têm salientado que é crucial debatermos como o passado é interpretado e é ensinado nas escolas (Carretero et al., 2017; van Nieuwenhuyse & Valentim, 2018).

Os estudos realizados sobre manuais escolares de história em Portugal mostram que os manuais mais antigos (1965 e 1972) apresentam traços do luso-tropicalismo e uma glorificação das características dos portugueses e das suas ações (V. Mendes & Valentim, 2012), a par com uma legitimação do processo de colonização como um direito inquestionável de Portugal. Mostram, também, em manuais mais recentes (2008 e 2009) que estes tendem a naturalizar processos como o colonialismo, a escravatura e o racismo (Araújo & Maeso, 2010). Num estudo sobre as representações do “mundo lusófono” nos manuais de História então em vigor no ensino secundário em Portugal (Cabecinhas et al., 2022a), verificou-se a inclusão apenas pontual das “visões do outro” sobre períodos “sensíveis” da história nacional. Ou seja, os manuais invisibilizam um conjunto de experiências e

representações sobre o passado e continuam a veicular hierarquizações raciais e a reforçar uma visão eurocêntrica e androcêntrica da história. Estas narrativas dificilmente contribuem para a descolonização do conhecimento e para a construção e disseminação de representações da história plurais.

Já nos manuais moçambicanos, por exemplo, observamos um guião da libertação que segue um modelo narrativo esquemático: uma situação inicial em que os moçambicanos vivem em comunidades pacíficas; um momento de colonialismo e sofrimento intenso; superação heroica através da luta armada de libertação. A memória da luta de libertação do país contra o colonialismo está, ainda, no centro do processo de construção da nação, em que a narrativa pós-colonial oficial promove uma visão alternativa que destaca a ação dos povos africanos e glorifica os heróis da libertação. No entanto, essa narrativa predominante também não considera plenamente a pluralidade de memórias, observando-se um silenciamento da diversidade de memórias geradas pela interação entre colonizadores e colonizados (Coelho, 2013). Embora haja mudanças no tipo de linguagem utilizada ao longo do tempo, os modelos narrativos esquemáticos permanecem semelhantes, enfatizando a necessidade de unidade nacional sob a liderança da elite política no poder (Cabecinhas, et al., 2022b).

As investigações sobre as representações da história em manuais escolares, conduzidas em diferentes países de língua oficial portuguesa, evidenciam que distintos grupos sociais constroem memórias diversas. Estes dados reforçam a conceção de que a memória constitui um fenómeno socialmente dinâmico, continuamente (re)construído por meio de processos comunicativos, e que expressa tanto as identidades sociais dos indivíduos como os seus percursos de vida socialmente situados. Os estudos revelam igualmente que a construção da memória está intrinsecamente ligada ao poder hegemónico, que a institui enquanto memória cultural, assegurando, assim, a sua própria legitimidade e perpetuação. Neste sentido, as disputas em torno da memória pública revelam-se particularmente complexas e desafiadoras, como tem sido demonstrado por investigações recentes (e.g., Balbé et al., 2024; Cabecinhas, 2023; Macedo et al., 2023a).

Relações Interculturais, Migrações e Representações Raciais nos Média

Desde as redes digitais aos serviços de *streaming*, as tecnologias de informação e comunicação tornaram-se parte integrante do nosso quotidiano e reformularam a forma como interagimos uns com os outros e com o mundo que nos rodeia. Logo, é impossível compreender as práticas e os objetos mnemónicos do presente, e a sua projeção futura, sem abordar as mudanças provocadas pelas tecnologias e pelos média em particular.

A memória social é, neste capítulo, concebida como um processo, mediado e remediado por múltiplos média, com a participação de comunidades dinâmicas que não só representam, mas também atuam sobre o passado. Para compreender a memória social é, assim, necessário considerar “as relações de dependência, as forças assimétricas e filtros que operam num dado contexto cultural, a agência individual e grupal, as experiências e trajetórias pessoais e as ‘ferramentas’ e ‘veículos’ de memória” (Cabecinhas & Abadia, 2013, p. 5).

Os média constituem um dos veículos de memória mais presentes no nosso quotidiano. Para Erll e Rigney (2009), “os ‘quadros’ de lembrança mediáticos e especificamente os processos mediáticos através dos quais as memórias chegam à esfera pública e se tornam coletivas” (p. 2) são centrais para compreendermos as dinâmicas da memória social. Determinados conteúdos mediáticos tornam-se marcantes na recordação coletiva e é, em

seguida, através da reiteração intermediática dessas narrativas em diferentes plataformas na esfera pública (jornais, internet, rituais comemorativos, filmes), que estas se enraízam e perduram numa determinada comunidade. Os média são, neste sentido, mais do que veículos passivos e transparentes de informação, desempenhando um papel ativo na formação da nossa compreensão do passado, na mediação entre passado e presente, e, portanto, na definição da agenda para futuros atos de lembrança no seio da sociedade.

Os média são, ainda, vistos como um instrumento influente na formação das percepções do passado pela sua capacidade de chegar simultaneamente a vários públicos e de fornecer interpretações da história. As representações do passado veiculadas pelos meios de comunicação surgem sob a forma de narrativa, sublinhando um aspeto emocional, o que as torna mais ressonantes do que os processos de aprendizagem tradicionais. O passado está presente, por exemplo, nas representações ficcionadas no audiovisual ou nas notícias e influencia as imagens que as pessoas constroem sobre si e sobre o mundo. Os meios de comunicação permitem a proliferação de uma versão dos acontecimentos em detrimento de outras, o que não só reproduz as representações identitárias na sociedade, como também as reconstrói (Macedo et al., 2023b).

Diversos estudos têm salientado o papel importante dos média na formação das atitudes perante a imigração e a diversidade cultural (e.g., Ferin-Cunha et al., 2006; Macedo, 2016). Os média frequentemente exercem uma função de controlo social, reforçando as ideologias dominantes e veiculando imagens que acentuam os estereótipos raciais e étnicos (e.g., Cabecinhas, 2002; van Dijk, 1991). No entanto, os média podem ser excelentes meios para promover a mudança social, veiculando modelos para uma sociedade mais inclusiva e diversa (e.g., Macedo, 2016; Pinto et al., 2015).

Assumindo que os meios de comunicação social constituem as fontes de informação de referência da maioria da população, a União Europeia tem promovido algumas medidas direcionadas aos profissionais dos média com vista a uma maior consciencialização sobre a realidade “pluricultural” das sociedades europeias (Wenden, 2005).

Nas últimas duas décadas, foram realizados diversos estudos sobre a forma como os imigrantes e as “minorias étnicas” são representados nos média portugueses. Por exemplo, os estudos efetuados por Ferin-Cunha et al. (2004, 2006, 2008) permitem uma análise longitudinal da forma como diferentes grupos têm sido retratados na imprensa nacional e nos noticiários televisivos dos canais generalistas portugueses em sinal aberto. Os padrões de cobertura do tema “imigração e minorias étnicas” têm vindo a alterar-se ao longo dos anos em análise. Em 2003 e 2004, os média privilegiaram a temática “crime”, os atores institucionais, as vozes e fontes oficiais, recorrendo a um tom negativo, a uma argumentação predominantemente securitária e a um enquadramento policial. A partir de 2005, embora continue a predominar a cobertura dos imigrantes como agentes do crime, regista-se um aumento de notícias sobre os imigrantes enquanto vítimas de crime (por exemplo, vítimas de tráfico de seres humanos e exploração sexual).

Como salientam Ferin-Cunha et al. (2008), verifica-se “pouca diversidade temática no tratamento destes grupos, estando por noticiar muitos aspetos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, culturais e relativos aos comportamentos e estilos de vida” (p. 105). No que respeita às fontes e aos atores com voz no espaço público, os que têm maior visibilidade na imprensa portuguesa são as Forças de Segurança, o entretanto extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹ e o Governo. Na televisão, os imigrantes surgem como atores com maior expressão nos últimos anos, seguidos das Forças de Segurança. Globalmente,

1 A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), criada pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, substituiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

verifica-se um crescente recurso a fontes provenientes de organizações não governamentais, nomeadamente organizações de migrantes e pessoas racializadas.

As “boas práticas”² que têm sido recomendadas pelas entidades reguladoras aconselham a que não se nomeie a “nacionalidade” ou “origem étnica” quando essa informação não é essencial para a compreensão da notícia. Tal tem-se traduzido no aumento significativo do recurso a palavras genéricas, como “imigrante” e “estrangeiro”, o que contribuiu para reforçar ainda mais a homogeneização informativa. Tais “procedimentos tanto podem ser lidos como boas práticas, como de reforço dos exotismos culturais e/ou étnicos, ou ainda, como formas de tornar invisíveis diferenças de acesso a oportunidades sociais” (Ferin-Cunha et al., 2008, p. 113). Além disso, muitas vezes, essa categorização racial é induzida através do uso de imagens específicas.

Na opinião de Malheiros et al. (2007), os média têm um papel fundamental no processo de construção dos eventos violentos e dos conflitos e na atribuição de estigmas a espaços e a populações que neles habitam. No seu entendimento, a televisão, bem como os órgãos de comunicação social, participa na “co-construção dos conflitos e dos eventos violentos, amplificando-os e fornecendo uma visibilidade aos autores” (p. 36). O “espectáculo mediático”, para além de ampliar um fenómeno violento, pode deformá-lo, por exemplo, através do modo como são captadas as imagens, da seleção de entrevistados a incluir nas peças e do modo como são selecionados e apresentados os depoimentos recolhidos.

Numa análise ao modo como a categoria “imigrantes” em Portugal é criada e veiculada pela revista *Visão* entre 2002 e 2008, Costa (2010) constata que os artigos produzidos revelam preocupação em dar uma imagem positiva dos imigrantes, mas, ao fazê-lo, os jornalistas jogam com estereótipos e conceitos naturalizados no senso comum. Por vezes procuram desmontá-los, em outros momentos envolvem-se nos estereótipos que veiculam, mesmo sem se aperceberem. De facto, nos média, os grupos minorizados aparecem frequentemente associados aos problemas da criminalidade e violência urbanas, ao desemprego, ao tráfico de drogas à economia subterrânea, à insegurança, aos custos sociais e ao terrorismo (Marques, 2007). A generalização dos preconceitos, a discriminação sistemática nas várias áreas da vida social, a violência da linguagem ou a segregação residencial são fenómenos de maior extensão, inscritos no próprio funcionamento da sociedade.

Estas práticas ao nível da produção noticiosa, e não só, podem contribuir para uma maior homogeneização e exotização de determinados grupos, reforçando processos de racialização, etnicização e objetificação. Assim, os membros de minorias sociais (“imigrantes”, “refugiados”, “feirantes”, “gangs”) tornam-se extremamente visíveis enquanto “representantes” de uma categoria percebida como homogênea, mas invisíveis enquanto “pessoas”, na sua singularidade e diversidade (Cabecinhas, 2002).

Neste sentido, têm sido propostas diversas medidas no que toca à produção noticiosa: diversificação temática, confrontação, identificação e diversidade das fontes, diversificação dos géneros jornalísticos e adequação dos formatos aos temas focados; enquadramento e estilos de discurso, escolha das imagens e dos ângulos de filmagem, entre outras (e.g., Cerqueira et al., 2014; Ferin-Cunha et al., 2008; Pinto et al., 2015).

Diversos organismos da União Europeia têm recomendado uma maior formação dos jornalistas nas áreas da diversidade e interculturalidade, assim como o desenvolvimento de

2 O objetivo fundamental é evitar a criação de “correlações ilusórias” (Hamilton & Guifford, 1976) por parte dos públicos (por exemplo, a associação de determinada “nacionalidade” a determinado tipo de comportamento). Para a discussão de casos em contexto português, ver, por exemplo, Figueiredo e Martins (2017).

órgãos de comunicação dirigidos a determinados grupos étnicos (*ethnic media*). A entrada de jornalistas de origem migrante no campo dos média tem sido igualmente apontada como uma medida estratégica para a promoção de uma sociedade cada vez mais plural. No entanto, essa entrada por si só não garante a maior pluralidade e diversidade noticiosa, uma vez que, por um lado, estes podem ter internalizado as representações sociais dominantes, e, por outro, a consciência crítica da necessidade de mudança social terá de ser transversal a toda a estrutura subjacente à produção noticiosa assim como às estruturas de participação (e.g., Bellardi et al., 2018; Cabecinhas, 2024; Cerqueira et al., 2014; Costa, 2010).

O mesmo podemos dizer da produção cinematográfica, que pode de facto contribuir para veicular estereótipos, mas também pode ter a potencialidade de contribuir para a sua desmontagem e discussão crítica. Em estudos de receção recentes, foram usados um conjunto de filmes para a discussão das migrações e das relações interculturais com jovens do ensino secundário. Macedo (2016), por exemplo, verificou que persistem nas narrativas dos jovens que participaram no seu estudo expressões de racismo e a associação das pessoas racializadas à criminalidade, à agressividade e à falta de agência. No entanto, este estudo assinalou também o papel da discussão crítica das imagens veiculadas na reformulação de representações sobre as pessoas migrantes e racializadas.

Contudo, a perceção do grupo dos “outros” como mais homogéneo do que o grupo de pertença e os estereótipos sobre um coletivo do qual se procuram diferenciar estão presentes nos discursos dos jovens (Pereira et al., 2019). Estes referem não ser racistas, relatando, contudo, terem observado episódios de racismo no contexto escolar, em particular, a discriminação com base numa suposta diferença cultural, distinguindo as práticas do grupo de pertença face a outros grupos (roupas, língua), o que indica a persistência de um preconceito mais encoberto e inapreensível, que contribui para reificar hierarquias raciais.

A tendência para atribuir atitudes ou comportamentos considerados preconceituosos às gerações mais velhas foi um dos resultados dos estudos de receção realizados em Portugal, com jovens do ensino secundário (Macedo et al., 2023a). Os jovens que participaram nas atividades procuraram diferenciar-se positivamente em relação às atitudes das gerações mais velhas e tenderam a ser unânimes ao considerar que as pessoas jovens não são “preconceituosas”, rejeitando o machismo, a homofobia, a transfobia, o racismo e outras formas de discriminação. Verificou-se uma forte clivagem entre as gerações mais velhas, alegadamente conservadoras, e a sua geração, alegadamente livre de preconceitos e transformadora (Macedo et al., 2023a).

O cinema pode de facto ocupar um lugar central no combate às amnésias sociais, observando-se em curtas-metragens atuais (2018 e 2022) uma tendência para a discussão de temas relacionados aos sentimentos e aos espaços de pertença e um conjunto de narrativas contra-hegemónicas, que focam em relações interpessoais (por exemplo, família, amizade, amor) a partir de diferentes experiências migratórias, e na memória histórica (Macedo et al., 2023a). A discussão crítica destas narrativas fílmicas, bem como a análise da produção noticiosa sobre os imigrantes e as populações minorizadas podem constituir pontos de partida importantes para a mudança social.

A maioria dos estudos tem-se focado na forma como os grupos minorizados são retratados pelos média, sendo ainda muito escassos os estudos sobre a agência das pessoas migrantes e racializadas na produção mediática (e.g., Posch et al., 2024) e na forma como estão a fomentar ativamente processos de inovação social através de diferentes formas de ativismo mnemónico (Cabecinhas, 2024).

Este capítulo procurou evidenciar o caráter profundamente social, dinâmico e relacional da memória social, sublinhando a sua centralidade nos processos de construção identitária, nas relações interculturais e na esfera pública contemporânea. Ao analisar a memória social em articulação com os média, a educação e as práticas culturais, procurou-se assinalar o modo como as representações do passado são moldadas por enquadramentos hegemónicos, mas também desafiadas por narrativas contra-hegemónicas que emergem de grupos historicamente minorizados. A diversidade de memórias, visível nas diferentes leituras da história veiculadas por manuais escolares e produções mediáticas, mas também nos discursos de jovens, evidencia as disputas simbólicas em torno da memória pública e a sua importância para a transformação social. Assim, compreender os mecanismos comunicativos da memória, bem como os seus usos políticos e simbólicos, é fundamental para promover uma cidadania crítica, inclusiva e consciente da pluralidade de vozes e experiências que compõem as nossas sociedades.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma única história* [Vídeo]. TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br
- Araújo, M., & Maeso, S. R. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia*, 15(28), 239–270.
- Assmann, J. (2008). "Communicative and cultural memory". In A. Erll e A. Nünning (Eds.), *Media and Cultural Memory. An International and Interdisciplinary Handbook* (pp.109–118). De Gruyter.
- Balbé, A. D., Lins, L., & Cabecinhas, R. (2024). "Não tem como a gente fugir do que nos ensinam": Debates sobre memória pública e educação com estudantes do ensino secundário português. *Estudos Ibero-Americanos*, 44(1), e45807. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45807>
- Bartlett, F. C. (1928). Social constructiveness. I. *British Journal of Psychology*, 18(4), 388–391. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1928.tb00475.x>
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1932)
- Bellardi, N., Busch, B., Hassemer, J. Peissl, H., & Scifo, S. (2018). *Spaces of Inclusion - An explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Council of Europe.
- Bouchat, P., Cabecinhas, R., Licata, L., Charton, M., Chrysoschoou, X., Delouvée, S., Erb, H. -P., Facca, L., Flassbeck, C., Haas, V., Kalampalikis, N., Franc, R., Mari, S., Pavlovic, T., Petrović, N., Raudsepp, M., Sá, A., Sakki, I., Sekerdej, M., ..., & Hilton, D. (2023). Social representations of European history by the European youth: A cross-country comparison. *Journal of Social and Political Psychology*, 11(2), 606–622. <https://doi.org/10.5964/jsp.9805>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Minuit.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2017). Social representations of Latin American history and (post)colonial relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537–557. <https://doi.org/10.5964/jsp.v5i2.701>

- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In J. A. Bragança de Miranda & J. F. Silveira (Eds.), *As ciências da comunicação na viragem do século: Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp. 407–418). Vega.
- Cabecinhas, R. (2023). A memória da nação na era planetária. Passados e futuros em debate. *Análise Social*, 58(249), 766–788.
- Cabecinhas, R. (2024). Migrações, media, ativismos mnemónicos e lutas antirracismo. In I. Macedo, T. Oliveira, & M. de L. Martins (Eds.), *Existir e resistir na sociedade contemporânea: Contributos para o debate sobre comunicação e cultura* (pp. 31–50). Húmus.
- Cabecinhas, R., & Abadia, L. (2013). Narratives and social memory: Dialogic challenges. In R. Cabecinhas & L. Abadia (Eds.), *Narratives and social memory: Theoretical and methodological approaches* (pp. 5–9). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://hdl.handle.net/1822/25332>
- Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022a). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portuguesas: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193–220). Húmus.
- Cabecinhas, R., Jamal, C., Sá, A. & Macedo, I. (2022b). Colonialism and liberation struggle in Mozambican History textbooks: A diachronic analysis. In I. Brescó & F. van Alphen (Eds.), *Reproducing, rethinking, resisting national narratives. A sociocultural approach to schematic narrative templates* (pp. 37–57). Information Age Publishers.
- Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do mundo e da nação: Jovens cabo-verdianos face à história. In M. de L. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e cidadania. Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 2685–2706). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 28–44. <https://doi.org/10.4119/ijcv-2813>
- Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp. 67–92). Celta.
- Cabecinhas, R., Liu, J. H., Licata, L., Klein, O., Mendes, J., Feijó, J., & Niyubahwe, A. (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354–367. <https://doi.org/10.1080/00207594.2011.560268>
- Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 109–132). Campo das letras.
- Carretero, M., Berger, S., & Grever, M. (2017). *Palgrave handbook of research in historical culture and education*. Springer. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-52908-4>
- Cerqueira, C., Magalhães, S. I., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). *De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Coelho, J. P. B. (2013). Politics and contemporary History in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, 39(1), 20–31.
- Connerton, P. (1993). *Como as sociedades recordam*. Celta. (Trabalho original publicado em 1989)
- Costa, A. (2010). *A criação da categoria imigrantes em Portugal na revista Visão. Jornalistas entre estereótipos e audiências*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Cunha, L. (2006). *Memória social em Campo Maior: Usos e percursos da fronteira*. Dom Quixote.
- Echabe, A. E., & Castro, J. L. G. (1998). Social memory: Macropsychological aspects. In U. Flick (Ed.), *The psychology of the social* (pp. 91–106). Cambridge University Press.
- Erll, A., & Rigney, A. (2009). Introduction: Cultural memory and its dynamics. In A. Erll & A. Rigney (Eds.), *Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory* (pp. 1–14). Walter de Gruyter.
- Figueiredo, A., & Martins, C. (2017). O Cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos. *Ex aequo*, 35, 125–141.

Ferin-Cunha, I., Santos, C. A., Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (Eds.). (2004). *Media, imigração e minorias étnicas*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferin-Cunha, I. F., Santos, C. A., Valdigem, C., & Filho, W. S. (2006). *Media, imigração e minorias étnicas II*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferin-Cunha, I. F., Santos, C. A., Filho, W. S., & Fortes, I. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Fivush, R. (2008). Remembering and reminiscing: How individual lives are constructed in family narratives. *Memory Studies*, 1(1), 49–58. <https://doi.org/10.1177/1750698007083888>

Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective*. Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1950)

Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel. (Trabalho original publicado em 1925)

Hilton, D., & Liu, J. H. (2017). History as the narrative of a people: From function to structure and content. *Memory Studies*, 10(3), 297–309. <https://doi.org/10.1177/17506980177016>

Licata, L., & Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In M. Sanchez-Mazas & L. Licata (Eds.), *L'autre: Regards psychosociaux* (pp. 241–277). Presses Universitaires de Grenoble.

Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44(4), 537–556. <https://doi.org/10.1348/014466605X27162>

Liu, J. H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D., Huang, L.-L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., Pittolo, F., Hong, Y.-Y., Ward, C., Abraham, S., Kashima, Y., Kashima, E., Ohashi, M. M., Yuki, M., & Hidaka, Y. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36(2), 171–191. <https://doi.org/10.1177/0022022104272900>

Liu, J. H., Páez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D., Sen, R., Vincze, O., Muluk, H., Feixue Wang, & Zlobina, A. (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40(4), 667–692. <https://doi.org/10.1177/0022022109335557>

Macedo, I. M. (2016). *Migrações, memória cultural e representações identitárias: A literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/48712>

Macedo, I., Balbé, A., & Cabecinhas, R. (2023). Cultura visual, educação e comunicação intercultural: Grupos de discussão com estudantes no ensino secundário português. *Educação em Foco*, 26(48), 1–22. <https://doi.org/10.36704/eef.v26i48.7145>

Macedo, I., Lins, L., da Silva, T. V., & Cabecinhas, R. (2023). Exploring images of otherness through cinema: Analysis of counter-visualities in Portuguese films. *Papers on Social Representations*, 32(2), x.1–1.26.

Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Marková, I. (2007). Social identities and social representations: How are they related? In G. Moloney & I. Walker (Eds.), *Social representations and identity* (pp. 215–236). Palgrave Macmillan.

Marques, J. F. (2007). *Do “não racismo” português aos dois racismos dos portugueses*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Mendes, J., Silva, E., & Cabecinhas, R. (2011). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. In M. de L. Martins, R. Cabecinhas, & L. Macedo (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2010 - Lusofonia e sociedade em rede* (pp. 206–221). Federação Lusófona de Ciências da Comunicação/Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

Mendes, V., & Valentim, J. (2012). O luso-tropicalismo nos manuais de História e de Português do ensino primário português no período colonial: Um estudo exploratório. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 221–231. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4907>

Nieuwenhuys, K., & Valentim, J. P. (eds.) (2018). *Representations of colonial pasts in (post)colonial presents. Historical and social psychological perspectives through textbook analysis*. Information Age Publishing.

Páez, D., Bobowik, M., De Guissmé, L., Liu, J. H., & Licata, L. (2016). Mémoire collective et représentations sociales de l'histoire. In G. Lo Monaco, S. Delouvée, & P. Rateu (Eds.), *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications* (pp. 539–552). De Boeck.

Pennebaker, J. W., Rentfrow, J., Davis, M., Paez, D., Techio, E., Slawuta, P., Zlobina, A., Deschamps, J., & Bellelli, G. (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicologia Política*, 32, 15–32.

Pereira, A. C., Macedo, I., & Cabecinhas, R. (2019). Lisboa africana no cinema: Conversas em sala de aula sobre Li ké Terra e Cavalo Dinheiro. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 6(1), 115–135. <https://doi.org/10.21814/rlec.383>

Pinto, M., Pereira, S., & Brites, M. J. (Eds.). (2015). *Os media e a crise dos refugiados. Agenda de atividades*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Posch, P., Correia Borges, G., Simões, C., & Cerqueira, C. (2024). Perspectivas emergentes: Um panorama sobre mídias alternativas digitais e pessoas migrantes e/ou racializadas em Portugal. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), e024015. <https://doi.org/10.21814/rlec.5748>

van Dijk, T. A. V. (1991). *Racism and the press*. Routledge.

Wenden, C. V. de. (2005). *Atlas de migrations dans le monde*. Éditions Autrement

Material Suplementar

Palestra de Chimamanda Adichie, “O Perigo de uma Única História”: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br

Curta-metragem Sobre a Ativista Maria Gil: Macedo, I., Pereira, A. P., Correia Borges, G., Mesquita, B., Januário, M., Sá, A., & Cabecinhas, R. (2024). “Nós somos carne, nós somos ventre, nós somos nação”: Entrevista a Maria Gil (Data RepositóriUM V2) [Conjunto de dados]. Data RepositóriUM. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/150E6Z>

Curta-metragem Sobre a Ativista Cyntia de Paula: Mesquita, B., Cabecinhas, R., Pereira, A. P., Macedo, I., Correia Borges, G., & Zanetti, L. (2025). “Migrar é um renascer”: Entrevista a Cyntia de Paula” (Data RepositóriUM V1) [Conjunto de dados]. Data RepositóriUM. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/NWMKPK>

Notas Biográficas

Anabela Carvalho é professora associada com agregação no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho (Portugal), onde leciona disciplinas como Comunicação, Ciência e Ambiente; Comunicação Internacional; e Seminário de Investigação. A sua investigação centra-se nos domínios da comunicação e ambiente, comunicação e ciência, e comunicação e envolvimento político, com particular incidência no tema das alterações climáticas. É autora e/ou organizadora de livros como *Environmental Communication* (Comunicação Ambiental; *handbook*: com T. R. Peterson, 2024); *Climate Change Politics: Communication and Public Engagement* (Política de Alterações Climáticas: Comunicação e Envolvimento do Público; com T. R. Peterson; 2012), *Citizen Voices: Performing Public Participation in Science and Environment Communication* (Vozes do Cidadão: Participação do Público na Comunicação Sobre Ciência e Ambiente; com L. Phillips e J. Doyle, 2012), e *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos* (2011), bem como de vários números temáticos de revistas científicas, para além de artigos científicos, capítulos de livros e relatórios, num total de cerca de 180 publicações. Foi *associate editor* da revista *Environmental Communication* (2010–2012) e é desde 2016 *associate editor* da revista *Frontiers in Communication: Science and Environmental Communication*. É co-fundadora e ex-presidente e vice-presidente da secção de Comunicação de Ciência e Ambiente da European Communication Research and Education Association (2007–2014), bem como co-fundadora da International Environmental Communication Association e ex-membro eleita do seu *board of directors* (2011–2015). Foi diretora do Doutoramento FCT em *Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade*, um consórcio de seis centros de investigação e quatro universidades.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7727-4187>

Email: carvalho@ics.uminho.pt

Carla Cerqueira é doutora em Ciências da Comunicação, com especialização em Psicologia da Comunicação, pela Universidade do Minho (Portugal). É professora associada na Universidade Lusófona, diretora do doutoramento em Comunicação e Ativismos, investigadora integrada no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias e colaboradora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Participa como investigadora e consultora em diversos projetos académicos e sociais financiados na área do género e dos média. É presidente do Comité de Investigação e Política do GAMAG – Aliança Global sobre Género e Media. Integra a direção da Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres e é membro do Conselho de Opinião da RTP. Faz parte da Comissão de Ética da European Communication Research and Education Association. Os seus interesses de investigação incluem género, feminismos, interseccionalidade, organizações não governamentais e estudos mediáticos. É a investigadora principal do projeto *FEMglocal* (PTDC/COM-CSS/4049/2021) e integra o projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6767-3793>

Email: carla.cerqueira@ulusofona.pt

Diana Ramos de Oliveira é doutora em Psicologia Social pela Universidade do País Vasco (Espanha), com pós-doutoramento da Universidade de Harvard (Estados Unidos da América) e da Universidade Blaise Pascal (França). Mestrada em Estudos Avançados em Psicologia Social: Relações Grupais pela Universidade do País Vasco (Espanha). É psicóloga (CRP 05/77540) e pedagoga. É professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFRRJ. Vice-Diretora Acadêmica do Instituto Três Rios/UFRRJ (2025–2029). Vice-coordenadora de Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/Raça e Inclusão, no âmbito da CPID/UFRRJ (2023–2025). Membro da Sociedade Brasileira de Psicologia e membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia no Grupo de Trabalho de Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7604-4825>

Email: dianaramos@ufrj.br

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura, com uma tese sobre migrações, memória cultural e representações identitárias no cinema. É professora auxiliar no Departamento de Ciências de Comunicação da Universidade do Minho e investigadora integrada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Foi membro do projeto *Memórias, Culturas e Identidades: O Passado e o Presente das Relações Interculturais em Moçambique e Portugal (2018-2022)* e coordena o projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos (2022-2025)*. É diretora da Revista Lusófona de Estudos Culturais e do Museu Virtual da Lusofonia, Unidade Cultural da Universidade do Minho. Entre as suas publicações, desenvolvidas em coautoria e numa perspetiva transdisciplinar, destacam-se os artigos “Exploring images of otherness through cinema: Analysis of counter-visualities in Portuguese films” (2023), “Cultura Visual, Educação e Comunicação Intercultural: Grupos de Discussão com Estudantes no Ensino Secundário Português” (2023), “O Cinema como Espaço de Ativismo Mnemónico: Uma Análise da Produção Cinematográfica com Financiamento Público em Portugal (2024), e o livro *Existir e Resistir na Sociedade Contemporânea. Contributos para o Debate sobre Comunicação e Cultura (2025)*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: isabelmaced@gmail.com

Julia Alves Brasil é investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em Portugal, e membro da equipa do projeto de pesquisa *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Possui formação interdisciplinar em Psicologia (bacharelado e mestrado) e Estudos Culturais (doutoramento) e tem concentrado sua atuação profissional no campo da psicologia social, com especial atenção a relações intergrupais, processos identitários, memória social e diálogo intercultural, sobretudo a partir do contexto latino-americano.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>

Email: juliaalvesbrasil@gmail.com

Luiza Lins é bolsista de pós-doutoramento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. É doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (Brasil), licenciada e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (Brasil). Realizou estágio de doutoramento na Universidade Complutense de Madrid (Espanha), onde desenvolveu atividades de investigação junto ao Departamento de Antropologia Social e Psicologia Social. Tem desenvolvido investigações sobre relações intergrupais, representações sociais, interseccionalidades, preconceito e identidades sociais. Atualmente, é membro da equipa do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>

Email: luizaalins@gmail.com

Rosa Cabecinhas é docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Foi diretora do Departamento de Ciências da Comunicação e diretora-adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Dirigiu o mestrado em Ciências da Comunicação e o doutoramento em Estudos Culturais. É membro fundador da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e membro fundador do Grupo de Trabalho Género e Sexualidades e do Grupo de Trabalho Comunicação Intercultural, tendo exercido as funções de coordenadora deste grupo. É membro fundador da Associação Internacional de Pesquisadores das Culturas, da qual foi vice-presidente. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e coordenado diversos projetos nacionais e internacionais sobre memória social, comunicação intercultural e mudança social. Foi coordenadora da rede COST Social Psychological Dynamics of Historical Representations in the Enlarged European Union. Atualmente é investigadora principal do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e é investigadora principal da equipa local do projeto *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizonte Europa). Entre as suas obras, destaca-se *Preto e Branco: A Naturalização da Discriminação Racial* (2017, 2.ª edição), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (com Luís Cunha, 2017, 2.ª edição), *Abrir os Gomos do Tempo. Conversas Sobre Cinema em Moçambique* (com Ana Cristina Pereira, 2022).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: cabecinhas@ics.uminho.pt

Sara Isabel Magalhães é licenciada e doutorada em Psicologia da Educação pela Universidade do Minho (Portugal). É investigadora doutorada no Centro de Psicologia da Universidade do Porto, analisando as múltiplas dimensões da idade e do envelhecimento através das lentes dos estudos feministas, da psicologia social crítica e da teoria da interseccionalidade. Atualmente, atua como Gestora de Ciência e Projeto no Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB Against Poverty and Social Exclusion – Association. Especialista em igualdade de género, faz parte da lista de especialistas da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Tem colaborado, e coordenado, em vários projetos de investigação financiados (Comissão Europeia Horizon2020 SwiftS; EEA GRANTS/FSE/CIG; POPH/QREN/FSE/CIG; POISE/CIG; Fundação para a Ciência e a Tecnologia). É ativista feminista e colabora com várias organizações não governamentais nacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2924-3714>

Email: saraisabelmagalhaes@gmail.com

Silvino Lopes Évora é presidente do Conselho Científico da Universidade de Cabo Verde e coordenador do Grupo Disciplinar de Ciências da Comunicação na mesma instituição. É professor auxiliar, tendo iniciado a sua carreira, em 2010, na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e passado, a partir de 2013, para a Universidade de Cabo Verde. Tem pós-doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2022), aprovou-se, em 2023, nas provas de agregação na área de Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho. Na mesma universidade, concluiu, em 2010, o doutoramento em Ciências da Comunicação e, em 2006, o mestrado na mesma área científica. Em 2004, concluiu a pós-graduação em Jornalismo Judiciário pela Universidade Católica Portuguesa e a licenciatura em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. É licenciado em Direito pela Universidade de Cabo Verde. É autor de vários livros – entre poesia e obras científicas, além de possuir várias dezenas de artigos científicos publicados em revistas especializadas e capítulos de livros.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9216-1818>

Email: silvino.evora@docente.unicv.edu.cv

Yuri Sousa é doutor em Psicologia (2017) pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil), com estágio doutoral (2014–2015) no Laboratoire de Psychologie Sociale da Aix-Marseille Université (França). É professor adjunto do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (Brasil) e investigador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta universidade (PPGPSI/UFBA). Em 2024, foi bolseiro de pós-doutoramento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Portugal), no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos*, dedicando-se ao desenvolvimento do sistema IATexto – Interface de Análise de Textos baseada em Inteligência Artificial. Possui experiência na área da Psicologia Social, com especial interesse pela abordagem das representações sociais e pela utilização de métodos computacionais de análise de dados textuais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8713-5543>

Email: yuri.sousa@ufba.br



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade

A psicologia social insere-se no campo dos estudos de comunicação e cultura, abrangendo diferentes níveis de análise, e constituindo uma das pedras basulares das ciências da comunicação. Nos últimos anos têm sido desenvolvidos esforços de integração teórica, contribuindo para uma crescente transdisciplinaridade. Enquanto disciplina científica, a psicologia social ajuda a compreender, analisar e discutir criticamente a comunicação humana no contexto social, político, económico e cultural das sociedades atuais, e a intervir na realidade social.

Este livro destina-se sobretudo a estudantes do ensino superior nas áreas das ciências sociais e humanas. As aprendizagens que resultaram dos nossos percursos profissionais e as experiências de vida em diferentes contextos culturais, assim como os debates dentro e fora da sala de aula, com estudantes e colegas de várias disciplinas, foram essenciais para a concretização desta obra. A investigação empírica que temos realizado será abordada em alguns capítulos, visto que partilhamos da opinião que o ensino superior deve ser permanentemente atualizado através da pesquisa científica. Sendo um livro de caráter introdutório, visa proporcionar uma sólida reflexão teórica, através do aprofundamento de alguns dos principais conceitos e modelos teóricos, em constante articulação com a perspetiva pragmática, através da análise de alguns casos práticos e assuntos da atualidade.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-9074-81-1



9 789899 074811 >